



ATLANTIDA

ANO III



N.ºs 35-36

ATLANTIDA

DIRECTORES LITERARIOS: João do Rio e João de Barros

DIRECTOR TÉCNICO: Pedro Bordallo Pinheiro

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO: Bourbon e Meneses

EDITOR: José Baptista Aguas

N.ºs 35-36

SUMÁRIO

1919

<i>Portugal-Brasil. Um depoimento</i>	Nuno Simões
<i>A vitória da República. O seu significado intellectual</i>	João de Barros
<i>Judas</i>	António Patrício
<i>Arte e Democracia</i>	A. Aurélio da Costa Ferreira
<i>Sonetos</i>	Joaquim de Almeira
<i>Bufoneria heróica</i>	Aquilino Ribeiro
<i>Profissão de fé</i>	Ugo Guimarães
<i>Cinco horas</i>	Clarinha
<i>A emoção e o sentido psicológico e moral dos «Nibelungen» (Continuação)</i>	Henrique de Vilhena
<i>Instituto de Santa Isabel</i>	A. Aurélio da Costa Ferreira
<i>A infância heróica</i>	Justino de Montalvão
<i>Notas Camilianas - I - Camilo e Senancourt</i>	Jorge de Faria
<i>A melhor frase</i>	} Alexandre Córdova
<i>Ansia derradeira</i>	
<i>Cirurgia de guerra</i>	Jorge Monjardino
<i>Velhas pedintes</i>	Seves de Oliveira
REVISTA DO MÊS	
<i>A Vitória dos Aliados</i>	Guerra Junqueiro
<i>Crónica artística</i>	} Júlio Dantas Manoel de Sousa Pinto
<i>Crónica literária</i>	
<i>Via Latina</i>	R.
<i>Crónica teatral</i>	Saudoz
	B. e M.

NOTÍCIAS & COMENTARIOS.

Reprodução de: Jorge Barradas.

Desenhos de: Saavedra Machado, Raul Lino, Alberto de Sousa, etc.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 numeros) 5\$00

Seis meses 3\$00

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

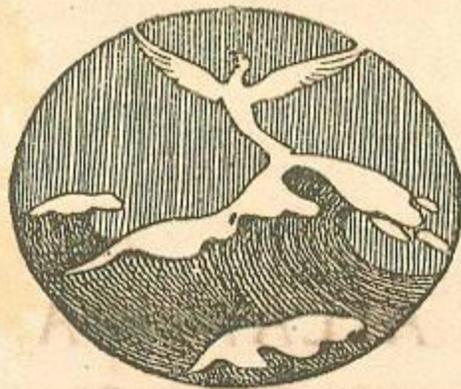
Um ano (12 numeros) Frs. 25

Número avulso em Portugal \$50

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49—LISBOA

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRASIL



VOLUME IX

ANO III

N.^{os} 35-36

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRASILE



ATLANTIDA

DIRECTORES LITERÁRIOS: João do Rio e João de Barros

DIRECTOR TÉCNICO: Pedro Bordallo Pinheiro

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO: Bourbon e Menezes

EDITOR: José Baptista Aguas

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde-Barão, 49

IMPRENSA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24— LISBOA



UM DEPOIMENTO

João do Rio esteve em Lisboa. Não permitiram os acontecimentos políticos que, durante a sua estada, lhe fôsem prestadas as homenagens devidas a um dos maiores amigos de Portugal na grande Pátria de além-mar. Mas antes de partir para Paris, Paulo Barreto não quiz deixar de proclamar uma vez mais aos jornalistas que o ouviram, a necessidade de se efectivar sem demora, a aproximação luso-brasileira. Essa insistência de doutrinação há que agradecer-lhe, e tanto mais quando é certo que João do Rio é dos mais desinteressados combatentes da cruzada luso-brasileira a cujo serviço pôs tanto as suas faculdades excepcionais de escritor e jornalista, como as suas relações de político.

Se antes da guerra em Portugal e no Brasil havia homens superiores que inscreviam a questão no número dos problemas mais importantes da vida nacional dos dois povos, terminada a guerra, em plena hora de afirmação e defeza das raças, o problema do intercâmbio luso-brasileiro assume o relêvo do nosso problema político mais transcendente.

A nossa política internacional confina-se na exigência geográfica das boas relações com a Espanha, na continuidade histórica da aliança inglesa e na protecção das nossas colónias sem bandeira, dispersas em todo o mundo. A guerra levou a Espanha a negar a sua latinidade que mal conseguiu viver nos quatro anos atrás, reduzida à revolta de um limitado número de intellectuais

— único protesto contra as cumplicidades com alemães, por vezes coincidindo com quebras de soberania. E, negada a sua latinidade, mais afastada portanto de nós que, pela Quimera Latina, demos as mãos aos que defendiam o património das raças nobres, no problema da aproximação económica e intelectual luso-espanhola abre-se um interregno em que o nosso destino político tem de seguir o dos aliados na elaboração das regras da humanidade nova a que a Espanha terá de subordinar-se, ao fim. Por outro lado, satisfeito e enaltecido o nosso pacto com a Inglaterra, hoje mais que nunca nação amiga — pelo velho affecto provado por nós na ocasião precisa — resta aproveitar o ensejo de Portugal e Brasil como nações irmãs que são, se mostrarem ao mundo dignas da vibração ideal que as uniu no caminho da Vitória contra os bárbaros e agora as pôs do mesmo lado, quando vai ditar-se ao mundo a nova lei. Nas grandes horas de renovação, mais do que todas as determinações dos sociólogos, o instinto de defesa das raças define com rigor o interesse dos grupos humanos. Chegou o momento de afirmação a Portugal e a todos os da sua raça, tanto os que reivindicam protecção à soberania da mãe pátria como aqueles em quem as razões de estado e da nacionalidade não valem mais do que os vínculos de origem. Os milhões de homens dispersos pelo mundo que falam a língua portuguesa, hão de agora mais que nunca sentir que precisam uns dos outros, para se não perderem as virtudes que trazem em si, vindas de muitos séculos atrás. À voz que diga além dos mares: «Portugal», é preciso que responda aqui uma voz de saúde. E quando em Portugal alguma voz se erga, necessário é que seja ouvida em todos os cantos do mundo...

Em Espanha vai acêsa a luta pelo ideal ibero-americano. E se o sentido da generalização não atraiçoou os nossos vizinhos, porque não perguntar-lhes em que base assenta o iberismo de que eles partem?! Dirão que temos de agradecer-lhes a generosa ampliação. Regeito-a. A Espanha não tem que lutar senão pelo ideal hispano-americano, como nós temos de lutar pelo ideal luso-brasileiro. Isto, se nesse ideal se quer incluir a intenção política que não deve alhear-se nunca das relações dos povos. E porque o ibero-americanismo não tem razão de ser, lavrei o meu protesto contra o plano de se erguer em Madrid um palácio da Raça para cuja construção, segundo informes dos jornais espanhóis,

se haveria solicitado a adesão do Govêrno brasileiro e recebido promessas da melhor simpatia. Como compreender na verdade que a Espanha conte com a cooperação do Brasil para a edificação dum palácio da Raça a que o Brasil não pertence?! E mais, que representação devia ter o Brasil nesse palácio? Não vem agora ao caso apurar a quem tocam as responsabilidades de haver a Espanha chegado a formular a solicitação e de não ter sido repelida logo, correctíssimamente. O facto deu-se durante o lapso de tempo em que a política portuguesa até internacionalmente se transviou. E deu-se em grande parte porque o govêrno português não aproveitou o esforço admirável, de patriotismo e de generosidade da colónia portuguesa, motivado pela guerra, para um mais largo e formidável esforço a favor do estreitamento de relações luso-brasileiras.

A colónia portuguesa no Brasil é enorme e a qualidade corresponde sem deficiências à quantidade. O Estado português não tem feito por ela o que lhe deve, nem lhe tem solicitado a cooperação que ela pode prestar-lhe. A acção dos diplomatas e dos cônsules, — e há que não esquecer a obra do homem ilustre que é Duarte Leite, em seguimento da missão esplêndida de que se desempenhou Bernardino Machado — resulta estéril desde que se não faça vasar em leis, quando o Govêrno e o Parlamento estejam à altura das suas responsabilidades, os princípios morais que a prática demonstra, necessários e úteis à vida de um Estado, em relação com os seus nacionais dispersos pelo mundo. Pouco ou nada temos feito. A colónia portuguesa é a mais importante das correntes europeias no Brasil. O nosso Govêrno desconhece quasi e o país todo ignora a vitalidade dela, o seu valor como riqueza material e a sua fôrça como valor espiritual. Vai longe o tempo da permuta forçada da produção com a metrópole. Internacionalizou-se o comércio? Sem dúvida, mas não perdeu por isso importância o comércio da colónia. O comércio com Portugal diminuiu? Nada se tem feito para o evitar. A emigração portuguesa que a guerra enfraqueceu vai retomar o seu curso. E em que condições vai recomeçar? Continua o homem do campo, o analfabeto, simples máquina viva a procurar o Brasil para onde foram os vizinhos e os avós dos vizinhos em busca da fortuna? Não convem a Portugal e não deve convir ao Brasil semelhante emigração cujas correntes têm de ser orientadas devidamente para virem a constituir «a fôrça coordenada,

activa e inteligente» de que fala Marvand, quando estuda os meios da expansão económica e intelectual, além dos mares. Para que os novos milhares de portugueses que hão de demandar o Brasil possam auxiliar essa expansão, necessário é cuidar a sério de uma política emigratória que já devia estar feita, pelo estabelecimento de condições bilaterais para os dois países e pelo «controle» da emigração através das organizações portuguesas no Brasil. Êsses organismos poderiam e deveriam ser ainda preciosos auxiliares, para a difusão da literatura portuguesa pelos milhões de almas que constituem a pátria brasileira, não esquecendo que as suas bibliotecas, por iniciativa própria e por acção do nosso Governo, deviam conter toda a obra literária reputada de mérito pelas *élites* intelectuais dos dois povos. Por intermédio delas e nas suas sédes podiam aparecer frequentemente os dirigentes da vida mental portuguesa, em contacto, ao mesmo tempo, com a colónia e com o público brasileiro. Jornais e publicações portuguesas deviam ser distribuídas através os organismos portugueses no Brasil. Capitais portugueses podiam sustentar órgãos importantes na imprensa, e tendo neles elementos primaciais de agregação, igualmente a colónia vinha a possuir agentes de difusão literária.

Sobre tudo isto e concentrando todas as mostras de vitalidade material e mental da colónia portuguesa no Brasil, uma nova organização se impõe, da iniciativa creio eu, do escritor Carlos Malheiro Dias, a construção da *Casa de Portugal* onde as centenas de milhares de portugueses no Brasil terão o padrão da sua actividade.

Inútil detalhar agora o que deve ser a *Casa de Portugal*. Basta que se saiba que nela se incorporariam a embaixada de Portugal, o consulado português, a câmara de comércio portuguesa, as instituições oficiais de cultura portuguesa, o mostruário de toda a actividade mental e de todas as energias comerciais e industriais da colónia. Nas suas salas se realisaria a comemoração de todas as grandes festas da nossa tradição histórica; e a história de Portugal e a nossa literatura, por meio de lições e conferências, feitas pelos professores e homens de letras mais illustres, em missões anuais do governo português, teriam na *Casa de Portugal* o seu culto perpétuo e útil. Por outro lado toda a energia mental e toda a produção material da iniciativa portuguesa estariam largamente representadas nessa *Casa de Portugal* que ficaria sendo o entreposto magnífico das nossas

qualidades na terra-mãe e das nossas virtudes de adaptação, de iniciativa e de esforço, na Terra-prometida.

Da *Casa de Portugal* bem podia sair, pelo que respeita ao Brasil, o trabalho que está para fazer da determinação dos valores da nossa emigração. Seria uma útil e bellissima indicação para os Governos portuguezes que de tanto esterilisarem a sua acção na politica, nem se lembram do que representa para Portugal em dinheiro e em faculdades morais a numerosa colónia que temos no Brasil e que infelizmente não pode alheiar-se, por culpa de todos, das nossas lutas partidárias a que devia estar superior.

Instalada na *Casa de Portugal* funcionaria uma comissão de inquérito com os representantes do govêrno português, da câmara portuguesa do Rio, dos vultos de relêvo da colónia — convem não esquecer agora a figura sôbre todas proeminente do Visconde de Moraes —, das sociedades de beneficência, dos centros recreativos, das instituições de cultura e emfim de todos os agrupamentos portuguezes no Rio. Essa comissão organisaria o relatório e estatística da emigração portuguesa no distrito federal, solicitando, por formações idênticas, que nos estados do Brasil se fizesse outro tanto e por fim reünindo todos os trabalhos numa obra monumental de documentação da vida dos portuguezes no Brasil. Imprescindível, como não pode deixar de ser, que no inquérito a fazer se averigui:

1.º A procedência, profissão, estado e idade dos emigrantes e o destino da sua actividade.

2.º As riquezas materiais e espirituais da emigração portuguesa, valores em propriedade mobiliária e imobiliária, obras de assistência e previdência, organismos de ensino e de cultura, sómas de heranças e ordens de transferências de fundos para Portugal, etc.

3.º As figuras mais representativas da colónia em todos os ramos da actividade.

4.º O índice da produção industrial e do movimento commercial da colónia.

Concluida a estatística dos valores da colónia, a comissão organisaria um plâno de melhorias de ordem mental e material a realisar pelo govêrno, (escolas portuguezas, subsidios a bancos para auxiliar as iniciativas de portuguezes e embaretecer as transacções, estudo de seguros na invalidez e na velhice para os operários portuguezes residentes no Brasil, etc.) de modo que os

emigrantes lusitanos mantenham vivo e perene o culto da sua Pátria que se lhes aceita a espontânea submissão não pode negar-se a prestar-lhes a assistência que lhes é devida. A construção e instalação da *Casa de Portugal* prende o govêrno português ao compromisso da construção em Lisboa, do *Palácio da Raça*. Todos os portugueses espalhados pelo mundo devem concorrer para a sua edificação. E tanto como todos os portugueses, nenhum brasileiro, estou certo, deixará de concorrer para êle, desde que o govêrno brasileiro coopere com o govêrno português como prometeu colaborar, segundo os jornais espanhóis disseram, com o govêrno espanhol para a construção do *Palácio da Raça*, em Madrid. No *Palácio da Raça* tem de haver, a *Casa do Brasil* nos mesmos termos da *Casa de Portugal* no Rio de Janeiro. Além de conter a *Casa do Brasil*, o *Palácio da Raça* será o padrão da actividade portuguesa em todo o mundo. E quanto o govêrno possa fazer com a colónia portuguesa no Brasil e quanto êste possa concorrer para a realização dessa obra magnífica, há de fazer-se com todos os núcleos de portugueses no estrangeiro, na proporção dos seus valores.

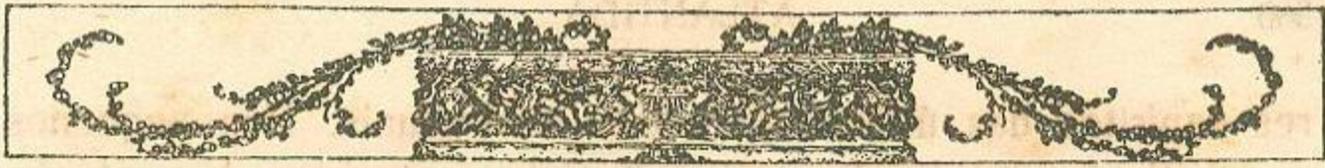
Que melhor local do que o *Palácio da Raça* para a instalação de uma *Comissão Permanente*, votada unicamente aos interesses das colónias portuguesas sem bandeira e constituída por figuras importantes dessas colónias, acima de todos os partidanismos e norteadas pelo alto ideal do enaltecimento da Raça?

Porque, embora haja quem suponha a aproximação luso-brasileira dependente da união de capitais luso-brasileiros em firmas mais ou menos lucrativas, o facto é que essa aproximação constitui, antes de mais, um problema de transcendência política e de delicadesa moral que compete resolver aos homens de talento e de sensibilidade que têm, na vida brasileira e na actividade portuguesa, os seus lugares marcados.

E quando eu puder voltar ao assunto — que ora deixo esboçado para que os govêrnos, o parlamento e as colónias de Portugal no estrangeiro o vão ponderando, — se verá que, ao contrário do que pensam alguns argentarios, o intercâmbio luso-brasileiro é um problema muito superior a quaisquer interesses pessoais que podem mascarar um mesquinho desejo mas não dissolvem a fé com que os apóstolos de um e outro lado do Atlântico se abraçaram, num tão grande abraço — que há de abraçar dois mundos.

Fevereiro de 1919.

NUNO SIMÕES.



A VITÓRIA DA REPÚBLICA

O seu significado intelectual

Escrevo na hora em que a República é apaixonadamente aclamada de Sul a Norte do País. Hora maravilhosa, de ilimitada esperança, de fé comunicativa, de gloriosa certeza. Hora tão grande como aquela em que Portugal sentiu em si o primeiro frémito de vitória, ao conhecer as façanhas épicas dos seus navegadores, dos seus super-homens do século xv e xvi. Hora única, em que uma nova energia arqueia a alma da Raça para a conquista dum futuro nobre, digno desse passado heróico. E tão cheia de beleza, tão alta de elevação moral, que só espíritos sectários a não apercebem, a não apreendem. Os próprios indiferentes em política vibraram perante os últimos acontecimentos políticos: — ao passar do cortejo de civis pelas ruas de Lisboa, nas vésperas de Monsanto, eu vi, ao meu lado, chorar de comoção homens que, vivendo pela arte ou pela ciência, alheios a toda a agitação social, desdenhando de todo o contacto com as multidões, sentiram nesse momento a sua alma vibrar com o heroísmo humilde, mas prodigioso, da população de Lisboa. E não era apenas uma comoção à flor da pele, a que êsses homens experimentaram: — era, talvez obscuramente, uma comunhão de ideal, uma simpatia íntima que os ligava a essa massa de gente do povo, mostrando, mais uma vez, que nenhuma inteligência superior deixa de viver, consciente ou inconscientemente, as aspirações mais puras e mais lídimas da alma nacional.

Ora, precisamente, — logo depois do 5 de Outubro de 1910 — quiz-se criar em Portugal um movimento de *snobismo* literário que englobasse, para defensores da ideia monárquica, os melho-

res espíritos das últimas gerações intelectuais. Nos pequenos conventículos *snobs* da gente alfacinha, os meios de captação para êsse fim aperfeiçoaram-se tanto — que houve quem se sentisse envergonhado de ser republicano... e escritor ou artista. Há casos conhecidos, de que nem vale a pena falar... Tudo conspirava, de resto, para alucinar êsses ridículos *snobs*: — a elegância das senhoras, o carinho do meio em que eram recebidos, junta à sua ambição de figurarem nos *carnets-mondains* e de poderem gabar-se de *flirts* chics, quási sempre só imaginados, punha-lhes a cabeça à roda... Tornaram-se monárquicos e até miguelistas, — por snobismo. Foram mais tarde, ainda por snobismo, germanófilos. E explicaram tudo isto por teorias sebastianistas, ou pela necessidade de restaurar em Portugal o império da tradição...

Acontece, porém, que a tradição portuguesa criou-se sempre no culto da liberdade — e se alguma prova, além de todas aquelas que na história se podem colher, fôsse necessária, nós a teríamos agora, quando o povo, espontâneamente, sem uma voz de tribuno que o levantasse ou orientasse (pois os tribunos estavam todos presos ou fugidos para evitar a prisão...), liquidou de vez as juntas militares e, com elas, a monarquia, — estúpida anomalia num momento em que todo o mundo repele e destrói o militarismo, repare-se!... E é no povo — segundo mesmo o declararam os próprios teóricos da monarquia — que inalterávelmente permanece o sentido da tradição. Mas, há mais: — o *snobismo*, em Portugal nunca foi ponto de apoio seguro para nenhum movimento: se em outros países cultos êle chegou a ter utilidade e valor, e muitos movimentos de Arte se iniciaram com êsse primeiro característico, irradiando depois para a grande massa (lembra-me, por exemplo, o caso de Ruskin), a verdade é que entre nós os próprios *snobs* são falsificados.

Senão veja-se: — quando havia em Portugal um rei, e uma côrte, quando êsse rei era artista, como D. Carlos, nunca a arte em Portugal teve o acolhimento condigno.

O museu das Janelas Verdes era um amontoado de quadros; e, não existia uma sala decente para realizar as exposições de Belas-Artes. O Estado não dispuzera nunca duma verba para compra de obras de Arte... Veio a República: — e, se bem que a sua iniciativa, em matéria de educação e ensino, não seja ainda o que deve ser, logo se criam dois Museus de Arte, logo se entregam as suas direcções a pessoas competentes, logo se inscreve

no seu orçamento uma verba para aquisição de quadros e esculturas.

Não insisto hoje neste simples confronto, fácil de desenvolver, aliás, porque basta apenas enunciá-lo para mostrar quanto foram grotescos aqueles que julgaram basear o renascimento do nosso gosto artístico e da nossa vida intelectual na elegância dos salões lisboetas. Eu, que tive ocasião de conhecer muitos dos elementos preponderantes desses cenáculos, não sei ainda explicar como êles, na sua pobreza mental e moral, pudessem influir no espírito de gente de talento, que não precisava dessa pobre consagração para ganhar confiança em si própria. Meu Deus! e que se não diga que eu também não fui tentado, e que desdenho do fruto da árvore do Bem e do Mal porque êle me não foi oferecido . . .

Não! Simplesmente — resisti. E, sem querer passar por José do Egito . . . literário, estou contente pela isenção . . .

Isenção pouco valiosa, de resto. Porque — note-se — quando se falava com os grandes mestres da literatura e da arte portuguesas, daqueles que, pelo seu génio ou pelo seu talento, mantêm um permanente contacto com o secreto instinto da raça, toda a pretenciosa architectura dos falsos renovadores da tradição desaparecia: — e nunca me heide esquecer do quanto me foi consolador ouvir de Columbano, num dia em que o regímen perigava, as mais ardentes expressões de fé e de certeza no futuro da República!

Nunca eu supuzera que êsse homem de génio, vivendo oculto na sua cela de monge para melhor amar a sua arte, longe de toda a agitação política, assim sentisse e amasse a República. E porquê? Porque ela lhe aparecia como a aspiração da alma nacional, como a fôrça suprema de coesão do povo. Só por isto — que é tudo.

De Junqueiro, de Teixeira de Queiroz, — não falo. São velhos republicanos e o seu exemplo seria sempre discutível pelos contrários. Mas porque não citarei os nomes de Augusto Gil? De António Patrício — que nem na sua permanente atitude de dandismo mental pôde esconder a emoção profunda que o tomou nas horas últimas de provação para a República? De Leonardo Coimbra, que é o único filósofo português contemporâneo? De Júlio Brandão, o poeta da elegia? De Aquilino Ribeiro, o único romancista da geração nova? De Teixeira Gomes, o pro-

sador supremo? De tantos outros, enfim, que representam a vida mental e artística portuguesa no que ela tem de mais levantado e mais sério? Sem receio de que me contradigam, afirmo que, salvo duas ou três excepções, nenhum dos grandes espíritos portugueses contemporâneos deixa de amar e de querer a República. Claro que não são sectários dêste ou de aquele partido político; claro que vivem fora de toda a agitação exterior; mas entendem, ou sentem, que dentro das actuais instituições encontram um maior acolhimento para as suas sensibilidades, uma garantia maior de expansão para as suas obras, e um maior respeito popular a envolvê-los. Columbano, cujo nome cito porque a sua autoridade de artista está acima de toda a discussão, Columbano me dizia que, no Museu de Arte Contemporânea, que tão brilhantemente dirige, a gente do povo era a mais atenta e compreensiva de todos que visitavam o Museu. E a mesma observação me fez o dr. José de Figueiredo, director do Museu de Arte Antiga, com verdadeira simpatia e algum espanto...

Mas, há mais: — o único educador português do nosso tempo, o único criador de valores pedagógicos novos, o fundador dos Jardins-Escolas João de Deus, que são unanimemente admirados pela organização e pelo método que a êles presidiu, é um republicano convicto, — o Dr. João de Deus Ramos. Em toda a barulheira reclamista que se fez em volta das esperanças monárquicas, em todos os doutrinários da causa, não apareceu um ponto de vista original sôbre matéria educativa, nem surgiram mais de que defensores de maneiras de ver já conhecidas nos tratados de inspiração jesuítica... Querer ser o exemplo de gerações novas — e não saber propor nem realizar escolas de novo método e de novo sentido social, é um fracasso absoluto para os que pensavam vir em breve a dirigir o País. Talvez, por isso mesmo, fôsem possíveis os *trauliteiros* e passaram quási sem protesto, na monarquia do Pôrto, as inqualificáveis violências que lá se praticaram, bastantes para deshonrar qualquer regímen perante as mentalidades honestas...

Em qualquer outro país seria perfeitamente inútil falar nestas banalidades.

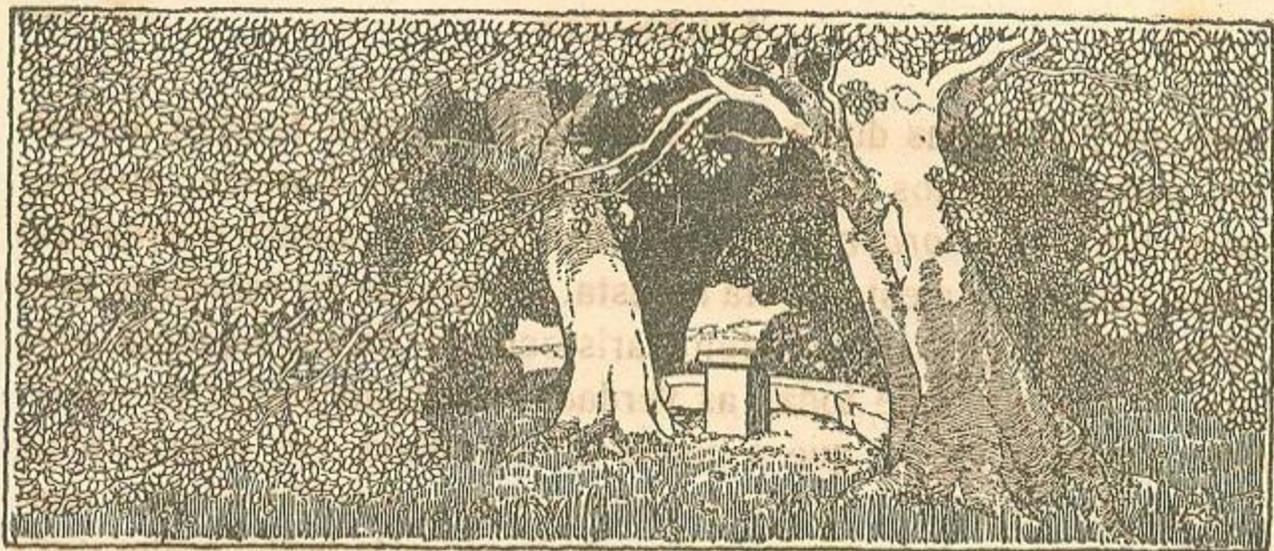
Em Portugal, porém, a insistência não é inútil, de tal modo foi persistente a campanha para conquistar, como defensores da causa monárquica, os melhores espíritos que despertavam nas modernas gerações. Nada se poupou. Os elogios, as louvami-

nhas, as promessas duma glória aristocrática que sempre desvairam mais ou menos sensibilidades incipientes. Parecia, mesmo, haver um *mot d'ordre* entre as senhoras para darem o prestígio da sua elegância a esta tarefa nefasta. . . Apenas se esqueceu uma coisa: — e é que a verdadeira aristocracia da inteligência vive fora e mais alto que todas as verdadeiras aristocracias da sociedade ou de nome; e que a noção de liberdade, em toda a alma *de élite*, é tão grande, que sufocaria nos chás das cinco e nos conventículos em que se protegem e admiram, *pèle-mêle*, a literatura da *Femina*, os bailados russos, as conferências (algumas dignas de melhor sorte, aliás), da Liga Naval, e os vilancêtes pretenciosos da distinta amadora Madame X. . ., ou o culto da tradição do ilustre poeta Y. . .

Quando a República se proclamou, em 1910, viu-se que tinha consigo os homens mais ilustres do povo. Nesse tempo, a elegância mental estava do lado da República. Os monárquicos tentaram chamar a si os intelectuais: — descaminharam algumas cabeças mais fracas. Da obra dêles, no entanto, nenhum movimento nasceu, nem sequer o da tradição, já criado, entre outros, por Afonso Lopes Vieira, quando eu o conheci republicano. Agora, que a República de novo triunfa, e definitivamente, pareceu-me interessante fazer êste balanço rápido — e mostrar como a grande maioria dos espíritos representativos, daqueles que nos honram, aqui e no estrangeiro, estão com a República, ou não estão com a monarquia. De que lado existe, pois, a superioridade intelectual; isto é, a suprema elegância do espírito e do talento? A resposta não pode ser duvidosa.

A vitória da República saneou, não só o meio político, mas também o meio intelectual e artístico. É sôb a sua influência renovadora que todos os trabalhadores do espírito encontrarão um ambiente desafogado e a certeza duma glória mais sólida. É isto porque traz consigo a paz e o sossêgo, indispensáveis para a criação mental e a liberdade de pensamento — que foi sempre a fôrça propulsora da invenção, do sonho e do lirismo. . .

JOÃO DE BARROS.



Judas

Não digo isto de todos vós: eu sei os que tenho escolhido: mas para que se cumpra a Escritura: o que comia o pão comigo, levantou contra mim o calcanhar.

Na verdade, na verdade vos digo que um de vós me há de entregar.

(S. João. Cap. XIII).

É à boca da noite. Um figueiral. Vem da terra sedenta um bafo mórno, como um hálito de febre, que perturba. Nascem estrélas, tão longínquas, que ainda é maior o desamparo à roda. Judas Iskarioth, sem ruído, taceia os troncos das figueiras, uma a uma: estuda os ramos, verga-os, concentrado. Pára emfim, descalço, sôbre as raízes duma, contorcidas. Tira a corda que escondia sôb a túnica, vai a passá-la a uma braçada, hesita, como se ouvisse, no ar morto, alguma voz. Nada bole. Só o figueiral, agora, incensa mais, — como um turibulo místico na noite. Muito a medo, inquietamente, espreita. Tem a face limada de martírio. Súbito, como um perfume se faz corpo, a sombra de Jesus aflora o chão. É vaga, — como uma imagem de vento feita em nuvens. Tem as mãos trespassadas e sangrentas, a Face ainda envolta em bandeletas, de onde filtra o olhar, amorosíssimo, caindo como um eco de soluço: os pés, — de luar ferido, mal pisando.

Judas, devagarinho.

— Tu, Senhor!...

Nem as figueiras ouvem. É um ondear de almas no silêncio.

A Sombra de Jesus.

— Venho trazer-te o beijo que me deste.

Judas, com espanto e êxtase.

— ... Quem levantou a pedra do sepulcro?

A Sombra de Jesus.

— Já três dias passaram sôbre a morte: e tudo se cumpriu como me ouviste. O Filho do Homem ressurgiu, — e fala-te. Venho trazer-te o beijo que me deste.

Judas.

— O beijo que te dei?... (*Mostrando a corda*) Olha... É o que eu posso fazer. Não posso mais. Há três dias, numa torre cega, emparedado em mim, que eu agoniso. (*Pende para Ele como exangue.*) E é a mim que tu vens? Pois é a mim?... Já Maria te viu? Alguns dos Doze?...

A Sombra de Jesus.

— Dos Doze és para mim o mais amado.

Judas, com desespero.

— Não posso ouvir, Senhor: não devo ouvir.

A Sombra de Jesus.

— Dos Doze és para mim o mais amado.

Judas, com lágrimas rolando-lhe, num sôpro.

— Endoideceste na morte, no martírio. Foi na Cruz, e foi por minha culpa. Eu sou Judas, Mestre, o que traíu; o que, por trinta dinheiros, te vendeu; e em Gethesemaní te foi beijar, para que caíssem sôbre Ti e Te prendessem. Eu trouxe-me em mim mesmo sem saber: como um ninho de viboras, oculto. Não sabia que era assim, e sou assim: mas Tu sabias, Mestre, Tu disseste...

A Sombra de Jesus.

— E que fôra, sem ti, o meu destino? Como iriam cumprir-se as Escrituras? Pensas que a esta hora, na ravina, o cedro que deu corpo para a Cruz, se mirra de remorso, decepado? Tu foste tão culpado como o cedro. E ninguém sofreu tanto como tu.

Judas.

— Os Teus pés trespassados... Tuas mãos... Oiço mais que a Tua bôca, a bôca dêles. Fui eu, só eu que Te crucifiquei. Fui

aos Príncipes dos Sacerdotes, e lhes disse: Que me quereis dar, e eu vo-lo entrego? E recebi trinta dinheiros nesse instante: e desde então, sem sono, sem fadiga, busquei a hora melhor para entregar-te: e os guiei pela calada, ao Horto...

A Sombra de Jesus.

— Escuta: eu sei melhor, melhor que tu. «*Em verdade, um de vós me ha de entregar*», disse eu ao fim da ceia: — e tu ouviste. Todos ouviram, todos duvidavam: olhavam-se uns aos outros, sem saber. De quem falava eu tão tristemente, com o espírito turbado, olhando em mim? João tinha a cabeça em meu regaço. E disse-me: Senhor, pois quem é êsse? E eu respondi: «*Aquele a quem eu der o bocado, depois de o molhar: E dei o bocado, depois de o molhar, a ti, Judas Iskarioth, filho de Simão.*» E depois do bocado, logo a perdição entrou em ti. E eu disse-te ainda: «*O que tens de fazer, fá-lo depressa.*» Nenhum dos do Cenáculo entendeu. Tu saíste sem vêr: era já noite. Ias como a semente vai no vento: como um perfume de lírios num tufão. Não vêes qual era a Mão que te empurrava?... — Foste ter com os Sacerdotes e os Anciães: e fizeste o que tinhas de fazer. Da outra banda do Cedron, no Jardim lúgubre, o vento, como os Onze, dormitava. Eu, triste até à morte, ajoelhára: o Espírito em oferta, e a carne inquieta. E orava a meu Pai, suava sangue, quando à luz dos archotes que irrompera, entre reflexos de armas, eu te vi... E vieste para mim: e me beijaste. «*Salvé, Rabbi*», disseste: e me beijaste. E mudou de rumo a tua alma. E começou o teu martírio nesse instante.

Judas.

— Rabbi: és a Verdade... és a Verdade...

A Sombra de Jesus.

— E começou o teu martírio nesse instante. Buscaste os Príncipes dos Sacerdotes, — vinha a manhã ainda rompendo. E entregaste o dinheiro que te deram: as trinta moedas de prata que queimavam. «*Entreguei sangue inocente*», lhes disseste: «*pequei*»: mas êles responderam: «*Que nos importa isso a nós*»? E nem te olharam. E uma grande loucura te tomou: a loucura amorosa de salvar-me. E foi a tua alma, o eco da minha. Quanto sofri, foi um soluço nela. E depois de cumprires as Escrituras, lutaste

contra elas por amor. Engendraste sedições dentro de ti. E querias dar-me fuga no caminho : quando eu fôsse a caminho do Calvário. E não tinhas ninguém a quem te unir. Os mais vís que eu curára, repeliam-te. Tapavam os olhos com os andrajos, se chegavas. Ninguém na terra foi mais só que tu. Como um sonho de vespera de bodas, sonhaste ser também crucificado. Para lavar-te a alma, nem o mar. E querias ser tão puro como os lírios. E morto de tristeza, viste a Morte, a engeitar-te também, com horror de ti. Mais que na de Maria de Magdála, ecoou na tua carne o meu suplicio. Tiveste as minhas convulsões, os meus suores. Exalaste a alma com a minha, dizendo ao Pai : «*Porque me abandonaste?*» E era quási a hora sexta. E houve trevas, até à hora nona, em toda a terra. E cuidaste que elas vinham para esconder-te, para libertar da tua vista, homens e coisas : e tremeste de frio e de terror. E doíam-se as pedras que pisavas : e só por ti, por o teu crime, o véu do Templo se rasgou de meio a meio. E saíram os mortos dos sepulcros, e a uma lua de eclipse, te apontavam. E crêste então em mim mais do que os Onze : com maior amor e com mais fé. E escondendo uma corda sôb a túnica, vieste para aqui. E quando viste que as figueiras se quedavam, não contraíam os ramos se as tocavas, tiveste de gratidão os olhos razos. E eras outro. Eras tu em ti mesmo, abrindo em ti, como a estrêla da tarde na cisterna . . .

Judas ergue-lhe as mãos: os joelhos ve rgam-lhe.

A Sombra de Jesus.

— Tu foste o instrumento que sofria : — o espinho que sangrou, ensanguentando-me : o prego que ao cravar-se, se fendeu : o lenho que deu corpo para a Cruz, e abriu de dôr, e se escoou em sangue. O vinagre que eu bebi, era em ti chôro : a púrpura de escárnio, — labareda. Não me traíste, não : serviste o Pai : e ninguém tão humildemente como tu. A tua baixeza é a tua altura. Por ela, o figueiral incensa mais. — Não sentes ? Está a ungir-te com perfumes, como Maria, em Bethânia, antes da Páscoa, me ungiu com nardo puro para o túmulo. Os lábios das minhas feridas vêm falar-te : vêm dizer-te baixinho neste instante : — Dos Dôze és para mim o mais amado.

Judas, num sôpro, o coração partido.

— Oh ! Oh ! Senhor . . .

A Sombra de Jesus.

— Venho trazer-te o beijo que me deste. (*Beija-o.*) Assim foi pago. Chegou p'ra ti a hora. Vou deixar-te. Viste nos olhos, o destino: é o que te resta. Bendita a figueira que escolheste... a corda que seguras...

Some-se a Voz e a Sombra de Jesus. Judas olha a figueira com enleio, como se visse nela a sua noiva. Dum gesto certo, passa a corda; faz o nó sorrindo; enfia o pescoço em beatitude, como se fôsse uma janela para além; e cingido enfim ao seu destino, com a alma nupcial, — enforca-se. A figueira estremece, num espasmo. Caem frutos no chão. E tudo escuta. Vai-se escoando a noite ainda mais lento.

Foz do Douro, 20, Maio, 1918.

ANTÓNIO PATRÍCIO.





Arte e democracia

(Palavras proferidas em comemoração do dia 5 de outubro na inauguração de uma galeria de trabalhos de artistas-alunos da Casa Pia.)

MEUS SENHORES:

SENHORES PROFESSORES:

ANTIGOS E ACTUAIS ALUNOS:

Com muito prazer os vejo reunidos em volta de mim para comemorar o dia da proclamação da República e inaugurar a galeria de trabalhos artísticos que com grande empenho e êxito consegui organizar nesta casa. Aproveito também esta ocasião para, mais uma vez, afirmar os meus agradecimentos pela maneira por que os antigos alunos artistas, alguns dos quais dos mais notáveis do país, aquiesceram ao meu pedido e contribuíram para a realização da minha ideia. A Pedro Guedes e a Eduardo Romero agradeço muito especialmente por terem sido os meus colaboradores mais directos.

MEUS SENHORES:

Não querendo deixar quebrar a tradição da comemoração da data gloriosa de 5 de outubro de 1910, creio que não poderia encontrar melhor forma de comemorá-la, do que, em homenagem a ela inaugurar uma galeria de arte.

Entre o culto da Arte e da Democracia não há os antagonismos que se supõem, e entre a Democracia e a Arte e esta benemérita instituição da Casa Pia há as mais íntimas afinidades.

Os artistas, em regra, nascem do povo, recrutam-se mais no tugúrio do pobre do que no palácio do rico. Como o oiro e como as pedras preciosas, a alma do artista, de ordinário, gera-se no

seio das camadas rudes, mais perto da Natureza, mais experimentadas pelas convulsões do Mundo, mais próximas do coração da Terra, mais à mistura com o grosseiro e forte. Dir-se-ia que para nascer, a alma do artista carece como o diamante, do fogo a que só o que é forte puro e elementar resiste, que como o coral tem de vir das profundidades do mar raivoso, ou como a pérola tem de nascer num berço humilde e pobre! O artista vem em regra do Povo. Bendito seja o Povo!

Graças ao artista, aperfeiçoa-se em nós o sentimento da ordem e da harmonia. O culto da arte não é outra coisa que a cultura da disciplina dos sentidos.

Se carecemos de ordem, de justiça e de paz, nenhuma melhor forma poderemos adoptar, para alcançá-las, do que cultivar em cada um o sentimento estético, o instinto que gera em nós o prazer de contemplar o que é ordenado e harmónico.

Quem gosa com a contemplação de um belo monumento, com a linha de uma bela estátua, com a combinação das côres de um belo quadro, com a elegância de uma bela atitude ou gesto, tem em si o poder que melhor do que nenhum domina o instinto destruidor, amigo da desordem e da agressão.

Cultivar os sentimentos estéticos, promover a educação do gosto, espalhar a arte, democratizar a arte, é fortalecer a ordem nas democracias, é a maneira mais segura de as valorizar.

O povo não se trata como a fera, que se contém com a prisão ou se sossega com repastos. Não é tão pouco a máquina que outros crêem e que para dar rendimento e trabalhar com ordem, carece apenas de instrução. Nem tão pouco é ainda o ser perfeito a quem só falta dar toda a liberdade. O povo é antes como a criança ou como a semente: contém em si o gérmen das mais belas virtudes, mas para que elas brotem e se desenvolvam, carece que dêle cuidem com carinho, e que até nas mais pequenas particularidades se lhe prepare o ambiente formador.

A cadeia irrita-o. A esmola vexa-o. A instrução só por si, torna-o ambicioso e vaidoso. Só a educação, só a inibição, a moderação, a derivação, ou a sublimação dos seus instintos de combatividade e sensualidade, podem conseguir fazer dêle o que êle pode e deve ser: a suprema e mais prestimosa fôrça da sociedade.

Bem andam os chefes de Estado que chamam a si os artistas, e que pelo culto da arte procuram educar o povo, aperfeiçoando-

-lhe o gôsto, sublimando-lhe a ansia de prazer, derivando-lhe a sensualidade, habituando-o aos ambientes da arte, onde governa a ordem e a harmonia impera.

Citoyens, ne soyez points des ingrats!, palavras de Mr. de Rozier, e estas outras de Boscan:

*Si fuera verguenza hablar
Sepan todos que mas culpa
fuera el daño d'el callar,*

estas foram algumas daquelas palavras com que o célebre escultor português Joaquim Machado de Castro, acompanhou um discurso sôbre as *Utilidades do desenho*, pronunciado na Casa Pia do Castelo, em 1787, em presença da maior parte da Côrte e Nobreza.

Essas eloqüentes palavras ajustam-se também a êste momento, embora o discurso e o auditório sejam mais modestos.

Nesta benemérita Casa Pia, nesta benemérita e afamada Casa do Povo, a arte tem sido sempre objecto de grande culto.

Manique, o Intendente, o Fundador, teve como uma das suas maiores preocupações o criar artistas entre os alunos da Casa; fundou uma Academia em Roma, abriu a primeira aula de desenho do Nú e protegeu alguns dos nossos melhores artistas. Sequeira, o maior pintor português, consagrou na tela a fundação da Casa Pia e pintou o retrato do fundador.

Em tempos mais próximos de nós, o provedor Margiocchi foi de todos, talvez, quem mais cultivou o interêsse pela educação de artistas e a êle a maior parte dos que figuram na nossa galeria, devem a sua educação. Esta é uma das razões porque o seu retrato nela figura e eu gostosamente lhe presto homenagem.

Com a proclamação da República, o ensino do desenho, na instrução primária, tomou em nossa Casa as maiores proporções, e êste facto corresponde ao interêsse que pelas coisas de Arte o 5 de outubro trouxe, e que se revelou pela maior freqüência dos Museus e dos concertos musicais, pela maior facilidade e successo na venda de obras artísticas, e pela organização de grandes orquestras, o que tudo honra a República e vincula de glória o período em que presidiu a seus destinos o Dr. Arriaga, alma de Artista e de Santo, cujo retrato por mais do que um motivo figura também na nossa galeria.

E em nome de todos, e particularmente em nome dos artistas, eu sinto, que posso dizer:

Abençoados sejam os nossos benfeitores!

Abençoada seja a República!

Abençoado seja o dia 5 de outubro!

Cinja a nossa gratidão todos os que nos protejam ou protejeram, qualquer que seja a época e crenças a que pertençam!

E abençoado seja o Povo, donde nos vem a maioria dos que aqui se educam.

Trabalhemos pela sua educação e valorização; trabalhemos pela Democracia, porque trabalhar por esta é trabalhar pela glória da nossa Casa, e pela prosperidade da Nação! Pela Democracia os Aliados se batem.

Cantastes já, rapazes, o hino da nossa Pátria?

Cantai agora o hino da libertação do Povo!

Allons enfants de la Patrie...

Belem, 20—IX—918.

A. AURÉLIO DA COSTA FERREIRA.





Sonetos

I

ÚLTIMO SONO

*Por tardinha, ao fluir de calmo agosto,
Quando a folha de tília vai caindo,
Quando o abrolhar da noite é suave e lindo
E o sentimento sobe da alma ao rosto ;*

*Em cabeçal de folhas bem composto,
Olhos fechados noutra ceu abrindo,
Os pés a poente, o peito ao ceu infindo,
Como em descanço de mortal desgosto ;*

*Por mimosas mãosinhas ageitado,
Sorrindo ao vasto clima qual sorri
A semente num campo cultivado,*

*Às folhinhas, que tanto estremeci,
Nos montes se ha de ouvir em tom rezado
Que com elas sonhando adormeci !*



II

Para Leonor Maria Tereza de Vila-Moura Soto-Maior.

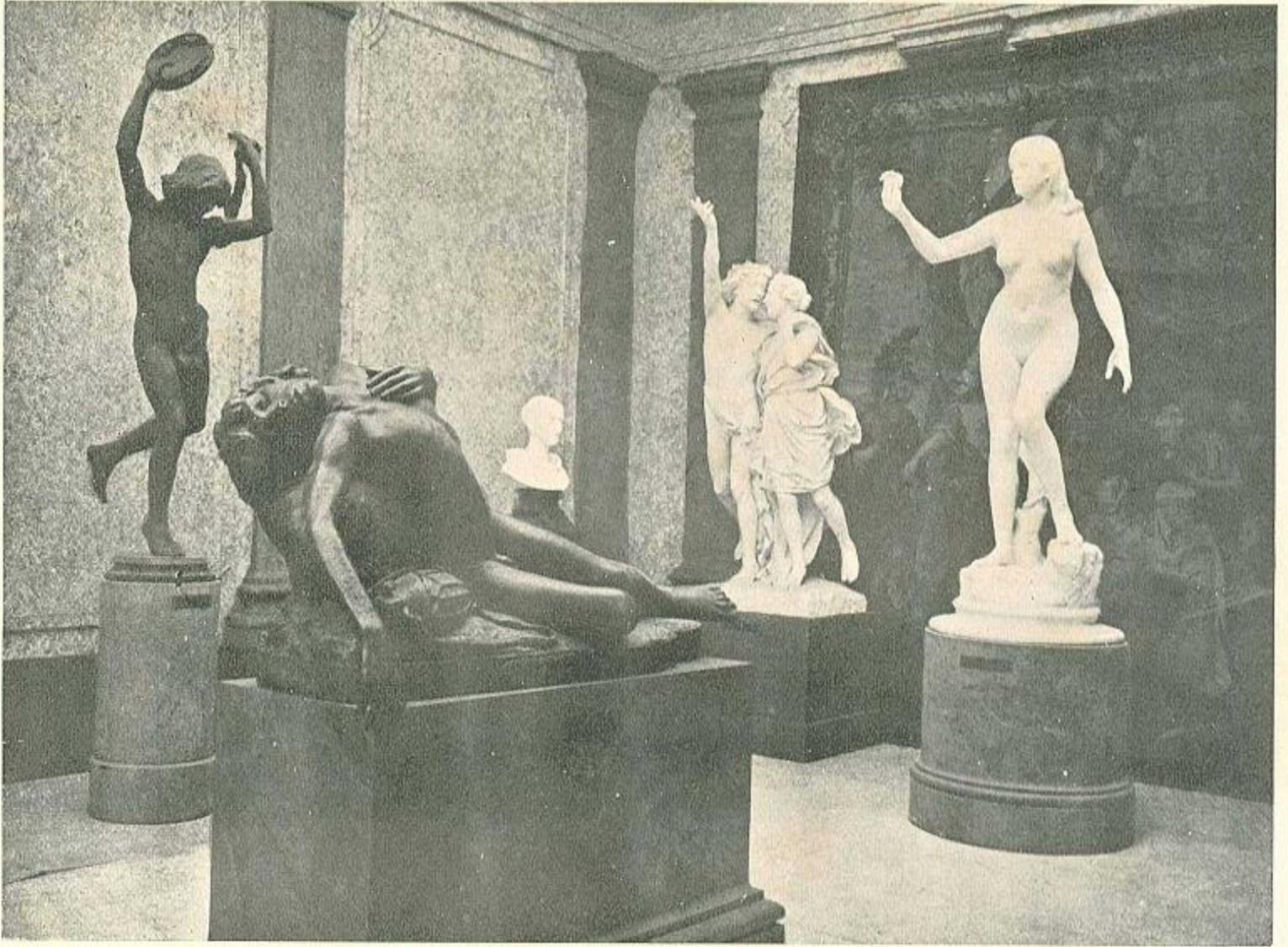
*Criancinhas, de herldáico perfil!
Num lêdo e vivo garrular de fonte,
Com sonho e esp'ranças a botoar na fronte
Qual via-lactea pelos ceus de anil!*

*Que tendes na alma o sol e a flor de abril
Sem neves ou mau ar que vos afronte,
Sorri contentes e ninguem vos conte
De meu destino os infortunios mil!*

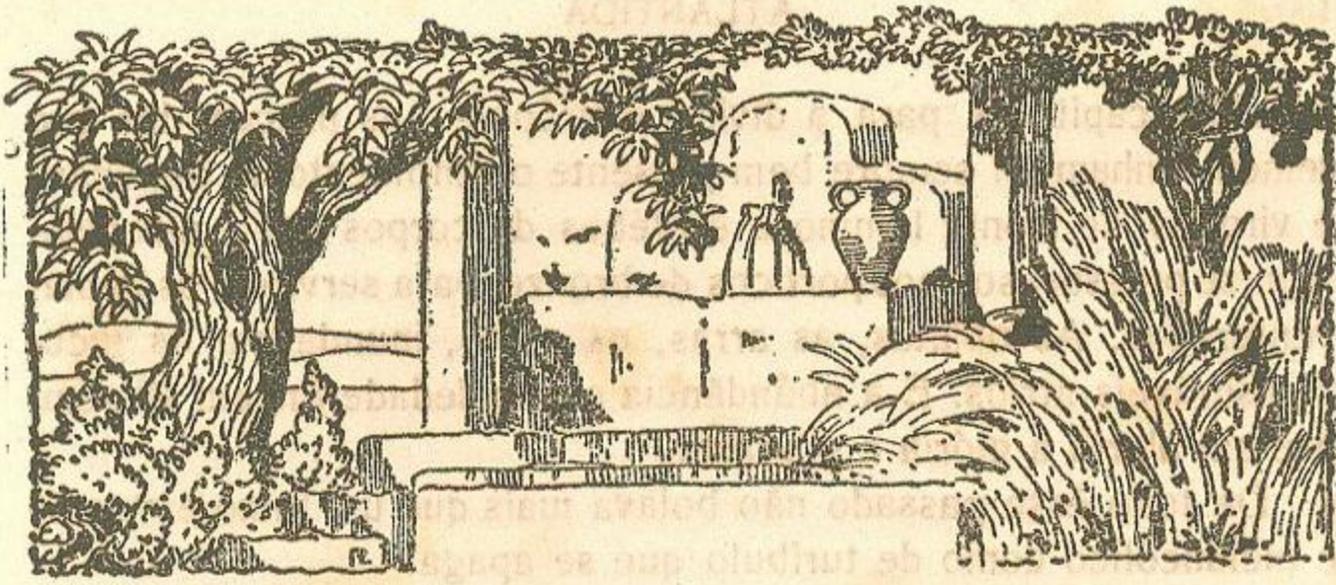
*A mágua, oh anjos! que a chorar desfio
(Meu triste berço quando ao mundo vim!...)
Vos poupe sempre o coração macio!*

*Mas se o meu canto por magia, enfim,
De minha oculta dôr vos der o fio
Ponde as mãosinhas e resai por mim!*

JOAQUIM DE ALMEARA



MUSEU DE ARTE CONTEMPORANEA
Galeria de escultura



Bufoneria heróica

A *F. Santos Tavares*

Tempos há, remotos, o Deus deixou perder o império que tinha sôbre os mortais. Os tributos e as oferendas chegavam ao paraíso escassas e fora de horas, como de caseiro que rouba a rasa e é relapso. A economia celeste resentia-se até os fundamentos desta rutura de vassalagem e o engenho dos mordomos era ineficaz para minorar uma situação que dia a dia piorava.

O Eterno, no seu tabernáculo inacessível, depois de mil façanhas que haviam confundido os homens, deitara-se a dormir a sesta merecida de cultivador que desbravou um brejo. E, se êste enfado indício não dava de quebranto em seus membros sempre rijos, testemunho parecia de cego crêr. na constância de sua obra. Por um movimento, porêm, falso, infinitésimal, que se filtrara da rigorosa relojoaria, os seres e as coisas acabaram por ser arrastados em parábolas não previstas. Os terreanos, sobretudo, haviam esquecido que acima dêles pairava uma vontade toda poderosa, criadora e reguladora, que do simples gesto do index espalhára pelos espaços, como quem sacode borboletas, esferas monstruosas de luz e de lama. Esqueceram, e todas as suas colónias, mais frustes que o morrão dos candelábros celestes, haviam-se tornado mais orgulhosas, mais livres, mais rebeldes que academias de diabinhos. Nelas não se recolhia já, na fragrância da espontaneidade, êsses mimos beatos, cristianíssimos, tão gratos ao ânimo e tão indispensáveis ao gôso da côrte celeste. Outrora, o incenso das Arábias, queimado pelos que louvam, subia em

trombas capitosas para a divina metrópole; as preces dos que temem tinham ali sempre bem presente o sentimento de dominar; e virgens de fronte luminosa e efébos de corpos ágeis atropelavam-se pressurosos aos porticos de bronze, para servirem os bema-venturados. As oblatas, as arras, os votos, inundavam os inco-mensuráveis átrios. E a abundância e a saciedade tinham ali sempre em alerta a glória e o prazer.

De todo êsse passado não boiava mais que um fumo esvaente e melancólico como de turíbulo que se apaga.

Foi para deliberar sôbre tão grave problema que, a convite de S. Tomás, em concílio se reuniram os doutores subtis, os prégadores eximios, os teólogos de silogismo mais certo que a funda de David, todos os que se haviam assinalado na terra por mente pura e rasgo sereno. Santo Hilário alvitrou que se chamasse Virgilo dos infernos e Origenes e Tertuliano, de cérebro implacável, mas logo S. Epifânio e Eusébio atalharam que, além do passo ser temerário por pôr em causa entendimentos pagãos e almas ímpias, a deprecada, carecendo do beneplácito do Senhor, iria soar um alarme, tão intempestivo como nefasto. E, prevalecendo êste voto, longas e laboriosas horas, enquanto nas alamedas jucundas do Jardim das Delícias, os rouxinóis, os sabiás e os pavões, que também sabiam cantar melhor que primas-donas, derramavam sua solfa às rebatinhas, se consumiram no propósito de remeter ao jugo dos céos os mundos emancipados. Presidia Abraão, de barba tão longa e alvacenta que, acima dos crâneos negros e das faces de pergaminho, parecia uma catedral regada de neve e luar. Os alvitres foram vários e de circunspecção como estava em sua natureza de iluminados.

— A memória dos homens é curta e passageira — percorreu S. Francisco de Assis, embrulhado naquela túnica de burel a que os aromatas do céu não tinham apagado o odôr a raposinhos da lã da terra — e os livros sagrados são memórias mortas. Os homens lêem com os olhos quando seria preciso soletrar com o coração. Deus e a sua lei é uma estéla que se apaga. Para que reviva, que Deus desça à terra e fale aos homens de boa vontade. Que vista a serguilha dum pedinte e de porta em porta, de burgo em burgo, mandando calar os cães dos casais, e escoltado de passarinhos, semeie as suas graças e os seus milagres. E, eu vos digo, a cegueira humana dissipar-se há como fumarada que é.

— Não, — contestou S. Bernardo, o melífluo — à magestade divina repugnam os espectáculos de histrião. Deus é Deus e os homens, perante êle, menos que a sombra dum verme que passa. Proponho que se nomeie uma delegação, provida de plenos poderes, que vá percorrer o mundo. O processo não deixará de ser salutar se com geito e arte, tal como procedi na Germânia, fôr operando milagres, ressuscitando os mortos, estropeando os incrédulos, limpando o coiro dos leprosos e passeando sôbre as ondas como sôbre o tabuado dum baile.

— Os homens duvidarão sempre — redarguiu Torquemada, de sorriso piedoso. — Não arvoraram êles a dúvida em instrumento de compreensão? Melhor será soltar as sete pragas sôbre o mundo, que o mêdo, a covardia e a dôr os farão ingressar na órbita da divindade.

— Loucura! — exclamou Savonarola — Esmagar não é convencer. A alma humana é mais sinuosa que a serpente. Nenhum protesto lhe é bastante profundo, nenhum escarmento lhe é salutar, nenhuma conversão lhe é duradoira. Reformar, reformar o culto eis a providência indicada!

— A desordem! — objectou o santo padre S. Basílio magno. — Para nós a imobilidade é a fôrça. Adaptai, e os homens farão da contingência uma lei absoluta. Porque são soberbos e estultos. Lá diz um dos nossos insignes confessôres que nos ouve: *Propheta senex est mundi vanitas, quae falsa semper prophetat*. A medida, quanto a mim indispensável, veneráveis doutores, é que aos pontífices seja dada uma fôrça capaz de vergar a do mais poderoso monarca. Dominar pelo ferro ou dominar pela persuasão é sempre reinar.

No parlamento celeste as vozes chocavam-se antagónicas e irreductíveis. Uns eram pelas ideias da fôrça bruta como Santo Inácio, outros, acaudilhados por S. Tomás, propugnavam a fôrça das ideias puras. E, entre as testas reais, brados partiram sugerindo uma cruzada de querubins e potestades, submetendo os rebeldes a corisco e a relâmpagos. Mas sua cordura de santos, já a Ursa maior tinha aparecido e desaparecido na iluminação do Paraíso, prevaleceu, afinal, na seguinte decisão: advertir a divindade dos riscos que corria o Reino dos céos. E, encerrado o concílio, se tresmalharam no perpétuo gôso de suas bemaventuranças os filósofos de frente magoada, os profétas de olhos em carbúnculos, os doutores de pele resequida, os mártires tornados à

sua matéria primeira, de em par com as onze mil virgens que cabreavam nas alamedas, descuidosas e ligeiras.

* * *

Corria uma brisa de opoponax na metrópole divina, quando no escuro *Páteo dos ascetas* formava a deputação que iria ilucidar a Divindade. Numerosa, com representantes de todas as artes e de todas as virtudes, de todos os tempos e de todos os planetas. Lusida e compacta, entre todas, a falange terrestre. À frente, Ilias de capa estrelada e Moisés empunhando a serpente de bronze. Seguiam em tropel os apóstolos com saios de estôpa e de sócos, os anacoretas embrulhados num farrapo de pele, os papas arrasando brocados imponentes, os bispos mitrados e os bispos belicosos, jesuitas de garnacha negra e padrinhos de pé alceiro. Uma Santa Tereza, uma Rosa de Alexandria, vestidas de branco em noivas de Cristo, pareciam lírios vogando numa corrente.

Pôs-se o impoderável e imenso cortejo em marcha, na vanguarda os anjos custódios, no couce as charamélas de pífaros e tambores como era da pragmática. E, quando chegaram ao Santo dos santos, que ali se erguia entre árvores, mais esbeltas que narcisos e mais copadas que baobabs, a guarda divina dos archeiros, de azas brancas de forte envergadura e espada flamejante, safu a tomar-lhes o passo, num arruido de mil trombetas. O arcanjo S. Gabriel recebeu a mensagem, e os emissários entraram no átrio, de fábrica tão preciosa que só olhos imortais não cegavam de seu fulgôr.

Demorado foi o aparato que arrancou o Deus ao êxtase de si mesmo. O toque incessante das campainhas rolava pelas abóbadas, e ouviam-se ruflar pelos ares, mas não se viam, as azas ligeiras dos tronos. A bôca dalguns santos tremia num bocejo sofredado.

O Deus-pai surgiu, afinal, sôbre uma cadeira de oiro, montada sôbre quatro ateletas nubios. E a magestade de sua face era tão sublime que toldou a luz clara do recinto e fulminou de torpôr a pupila dos bemaventurados.

Em acento humilde, o deão dos patriarcas universais, mais diáfano que um raio de lua, expôs as razões da deprecada. E á medida que a sua voz corria, os luminares do Empireo, animando-se, apoiavam:

— Assim é, Senhor!

Sem lhes tornar resposta, o Deus fez sinal para passarem a um eirado, donde se descortinavam os mundos, vogando na esteira surda do éter. E aí, alçando a mão em pála sôbre os olhos, prescrutou a imensidade. E tão rápida e segura devia ter sido sua vista de aguia, que a cólera o invadiu, uma cólera que fez estalar, pelo Paraíso, nas mãos dos músicos alaúdes e cítaras, e as estrêlas se puzeram a correr mais depressa, como pombas alucinadas. A turba multa dos santos tinha dobrado a fronte, pálida e receosa.

De geito iroso, empunhando o óculo de longa vista, assestou-o sôbre a manada de astros. E, feito o seu juizo, volvendo-se para os grandes aulicos da côrte, disse:

— Porque não me avisastes, mais cêdo?

— Senhor, — respondeu Abraão — tínhamos medo.

— Poltrões! Agora que se há-de fazer?!

— Mandar outra vez Cristo entre os homens — aconselhou S. Paulo.

— Ah! o doido! . . .

Cada clam apresentou seu alvitre e todos foram regeitados. E, como o incomensurável saber dos santos não atinasse com remédio ao incomensurável mal, o Deus despediu-os de gesto violento e desdenhoso.

*
*
*

A um aceno seu, um sarafim abalou a chamar os três pupilos, àquela hora retidos no saráu de Santa Maria Egípciacca. Apresentaram-se êstes, lesto e subtís, como era sua faculdade divina. E, com o index que regera os mundos ao sair da confusão, apontou-lhes entre outros um ponto escuro, rolando no espaço:

— Vêdes?

Os olhos da celeste trindade, que penetravam o longe e o perto, distinguiram instantâneamente o grão de areia perdido no abismo.

— Vemos; vemos a terra.

E em seu espírito sublime prepassou a história daquela bola de humus e de frágua, imunda como uma herpes, para onde seu Senhor degradára um casal de réprobos. Estava no fadário de sua pena perdurar, e a semente maldita germinou. Feroz, faminta e barbara, a vida foi-se-lhes afeiçoando àquele rochedo, regando-o

de sangue e de suor, chorando e cantando. E, centelha da forja divina, cresceu em borbotões, enxameou, formou colônia, que por sua mácula originial e pela aspereza com que lutava, na língua do Paraíso se chamou o *Vale de lágrimas*. Numa hora, enfim, de imensa bondade, o Deus apiedou-se, remetendo-lhes um mensageiro que, ensinando-lhes a lei, os remisse da morte eterna. E assim começou a seára louca da cristandade. Ali, naquela áscua miserável que saltára da fornalha em que o Criador amassava os astros, recrutou o Paraíso exímios filósofos, prégadores de verbo intemerato e donzelas especiosas de coração de bronze. E mais duma vez tinham surpreendido o Senhor, ali naquele eirado, de olhos postos sôbre os homens, murmurando:

— São os mais tristes e os mais fieis!

Os jovens deuses contemplavam, assim considerando, aquele redondo rochedo, quando o Senhor dos senhores tornou:

— E que assinalais?

— Que assinalamos? Cidades tentaculares, gente, muita gente que vai e vem...

— Apenas?

— Multidões noctambulas... bôcas que se beijam...

— Que mais?

— Náus tresloucadas no mar... ah! Senhor, um irmão que esfaqueia o irmão...

— Mais, ainda?...

— Semeadores que blasfemam atrás dos bois... Ih! tantos cadáveres a bailarem na fôrca... e ah! dois exércitos que formam em linha de batalha... vão-se acometer... a cavalaria carga... Suspendei Senhor, por quem sois...!

O Eterno encolheu os ombros, desdenhoso.

— Criaturas que órem, não vêdes? — interrogou êle.

Os olhos preclaros percorreram a cidade, a campina e a floresta. E, não se lhes deparando seres em oração, para não amargurarem o Pai celeste, responderam:

— Devem orar nos templos.

— Não, já não há na terra quem ore... mas procurai.

Os três deuses sondaram os fólhos mais reconditos do planeta, e do que descobriram deram conta ao Deus anuveado.

— Além, naquela catedral vai grande bulha... lá, dá-lhe o sol de chapa nos vitrais; as torres flamejam de galhardetes.

— Bem vejo; é um rei que vai a sacrar. Está agora no altar-

mór diante dum bispo que harenga. Para ali estar envenenou seu senhor e dizimou seu povo. A corôa que leva na cabeça foi forjada com o oiro de custódias.

Êles curvaram-se sôbre o abismo, imóveis, em espia.

— Na verdade! É como é risível e soberbo aquele saco de podridão? Deixando-o impune, Senhor, bem se mostra a exagerada brandura de vosso ânimo!

O Deus afastou o olhar, triste e enojado. Seus jovens pupilos continuavam observando o astro insignificante, e, na uniformidade do absoluto que ali fruíam, o espectáculo daquela pequenez recreiava-os. Mas um dêles, o mais velho, estendeu o braço:

— Até que enfim, Senhor, vejo homens a rezar, lá, naquela igrejinha das serras...

— Bem vejo! bem vejo! É a multidão ovelhum e bárbara dos campos. Por rotina o fazem, hoje venéram-me a mim, como hontem ao sacripanta do Júpiter, e mais longe ao malvado Moloch. Não sei apreciar a fé dêsses brutos. E eu vos digo, após a devoção veem os descantes no largo e cantares que cheiram aos abraços, ao trêvo, à alegria de se entreamarem. Pagãos e brutos é que êles são...

— Assim será por mal dêles, Senhor! Diz Santo Ambrosio que o inferno não é menor que o céu. Alviçaras, Senhor, alviçaras! estou vendo homens que meditam a criação!

— São filósofos, meu filho! agentes de Satanaz, educandos de Satanaz, gerados por Satanaz no ventre da mais desenvergonhada filha de Lot. Foi um olvido meu, deixar vingar tais monstros. Oh! antes víboras de mil cabeças e vampiros com membrânas capazes de encobrir o sol sôbre o mar! Tempos houve em que eram inocentes pombas, do estôfo dêsse Tomás que os humanos chamaram anjo. Hoje são abutres que me devoram, que não veem em mim a substância eficaz, e mascam em meu nome como em seus adulterios ao saltar da cama.

— Êles, porém, Senhor, admitindo a preexistência dum único e primeiro, respeitam-te.

— Como já disse a Moisés — redarguiu o Onipotente, alçando o dedo luminoso — sou duma só peça. De Abraam, de Isaac, de de Godofredo, de Cisneiros. *Ego sum qui sum!*

— Acolá avistam-se sacerdotes que vos veneram.

— Javardos de engorda — pronunciou o Senhor dos senhores. — Olhai-os rotundos e anafados os pacíficos paquidermes!

Talvez, talvez um dia os frechemos daqui a tiros de azagaia a vêr como se rebola no lôdo sua carne mole e sebosa.

A excelsa trindade buscou debalde a alma dum justo ou a prece aflita dum convicto. Onde lhes aparecia ardor havia snobismo, onde se lhes deparava catequese havia cálculo, e onde crença hipocrisia. E, taciturnos, disseram ao Deus de frente taciturna:

— Os homens esqueceram que a Terra mais não é que um lugar de exílio de que vós sois o regedor e o carcereiro, Senhor!

*
*
*

No mais descampado do Jardim das Delícias, à beira, quasi, dos gosos, o *Solitário* vagabundeava de mãos atrás das costas. Os cabelos e a barba crescidos à nazarena, sandalias velhas nos pés, a mesma túnica que desbotára aos sóis da Galileia, nos olhos aquela melancolia impenitente que fizera tresloucar as mulheres. Nem uma potestade a apageá-lo, nem um querubim, imóvel a distância, a velar-lhe os passos. E, contudo, mais duma vez, Satanaz rompera até ali, por manha e temeridade, ripando almas benditas para a cova escura. Às lufadas, o som das charamelas passava sobre êle, confrangendo-o mais que inebriando-o. Em baixo, na vastidão glauca, os mundos rodopiavam, surdos, velozes e luminosos. E, se para êles descia a vista, a melancolia dos seus olhos punha-se a palpitar como rôlas feridas.

Maria Madalena, que o lobrigou do mirante alto de sua torre, veio ter com êle. Veio ter com êle intantâneamente, porque o pensamento para os colonos celestes leva seus corpos, intrespasáveis ao ferro, onde apeteçam, como a mais submissa liteira.

— Andais triste, meu amado! — disse-lhe ela.

— Maria, — respondeu êle — de verdade dizes que meu coração está triste. João veio anunciar-me que meu Pai distribuiu aos seus favoritos as três potências que dominam, e os encarregou de reconquistar a terra. Não havia de estar triste, Maria!? Por meu Pai, tanto ou mais que pelos humanos, penei, chorei, tive fome e frio, e morri num madeiro. Em minha incarnação de homem não houve tentação de espirito com que não lutasse, nem dôr carnal que me não abrisse chaga. Mas fazia-o abnegado e gostoso, certo que após o dia da ressurreição podia dizer e ouvir de meu pai, ante a pequenina terra: — A geira de Jesus!

O solitário calou-se um momento, recalcando sua amargura. Maria Madalena, diante d'êlé, resplandecia de amor.

— Deixaram a minha geira em mãos de maus seareiros, Maria! Estragou-se tudo. Meu Pai não me quiz ouvir, e seus mordomos descambaram no luxo e na licença. Não houve patife, da Igreja praticante, que não entrasse no Reino dos Céus. Quando passam por mim, têm um riso de zomba, Maria! Eu não os defronto sequer, mas sinto que me desprezam. Uma choldra, entre reis, papas, confessores, e monges de entendimento fechado. Já Francisco de Assis me dizia: meu bom Jesus, valia mais teres dado um pontapé a Cesar e sentares-te no trono! Meu pai, porque os negocios da terra não prosperam a seu talante e porque julgou inútil minha paixão, chama-me doido! E o galo canta e recanta e Pedro não confessa seu velho mestre! Maria, também há muito de podre no Paraíso!

Maria Madalena conhecia os impulsos do antigo revolucionário e, procurando acalmá-lo, disse-lhe:

— Meu querido Jesus, para que te ocupas com velharias de Justiça, não te bastará o nosso amor? Vem, hoje tenho festa em minha casa. Lembras-te, faz hoje anos que te vi pela primeira vez prègando desgrenhado às turbas na ribanceira do meu castelo. Vem à minha festa, terei lá Maria Egipciaca, Inês, Clara de Assis, tôdas as que te amam. Se dás licença, convidarei David para tocar harpa e Dante para nos recitar versos.

Jesus repeliu-a meigamente:

— Não, quero vêr passar os heróis que vão reconquistar a terra, a que devia ser só minha, minha geira.

E como a hora avançasse e ela conhecesse a tenaz vontade do rabi, afastou-se desolada e pesarosa.

* * *

Jesus andava passeando, quando viu chegar o mais velho dos favoritos de seu pai, a cavalo. O corsel tinha cascos de aço, jarêtes de marfim, e o garbo mais airoso que o de Santa Thais, quando era dos galantes.

— Onde vais? — perguntou-lhe Jesus.

— Reconquistar a terra.

— Levas então a *Fôrça*?

— Levo a *Fôrça* — respondeu êle, dando uma palmada no colo do ginete.

— Terrível potência é — tornou Jesus, brandamente — mas perderás o tempo.

— Como perderei o meu tempo? Não conheceis, por certo, o cavalo da *Fôrça*! Nestas ilhargas latejam todos os elementos do domínio, o ardor delirante do fogo, a fria actividade da morte e o ímpeto invencível do mar. Em suma, todo o génio misterioso do fazer e do desfazer!

— Embora!

— Ah! eu te asseguro que, por onde êle galope, ficará semeado o nome de Deus. Os fracos invocarão sua piedade, e os fortes louvarão sua justiça. E verás, há de reinar sôbre os vencidos, porque sofrem, e sôbre os vencedores porque rejubilam.

— Perderás o tempo! — tornou Jesus na mesma doce teima.

O guerreiro encarou-o num sobrecenho de orgulho e, sem mais réplica, desapareceu numa nuvem de pó.

Passou depois o outro mensageiro, muito composto, de passo medido, a fronte dilatada e nua.

— Onde vais?

— Restaurar o reino de Deus na terra.

— Que levas?

— *A Verdade*.

— Que é *a Verdade*?

— Uma poeira mais sonora e subtil que a chama dos corpos acêsos no éter. Produz as imagens mais caprichosas e favorece as ilusões mais transcendentas. Os olhos cegos dos homens, batidos dela, hão de parecer iluminar-se. E só Deus será o definido acima da indifinida nebulosa.

— Formidável potência é, — respondeu Jesus — mas perderás o teu tempo.

— Nazareno, — tornou o sábio, irónico e seguindo seu caminho — esqueceste o pêso do Sinédrio!

— Perderás o teu tempo!

Apareceu, afinal, o último pupilo do Senhor, uma jovem Deusa, frágil e cheia de graça, quebrando-lhe sua linha de teixo a lira de ouro. Tão doce, tão vaporosa que a alma do visionário enterneceu-se.

— Onde vais, irmã?

— Parece que reconquistar a Terra.

— Com quê?

— O Senhor entregou-me esta lira de amor, dizendo que ela me basta.

— É pois a potência que leves, o *Amor!* — disse Jesus; e pegando da lira, tirou dois harpejos que encheram os espaços, escuros entre os astros, de risonhas melodias. Uma sensação, ao mesmo tempo, lânguida, triste e alacre, coagulou, tomou o vôo, e despediu para os confins.

— É delicada como uma ave e firme como uma couraça — acrescentou Jesus, examinando-a. — E invisível aos olhos terrenos, não?

— Invisível.

— Não perderás de todo o teu tempo — murmurou Jesus.

— E bastará que vá pelo mundo tangendo minha lira, suave redentor?

— À porta de cada alma lançarás a maviõsa senha: ama!

— E ouvir-me hão?

— Se a *Fôrça* e a *Verdade* deixarem; mas, ouvindo-te, mil emoções contrárias e mil emaranhados sentimentos farão de cada alma uma floresta. Fel, voluptuosidade, infinito. E o incêndio atear-se há nela. E, incendiada, transida, ardente, buscará Deus como a consolação. E teu Senhor reinará nos corações em brasa.

— Então amar é sofrer?

— É, mas semeando também a cordialidade no cimo da beatitude estará Deus.

E Jesus entregou-lhe a lira do *Amor*, proferindo:

— Vai, vai, que não perderás de todo teus passos, irmãsinha!

* * *

A divindade tinha-se recolhido ao inacessível santuário, onde mal se sentia perpassar o gume dos séculos e milénios, enlevada em si e confiada na obra das três potências, lançadas sôbre a terra. Mas os dias rolaram, os meses, os anos, e dos três mensageiros outras novas não chegavam que um rumor confuso de pelejas. Os grandes da cõrte celeste mal encobriam seu desassossêgo e sua desesperadora ânsia. Às portas do Paraíso chegavam, apenas, migratorias, pequenas almas de *minus habens*, de simples, que não sabiam dar traça do que se passava na terra. Submetidas a perguntas, sondadas até o infinito pelos olhos in-

quisitoriais dos grandes ministros, todo o seu estôfo grosseiro, de mentecaptos uns, de bárbaros outros, de silenciosos ainda alguns, ficava a nu, sem sombra de inteligência ou de representação. Eram aqueles os recrutas do céu no viveiro, outrora fecundo, da Terra! Graças a elas não se suspendera de todo o movimento na chancelaria divina, e as carreiras do Hôrto das Delícias tinham sempre mão de obra aprazível, e cómoda. E era tudo!

Por trás do ombro de S. Pedro, chaveiro e cartulário, Santo Ambrósio e S. Gregório espreitavam os registos à cata de alma luminosa, para quem tivesse soado a hora do trespasse. Muitas eram, mas nenhuma arribava à excelsa morada. Todas tomavam o caminho inferior, indo engrandecer o reino das sombras. Jesus, de olhos dilatados em lume, seguia com aturada constância êste obituário incansável.

— Nem já do barro dos Borgias aportam ao céu — monologava por entre dentes.

Afinal, deparou-se-lhes um dia, páginas adiante da fôlha quotidiana, a alma dum santo varão, tão célebre por seus feitos de virtude, como insigne pela clara ordenação do seu espírito. E, em volta do próximo moribundo, ateou-se um debate cerrado.

— A balança de seus méritos pesa mais que a de seus defeitos — proferiu S. Pedro, olhando a assembleia por cima dos óculos.

— Assim seja — murmurou S. Paulo.

— Ainda tem dias de vida — atalhou S. Domingos previdente. — Pode muito bem ser tentado.

— O Diabo tem muito que fazer; talvez não repare nele — opinou S. Bento.

— Hum! a velha mula! — tornou S. Domingos abanando a cabeça.

— Será bom atirar-lhe às pernas com um negóciosinho qualquer — aconselhou Aquaviva, geral dos jesuitas.

— O processo é velho. Seria, pelo contrário, avivar-lhe a atenção.

— Mas — tornou S. Dinís Areopagita — está nos destinos do nosso homem ser réprobo, ou ser eleito?

— Deus o sabe — retorquiu S. Paulo.

— Se Deus o sabe, não há tentação do demónio que prevaileça, nem corregimento nosso que influa. O que tem de ser será; seguirá o seu curso até a determinação divina.

— Chut! — soprou S. Agostinho — tocais no problema da predestinação.

— Foi problema que nunca compreendi — declarou S. João de Deus.

— Mas que nunca debateste, e por aí alcançaste a glória.

— Os homens são livres — afirmou S. Justino.

— Até tocaram a meta que lhes traçou Deus — redarguiu S. Epifânio.

— Mistérios de Deus, só a Deus compreensíveis.

— Remetamo-nos ao tempo — aconselhou S. Paulo, quebrando um discurso tão temerário. — Breve saberemos se a alma inteligente, que nos falta, virá para nós ou para Satanás.

Faleceu na terra o homem ilustre por seu génio e nobre por seu feitos. Estava preenchido o seu registo e S. Pedro, examinando-o nas derradeiras páginas, topou matéria para dúvidas e contestação. Satanás não lhe largára a cabeceira de moribundo, e veemente, angustiosa, fôra a saúdade com que deixára a Terra. A perspectiva do céu aparecia-lhe num plâno inferior, nebuloso, pálido, ao lado do panorama da Terra, tão ridente com seu sol, a admiração dos homens, o amor dos seus, a curiosidade de tudo. E o seu arrancar fora mais violento que o desferir duma águia, escorraçada do ninho onde tem os filhos.

S. Paulo, S. Domingos e Santo Ambrósio incitavam-no a dar despacho, sem mais demora. Mas êle, movido de escrúpulos, por uma reviravolta de zêlo, apelou para o Senádo-máximo dos céus para derimir tão alanceante questão. A êste pertenciam os Santos Padres, os confessores, os monges, e, por uma regalia a Jesus concedida, os primeiros cristãos, todos os escravos da Roma das catacumbas, os pescadores dos mares do Levante, e os cavadores dos ágnos latinos. Assembleia sentimental, mais rude que culta, e que pelo número representava a grande fôrça de Jesus.

Reuniu-se pois o Senado-máximo, e S. João Crisóstomo, tomando a palavra, advogou o ingresso nos céus da alma sublime, que deixára 200 livros in-fólio sôbre o entendimento das escrituras, refutára as heresias, e tornara claros como a luz os direitos temporais dos papas. Não fôra gratuitamente que os humanos lhe haviam chamado a *Bôca de oiro*. O seu verbo,

ardente, imaginoso, claro, revolveu profundamente o auditório celeste.

Santo Atanásio, a quem o ministério encarregara da parte acusadora, desenrolou por seu turno um libelo esmagador, invocando o orgulho do sábio, as invejas mesquinhas do exegeta, a sua ânsia de originalidade, quando a uma pena sagrada se impõe, acima de tudo, alheamento de si próprio e submissão. Raimundo Luli replicou, numa eloquência acre e directa. Mas tal requisi-tório pareceu mais a defesa da sua obra, que o desejo de salvar seu émulo. A assembleia parecia hesitar.

Santo Anselmo invocou a clemência; três papas magníficos, o esplendor da obra do candidato.

S. Atanásio triplicou, salientando sua existência regalada, a doçura do seu palácio com bronzes antigos e Vénus pelas paredes; a sua mesa epicurista; a distância que puzera entre as turbas e o seu cenóbio; o desprezo pelos simples; o seu gôsto das riquezas, senão o seu apêgo; a transigência com o moderno, a luz eléctrica, o automóvel, o ascensor — violação do esforço — e, portanto, atentado aos mandamentos divinos no Pecado original.

Alguns escravos da Suburra bateram palmas; um diácono, de gesto desordenado e voz rouca, gritava:

— Condene-se! condene-se!

S. Cipriano, a rôgo de Santo Inácio, intercedeu; a sua palavra doce, persuasiva, restabeleceu novamente o equilíbrio na assembleia. A sorte da alma pecadora continuava indecisa; ia-se votar, quando Jesus, rompendo do fundo da sala e por entre alas, apareceu com seu geito brando, mas decidido:

— Que é o reino dos céus? — disse êle, de voz altisonante e magestosa. — O reino dos céus é dos pobres do espírito, que precisam de luz; dos aflitos, que precisam de consolação; dos fracos, que precisam de apoio; dos que têm fome e sede de justiça, dos que são misericordiosos e têm o coração puro. Se o vosso candidato foi alguma coisa disto, chamai-o!

Jesus desceu do estrado, aplaudido por uma tempestade de aplausos dos escravos de Roma.

— Está a questão perdida — murmurou Santo Anselmo para S. Domingos.

Procedeu-se à votação; por enorme maioria a alma do sábio foi remetida a Satanás.

O problema celeste agravava-se; não havia meio de obter informações seguras sobre os três mensageiros do Deus.

Por sugestões dum doutor subtil, estudou-se na chancelaria celeste o processo de ser chamada dos infernos, a depoimento, a alma ilustre condenada. Os benditos, que emigravam da Terra, continuavam sendo poucos e de cérebro grosseiro, todos os rabusanos duma cristandade moribunda, velhas coriáceas atalhadas de padre-nossos, idiotas, meninos de mama, e um ou outro cansado da vida e fraco do espírito. Neles não havia em que espiar um língua que os industriasse das coisas da Terra. Por outro lado, os registos mostravam-se brancos, em muitas páginas, de candidato à eternidade, digno de nota. Por isso, em recurso extremo, se lavrou um ponderoso instrumento diplomático, com enderêço a Satanás, o príncipe inimigo e, que por arguto e mui cortez não deixaria de ter deferimento. Mas, para emprêsa de tal gravidade como abrir negociações com o rebelde, era preciso um alvará do Senhor e bem sabiam seus ministros quão difficil seria de obter de seu inquebrantável orgulho e inviolada clausura. Concertando-se, porém, com o guarda-mor do corpo, por ardil obtiveram a rúbrica de fogo, em hora abandonada, do Rei dos Reis Onipotente.

Dêste modo, com visível ironia de Belzebuth, entrou momentâneamente nos céus a alma do precito. E, sem tardança, em assemblea secreta, em que tomavam parte alguns papas, os apóstolos, não poucos confessores e Jesus, se lhe deu audiência.

— Que há de novo, pela Terra? — interrogou S. Paulo.

O escritor da igreja, na mira de captar as boas graças daqueles senhores, respondeu de bom grado, apenas nos lábios um mal disfarçado sarcasmo.

— Tudo velho! Se não fôsem as guerras e a corrida ao bezerro de oiro, o planeta bocejava de pólo a pólo.

— E a religião?

— A religião agonisa, sereníssimos senhores. Eu fui o derradeiro paladino.

— Por espírito de contraste — objectou Santo Hilário.

— Talvez!

— Todavia — tornou S. Paulo — grandes lutas estalaram à face da Terra em nome de Deus?

— É verdade; febre passageira, sport, ociosidade...

Os ilustres congregados concertaram-se em voz baixa e à queima roupa o inteiraram da trindade expedida entre os homens.

— Ah! ah! compreendo agora, o movimento transcendente da guerra. Sim, realmente, o guerreiro da *Fôrça* encontrei-o uma vez, fardado de hulano, jogando as cartas num país invadido. Belo homem! No estandarte trazia o nome de Deus, mas pareceu-me que não ligava grande aprêço à insígnia pois a deixara a um canto na sala de jôgo.

— Ah!

— Muito falado lá em baixo! Infatigável e irresistível a potência de que se servia. O Oriente e o Ocidente lançaram-se sucessivamente um contra o outro. Depois um conflito intermitente lavrou num e noutro ponto. Mas não vejo consequência ao objectivo divino. Os povos tão depressa odeiam como esquecem; uma fôrça oculta de harmonia congraça-os. E o nome dos generais, dos reis e de Deus passa.

— A potência do *Amor*? — advertiu Santo Agostinho, que muito amara e fôra amado.

— Não vistas pela Terra — questionou Jesus — uma donzela de ar gracioso e inocente, alta e loira, talvez toucada de flores vermelhas. Na frente tinha um esplendor que não era da Terra.

— Foi ela que levou a potência do *Amor*? Eu vos digo, vi-a e falei-lhe. Já entrado em anos, sua fragrância exquisita seduziu-me. Soube mais tarde que a pobre fôra violada por um soldado num hotel de pernoitar.

— E o senhor da *Verdade*, conheceste-lo.

— Muito bem; ao tempo, um pouco reumatisado, com chinelos de Aristóteles, tinha cátedra no Colégio de França. Homem de boas palavras e lógica desconcertante.

— Ao serviço de Deus?

— Um pouco para variar.

Os divinos ministros consultaram-se num olhar mudo e inquieto. E, remetendo o informador para as Trevas, em gravoso conselho decidiram avisar o Senhor. Quando êste foi sciente da natureza e melindre da deputação, subiu ao terraço alto, donde se avistava a festa do fogo nos espaços. E, ante os mundos eva-

didos à sua autoridade e a Terra relapsa, seus olhos soltaram lágrimas que incendiaram as esferas.

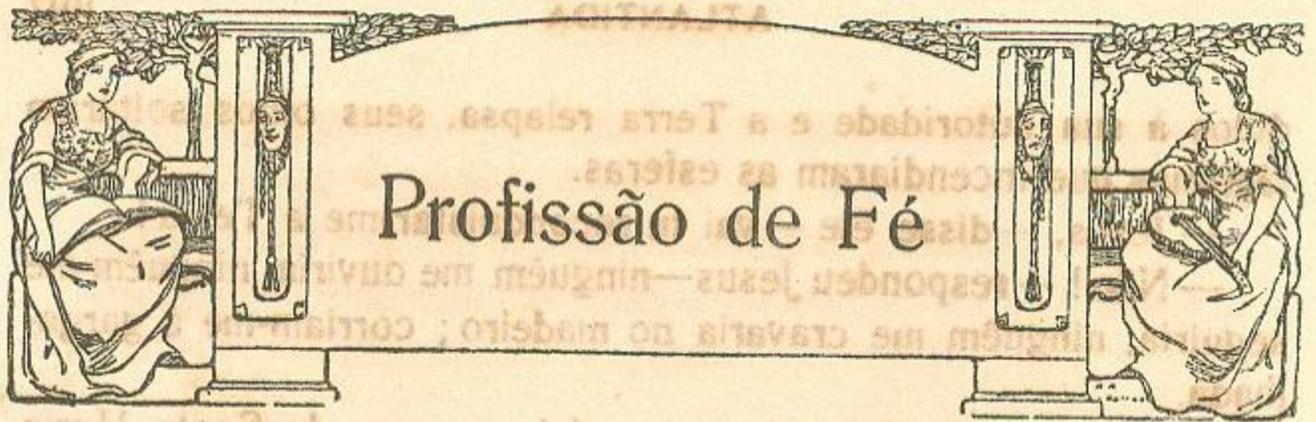
— Jesus, — disse êle — vai tu reconquistar-me a Terra!

— Não! — respondeu Jesus—ninguêm me ouviria, ninguém me seguiria, ninguém me cravaria no madeiro; corriam-me à gargalhada.

E com isto se foi a tomar o chá em casa de Santa Maria Madalena.

AQUILINO RIBEIRO.





Em poesia o valor não depende de estrita métrica, nem de simples sonoridade enfática.
— Domina o motivo superior.

...

Exercer livremente o seu talento eis a verdadeira felicidade.

ARISTÓTELES.

*Quero sondar profundo a estética da forma
Mais justa para o verso. Hei de seguir a norma
Clássicamente pura e ancestral da poesia,
Aliando-a à beleza, à leve fantasia
Da poética de agora. Hei de tentar vencê-la,
A frase ao pensamento e procurar contê-la
Para que, acompanhando ideias em caudal,
Não baqueie, ao fluir, em vértice fatal
De inesperado abismo.*

*Não farei, sucumbindo às regras muito estreitas
De alto parnasianismo, as concepções perfeitas,
Díficeis de esprimir, que morrem na garganta,
Atraentes de luz que nos subjuga e encanta,*

*Perderem brilho e o ardor superno da eloquência
 Curvar-se a austera lei ; nem só pela cadência
 De altos, canoros sons, armónicos, subtis,
 Ébrio divagarei pelas rondas febris,
 De louco simbolismo.*

*Entre o férreo rigor e a liberdade extrema.
 Não prender brutalmente a fria e áspera algema
 A forte inspiração, tornando-a inerte, fraca
 Sôb o pêso da Forma, de diáfana a opaca,
 Ficar rude e sofrer entre as dobras da frase ;
 Erguê-la em pedestal de rutilante base,
 Como bom escultor talhá-lo com cinzel
 Seguro, revestindo as linhas do laurel
 Doirado da Ilusão !*

*Trajá-la a modo vário e a variegadas côres,
 Ora poema audacioso, ora as lânguidas dores
 De medieva balada, ou égloga, ou quarteto,
 Reunir catorze versos ricos do soneto,
 Rir, chorar, exaltar heróico e nobre feito,
 Explodir, pela rima, o apaixonado peito,
 Filosofar também, em cada canto achar
 Imagem sedutora e capaz de vibrar
 O imo do coração.*

*O vate original deve de tudo e em tudo
 Pensar, como Shakspeare ou como Goethe, agudo
 Dom de investigação o acompanhe e faça
 O trabalho viver desafiando a traça*

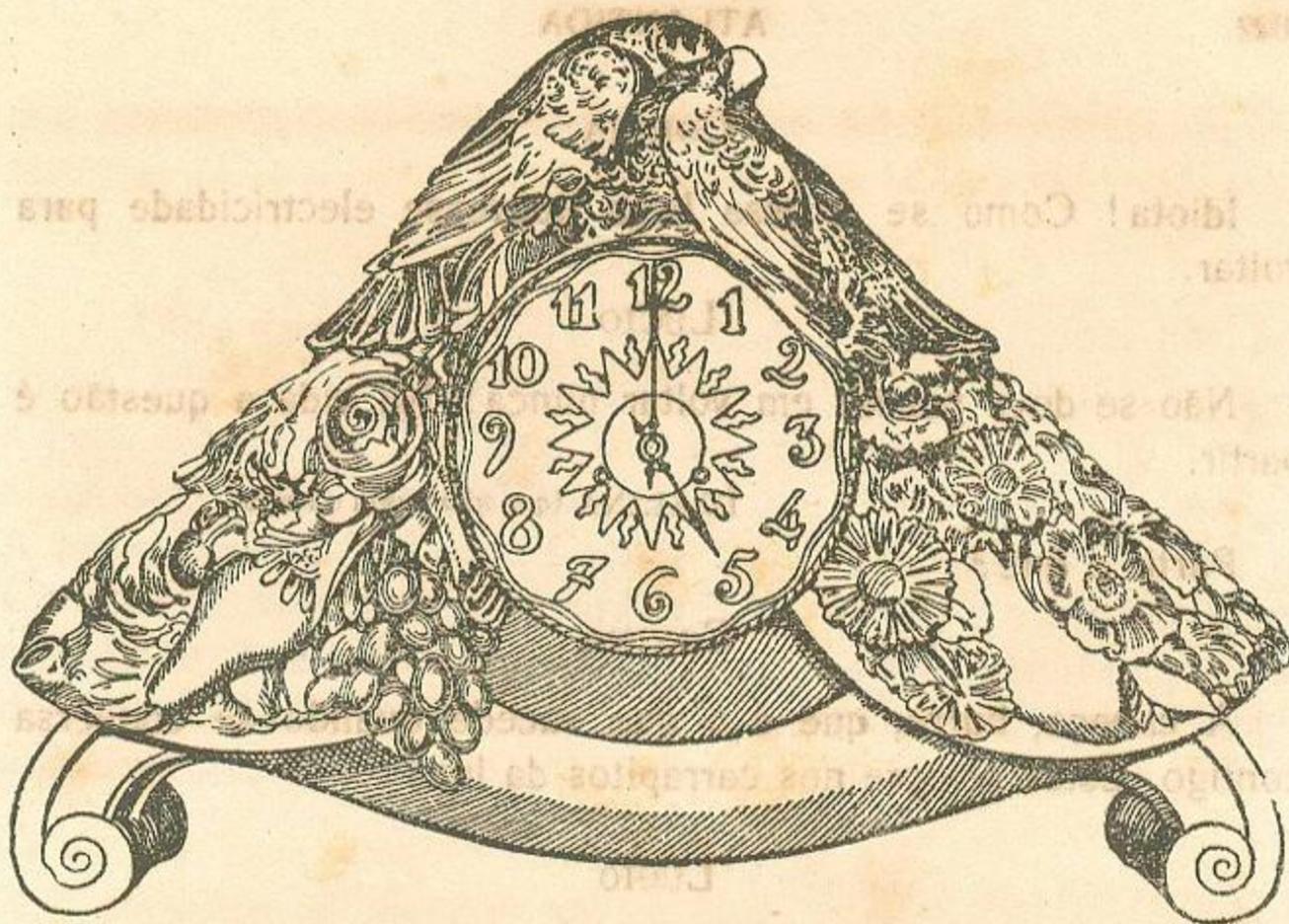
*De séculos sem fim e desafiando a crítica,
Onde irão, tal se fôra uma entidade mítica,
Legiões de homens buscar o bálsamo à nudez
De miséria interior, ou toda a limpidez
De observação precisa.*

*Poética é meio ameno de escrever, mais nada;
— Portanto o pueril rimado é tolo e enfada —
Tudo segue seu rumo, evolve e se transforma,
Ela tem de sentir também sua reforma.
O artista vai beber a lírica de outrora;
No berço, ao despontar cantante, a revigora.
Educado no som, no ritmo, abstrai-se mais,
E o simples versejar toma proporções tais
Que algo se divinisa.*

*É tal a minha escola e, propalando-a, creio
Ser justo ou, pelo menos, trago próprio esteio
Ao edifício imenso, excelso da Poesia
Racional e moderna, em construção tardia.
Erga-se o Partenon consagrador desta arte!
Mas que o possam fazer sem falhas, parte a parte,
Medida, examinada e a sombra então
Viva; medite e rime, ao léu da inspiração,
O poeta, o pensador!*

Rio de Janeiro.

UGO GUIMARÃES.



Cinco horas

Um terceiro andar numa rua do bairro Camões. Na pequena sala de jantar, o infalível Henrique II, modesto.

Os arrebicados estuques contrastam com a mobília. Cortinas de reps verde escuro. Na mesa uma toalha com barra amarela. Serve-se — apesar da hora — o jantar. Acabou-se a sopa, e a criada pôs sobre a mesa umas croquettes pequenas e secas.

Sentados — Lúcio, 32 anos, grande cabeleira revolta, corado, alegre, autor de revistas. Faz companhia com dois amigos a duas atrizes de terceira ordem.

Corina, 25 anos, nariz arrebitado, grandes olhos inexpressivos, branca, tumultuosa, ordinária; por quem está apaixonado Lúcio. Vestido extravagante. Idalina, pequena, pálida, olhos azuis, *tailleur* modesto.

CORINA (atacando vigorosamente as croquettes, enquanto continú uma conversa animada).

E então o Leonardo prometeu levar-nos a Bemfica de automóvel, e de lá a Queluz. Resta saber como há-de caber tanta gente no carro. Calculem: nós, eu, a Idalina e a mãe, porque a D. Isidora não a deixa só connosco. Temos de levar a Rosa, que não quiere ir sem a irmã...

LÚCIO

Tomam-se dois automóveis... ou um carro inteiro da Companhia.

CORINA

Idiota! Como se a essa hora houvesse electricidade para voltar.

LÚCIO

Não se deve pensar em voltar nunca! Na vida a questão é partir.

IDALINA (que não ouviu o resto)

Partir o quê?

CORINA

A cabeça, burra, que é o que succede quando se conversa contigo. Estás sempre nos carrapitos da lua!

LÚCIO

Tu, é que sabes sempre do que se fala — e nunca te enganas. É o momento de me dizeres porque quizeste jantar aqui.

CORINA

Espera — serve-me mais salada, vinho para me dar fôrça e lá vai.

LÚCIO

Anda depressa. São quási seis horas. Às sete tenho de estar no teatro.

CORINA

Quando começámos esta brincadeira, tu logo me disseste que não era para tôda a vida, e que não fôsse eu pensar que tinhas por mim uma paixão. E eu achei bem, porque a gente a prender-se para tôda a vida, mais vale casar, — sempre é mais respeitada.

LÚCIO

E mais explorada; como a Anica que dá ao marido tudo o que ganha.

CORINA

A Anica é parva, e o marido é um rufia. Tu tens-me pago os vestidos, e dás-me quanto podes. Mas não és rico. O certo é que nos juntámos com esta condição. E agora, que eu encontrei um homem que gosta de mim a valer, e que me quer dar tudo quanto

tem, antes de mais nada venho dizer-te que tudo acabou entre nós.

LÚCIO

— Antes de mais nada — é delicioso... Corina, minha flor, as coisas não se passaram tal qual como tu contas, mas não vale a pena discuti-las. Preferes não me enganares, e eu só tenho a agradecer-te a tua lealdade, e o ano que passámos juntos. A pesar de tudo, foi bom. Corina, lembraste quando te levei a Cintra que vias pela primeira vez? (Mergulhando no passado) Que manhã tão clara! Era em Maio. Como os jardins estavam cheios de rosas! Não há jardim feio em Maio, nem campo triste neste país de flores!

CORINA (aborrecida)

Lá estás tu a pensar em verso! E julgas que não me aborreces quando me deixavas pelos teus livros?

LÚCIO

Tiveste ciumes de *Musset*; quizeste rasgar o meu *Ovidio* Pizaste um dia *Goethe*!

CORINA

Fazias-me perder a cabeça com tanta versalhada! Na minha idade o que se quer, é pândega — andar de automóvel, cear bem, Dansar. Ter vestidos. E é por isso que eu imagino que te não faço falta... A ti, um livro diverte-te mais que uma mulher!

LÚCIO

Enganas-te, Corina. — Eu preciso absolutamente ter alguém perto de mim que me fale, que me entenda. Vivo tão só! Mas tens razão. E vais ficar admirada de eu já esperar o que me disseste. Há muito tempo que eu advinhara o que ia lá dentro de ti, e que João Luazes, com os seus carros, as suas gravatas, os seus aneis, tinha tomado conta do teu coração.

CORINA

Lá estás tu a dizer-me coisas desagradáveis! É mesmo pelos aneis que eu me embeicei! Eu sou alguma parva que nunca viu joias nem andou de automóvel! Sempre me trataste assim; e é

isso mesmo que eu não consinto mais. Quero uma pessoa que faça caso de mim, e não um toleirão...

ÍDALINA (interrompendo-a, pálida)

Corina! Pois és tu que o queres deixar e lhe dizes essas coisas? Lembra-te o ano passado, quando estiveste tão mal, e que a tua mãe não te quiz tratar. Se não fôsse Lúcio, tinhas morrido. Foi êle quem te levou os melhores médicos, que passou as noites à tua cabeceira.

CORINA

Pelo que isso lhe custa! Nunca tem sono!

LÚCIO

Não me custou, não. Que alegria tive em te ver salva, e a primeira vez que me falaste sem delírio. Estavas tão magrinha! O teu corpo mal se percebia na cama. Eu dava-te o caldo às colheres. Tu choravas. (Emocionado) E rezaste, lembras-te? À Senhora dos Aflitos.

CORINA (procurando dominar-se)

Em todo o caso, soube depois, que na noite seguinte, em que me deixaste com a Idalina, tinhas ido jogar. Jogar! Af está como tinhas pena de mim!

LÚCIO

É certo. Não posso dizer-te a aflição, o mêdo com que joguei. — Tinha só cinco mil reis, Corina, e ao outro dia era preciso comprar para ti tantas coisas! Querias lençóis frescos, gêlo, flores; apetecia-te um chapéu — um chapéu que por sinal nunca puzeste —. E eu fui jogar, miseravelmente, para ter dinheiro, e ganhei.

CORINA (envergonhada)

Não venhas com essas coisas para me ralares. O caso é que ceaste em grande pândega.

LÚCIO

Estavas salva, e eu tinha dinheiro, e fome. Foi nas tuas noites de febre que eu fiz o fado que tanto sucesso teve. Cantei-o

baixo, à tua cabeceira. Tu deliravas, e eu apertava-te a testa com as mãos. Que noites!

CORINA

Mas depois? A convalescença? Deixaste-me. Andavas com os amigos. Ias ao teatro, e eu agora tenho quem me queira...

LÚCIO (interrompendo-a)

Basta, Corina. Deste-me um ano de amor, e eu procurei fazer-te feliz. Vejo que o não consegui. Fiquemos amigos. Luazes é um belo rapaz, rico, gastador. Vais ter tudo o que desejares, e eu creio que vou trabalhar, procurar ser alguém.

CORINA

E esquecer-me depressa.

LÚCIO (falsa indiferença)

Já te esqueci, de resto. Aprendi contigo a vida. Foi uma rude lição. E hei-de amar alguém, que me queira bem, que me ampare. Queria ter um ombro onde descansar a cabeça, um coração...

Neste momento abre-se violentamente a porta. Luazes entra, triunfante. Tráz na mão um ramo de cravos.

LUAZES

Está aí o automóvel. Damos uma volta antes do teatro. Que dizes, Lúcio?

LÚCIO

Vão sem mim. Tenho de trabalhar.

CORINA (pouco à vontade)

Mas apareces logo. Não?

LÚCIO

Decerto. É hoje a minha récita de autor. Irei.

CORINA (que pôs rapidamente o chapéu e procura calçar as luvas estreitas nas mãos canalhas).

Até logo, Lúcio. Vens, Idalina?

IDALINA

Vou a pé. São dois passos, e o automóvel enjôa-me.

Saem. Idalina abotoou a jaqueta azul, endireitou ao espelho o pequeno chapéu de miosótis — côr dos seus olhos —. Depois, tímidamente, aproxima-se de Lúcio, que ficou sentado, o rôsto oculto entre as mãos. Hesita, e a seguir, ternamente, docemente, beija-o na testa.

LÚCIO (chorando)

Idalina, ela não tem coração, nem alma...

Idalina, sem responder, aperta contra o peito a cabeça de Lúcio, com o carinho maternal e dôce que fará dela mais uma vítima do Amor...

(Do livro em preparação *Cinco horas*).

Clarucha





A emoção e o sentido psicológico e moral dos “Nibelungen,”

(Continuação)

ATÉ À MORTE DE SIGFRIDO

I

Interpõem-se agora os sucessos relativos à rainha da Islândia (Isenland), Brunilda (Brunhild), que Gunther, seduzido pela sua reputação maravilhosa de beleza e de fôrça, pretende desposar. Mas o coração de Brunilda só àquele pertencerá que a domine em justas de vigor e coragem, e morrerão os que ela vença. É uma mulher aguerrida, indomável, feroz.

Gunther pede o auxílio de Sigfrido e diz-lhe que se Brunilda fôr sua, por Sigfrido êle exporá vida e honra. Sigfrido põe a condição da mão de Crimilda. Trocam os seus juramentos.

Antes de Gunther partir, com apenas Sigfrido, Hagen e o irmão dêste, Dankwart, excelente guerreiro também, na despedida têm as damas muitas lágrimas facilmente suscitadas pelas palavras nesse momento proferidas, e Crimilda ainda suplica a Gunther que não vá porque mais perto poderá encontrar uma esposa digna dêle. Considera o poeta que ela pressentia os males futuros. Crimilda exora Sigfrido a que vele pelo irmão, o que Sigfrido promete com juramento. Ainda o poeta acentua, referin-

do-se ao embarque dos guerreiros, a emoção das mulheres: muitas choravam copiosamente.

Sigfrido conduz a embarcação que os leva à aguerrida cidade de Isenstein, na Islândia, e mostra conhecer o país. Propõe que sejam concordes no que relatarem em Isenstein e que êle passe por vassalo, homem-lígeo de Gunther. Por Crimilda, que é como sua alma e seu próprio corpo (376, B), dedicar-se há sem reservas.

Em tal intenção, quando desembarcam, e montam em seus cavalos, Sigfrido chega a segurar pelo freio o ginete de Gunther. O poeta diz então: «Assim o serviu Sigfrido, o rei bem o esqueceu depois.» (383, 2 B.)

Certo senhor da côrte de Brunilda observa a esta que não conhece os recémchegados, mas que um lhe parece Sigfrido. Quando Brunilda vai ao encontro dos guerreiros, saúda Sigfrido que lhe agradece e diz que Gunther é seu senhor e assim renuncia a honra de ser por ela saudado em primeiro lugar. Entretanto apresenta-lhe Gunther e informa-a do seu alto desejo.

No desafio e prélio de Gunther com Brunilda, quem na realidade vence é Sigfrido, invisível pela *Tarnkappe* e com o seu vigor, também por êste sortilégio, acrescentado prodigiosamente (336). Acabados os exercícios, Sigfrido, tornado visível, aparece com naturalidade e finge admirar-se de ainda não terem dado comêço ao torneio.

Emquanto os seus companheiros se demoram um pouco em Isenstein, Sigfrido, só, vai à Nibelungenlândia, a uma ilha (VIII Avent.), buscar mil dos mais fortes Nibelungos, no receio de que a gente de Brunilda lhes faça traição.

Combinado o casamento de Gunther com Brunilda, e quando todos veem para o continente, com Brunilda e o seu grande séquito de guerreiros e damas, Sigfrido ainda presta a Gunther o serviço que êste lhe pede por amor de sua irmã (v. a IX Avent.), de ser o bom mensageiro a Worms. Ao desembarque, Sigfrido e vinte e quatro companheiros cavalgam para Worms.

A recepção de Gunther e Brunilda faz-se com aparato, esplendor, e cheia de uma livre emoção (na X Avent.); os guerreiros exprimem a sua alegria em pugnas, correrias, assaltos e destros encontros de armas e corpos. Brunilda e Crimilda beijam-se na bôca e as outras mulheres entre si se abraçam e igualmente se beijam. As saudações demoram mais de uma hora. E enquanto Crimilda e Brunilda juntas se conservam, muitos guerreiros, pois

mais belas não podiam ser, comprazem-se em as olhar. Dêles os mais judiciosos ainda preferem a beleza de Crimilda.

Quando um pouco mais tarde chegam ao palácio e se separam as rainhas, Brunilda, e Ute com Crimilda, ouvem-se de todos os lados «as expressões de uma tumultuosa alegria» (558).

Logo antes do grande banquete de gala que se segue, a Gunther Sigfrido recorda o juramento de lhe dar Crimilda por esposa se Brunilda lhe pertencesse. Crimilda é então chamada, e Gunther diz-lhe que a prometera com juramento a um nobre guerreiro (566), e ela responde que sempre deseja obedecer-lhe e assim que de boa vontade cumprirá sua vontade.

Sigfrido córa de emoção e, perto um do outro depois, quando se pergunta a Crimilda se o aceitaria, ela embaraçada e confusa um instante, logo aquiesce. Sigfrido então aperta-a nos seus braços e beija-a — em presença dos outros nobres cavaleiros (570).

É aqui o momento de um pouco definir o carácter individual e social de Crimilda. Tem sido apresentada Crimilda, no poema, como uma mulher discreta, púdica, de bom entendimento, e além disso em extremo dedicada a seu irmão, o rei. Por êste se tem mostrado de uma grande e terna solícitude e absolutamente respeitosa.

Como prova de tais sentimentos, lembremo-nos de que, ao tempo da viagem à Islândia, Crimilda desveladamente pedira a Sigfrido que velasse por Gunther. E quando Sigfrido volta desta viagem e entra em Worms mensageiro, Crimilda logo o inquire sôbre Gunther, lastimando-se do que seria a sua desditosa sorte se lhe morresse o irmão. Quando Sigfrido lhe comunica a vontade de Gunther de uma recepção amistosa e de que vá ao seu encontro às margens do Reno, ela observa que nunca a seu irmão nada recusará que possa agradar-lhe. E nesse momento em que Gunther lhe diz que a concedera em casamento a alguém de nobreza e valor, ainda que por certo ela não tenha duvidado um momento de que é Sigfrido, antes que ceda ao seu amor por êste, parece aquiescer à vontade expressa do irmão.

A descrição do ânimo de Crimilda e sua amisade fiel por Gunther, irmão mais velho e rei, são pessoais qualidades suas, mas exprimem também o reflexo da vida social das mulheres de escol naquela sociedade medieval heróica; os sentimentos de religiosidade cristã que nelas começam a desenvolver-se, a fé e superstição inerentes, a aventura, o perigo, a ausência demorada e incerta dos pais, maridos e irmãos, homens fortes e audaciosos,

que por isso admiram, violentos e de retaliação sumária e certa e que por isso temem, levá-las hão de um modo natural ao recato e obediência.

II

Mas agora precisamente se dispõem a turvar-se os caractéres dos *Nibelungos*, — exceptuando Sigfrido, mas incluindo Crimilda.

Aquela Brunilda trouxera do Norte brumas inquietadoras!

Quando no festim Brunilda vê sentados na sua frente Crimilda e Sigfrido, começa a chorar, caindo-lhe as lágrimas pela face. Interrogada por Gunther sôbre o motivo da sua emoção, responde que é por sua irmã, pois a vê, menosprezada, ao lado de um vassalo. Gunther diz-lhe que noutro momento lhe poderá explicar porque deu sua irmã a Sigfrido; ela replica dever sempre lastimar tal casamento, por causa da beleza e virtudes de Crimilda, e, se soubesse para onde, logo dali sairia, até conhecer os motivos a que está aludindo Gunther. Êste refere-lhe então que Sigfrido é também um rei poderoso. Brunilda contudo fica de humor sombrio.

Denunciam-se aqui na verdade, sem embargo da vontade do poeta, antigas tradições nórdicas, transmitidas pelos *Eddas*, e segundo as quais Sigurd (Sigfrido) libertara Brynhild (também Sigurdrifa), uma Valquíria que estava num castelo cercado de chamas, adormecida pelo deus Odin. Prometendo ligar-se-lhe, mas dela esquecido por uma bebida mágica que lhe dá a mãe de Gunnar (Gunther) e da jóvem Gudrun, Sigurd auxilia Gunnar a conquistá-la. Gunnar casa então com a Valquíria, e igualmente se unem Gudrun e Sigurd. E pelo seu amor assim ludibriado, o ódio da guerreira mítica, a qual se sacrificará depois de levar o esposo a fazer matar Sigurd. (1)

Assim, nos *Nibelungos*, a parte da lenda de Sigfrido concernente a Brunilda, na sua libertação, amor e abandono, vê-se intencionalmente olvidada. Sigfrido já conhece a Islândia e Isens-

(1) Há, como se sabe, o *Edda* antigo ou poético, de Saemund segundo a opinião geral (Saemund Sigfússon, poeta e sacerdote islandês do princípio do séc. XII, † 1133), e cujos cantares parece datarem, pela maior parte, do séc. X. Há o *Edda* novo ou prosáico, de outro islandês, Snorri Sturluson (séc. XIII, † 1241). — Para conhecimento já instrutivo do *Edda*, além das referências de Bossert (ob. cit.) e H. Lichtenberger (log cit.), pudémos consultar, com

tein, e a sua reputação também chegou até aos Islandeses; mas estas concessões, que aliás se impõem facilmente pela vida aventureira de Sigfrido e que a nada obrigam com respeito a Brunilda, são apenas as que claramente se fazem nos *Nibelungos*. Em pessoas, Brunilda e Sigfrido não se conhecem.

¿Porque não revelou o poeta, mesmo sob uma expressão humanizada, aquela tão importante parte da vida lendária de Sigfrido? ¿Porque não lhe guardou a qualidade de antigo e infiel amante ou noivo de Brunilda? Muito melhor então se explicariam o despeito de Brunilda, já tão doloroso à mesa do festim, e o seu ódio que, depois nos *Nibelungos*, tão cruelmente se manifestará.

Esta modificação na ideia essencial da lenda mítica não é fácil compreender senão pela intenção do poeta de honrar Gunther e os Burgundos, e também de não desonestar Sigfrido. Na maneira como êste, declarando-se vassalo de Gunther, o ajuda a conquistar Brunilda, que não conhece, há dedicação, valor, audácia, lealdade, enfim mantêm-se os seus caractéres como herói humano. E Gunther, casando com a virgem guerreira, a poderosa rainha da Islândia, e não a antiga e desprezada amante ou noiva de Sigfrido, pratica um acto que o honra e aos Burgundos.

Diremos até que o carácter assim dado à substância da narrativa, mostra bem, quanto a nós, a intenção do poeta, que aliás em mais circunstâncias e por outros factos achamos provada, de pôr em maior evidência, no poema, os Burgundos e os seus chefes e melhores guerreiros, isto é, com os Burgundos, Gunther e seus irmãos, Hagen e outros vassallos fieis. O que o poeta principalmente deseja fazer, com respeito ao destaque e maior preço dos personagens, é honrar os Burgundos e os seus chefes — ainda que tantas vezes só possa e chegue a honrá-los de um modo que, para u'a moral menos primitiva que a dos *Nibelungos*, não seja de invejar.

E acentuamos aquela noção, porquanto nos parece opinião

proveito, o que vem no artigo *Edda* da *Gr. Encyclop.* e o cap. XVIII de *L'évol. littér.* de Ch. Letourneau (Paris, 1894). Em *Les frères Grimm, leur oeuvre de jeunesse*, de E. Tonnelat (Paris, 1912), há bastantes alusões ao *Edda* e muito bons e numerosos elementos relativos à história literária dos *Nibelungos*. — A palavra *Edda* quere dizer *avó*, implicando assim a noção das velhas tradições, dos remotos contos.

mais corrente que os *Nibelungos* avultam e exalçam especialmente Sigfrido e os Francos (êstes porque dêles é Sigfrido) (1), ou ainda Átila que, assim o diz e muito bem Bossert, na velha epopeia germânica foi como que um eixo, personagem central.

III

A figura poderosa de Átila mais ou menos se distingue, de facto, e com soberania e magestade, nos velhos poemas heróicos germânicos que nos restam, incluindo os *Nibelungos* (2). Mas, ao lado de Átila, por vezes desenrola-se uma acção que coloca em maior evidência outros personagens, e Átila, perante ela, fica apenas, permita-se-nos a expressão, como episódicamente necessário.

Em um grande momento foi Átila o ponto de convergência do mundo germânico, e, por uns tantos séculos, a sua grandeza impressionou fortemente aquelas imaginações que a deveram assim tomar por tema obrigado, nos contos e cantares, da sua especulação espiritual. Mas, por isso mesmo, se tornou um pouco de convenção; e perto dessa figura magestática, magnânima, como soe de ser no velho sentir germânico, avolumam com maior espontaneidade e sentimento as de Sigfrido, de Teodorico, de Hagen, de Walther de Aquitânia, do guerreiro e cantor Volker e de outros que, também grandes pelo valor temerário e de mais qualidades assim como de defeitos que melhor compreendiam, eram além de tudo semelhantes na raça, Germanos de origem.

Na *Batalha de Ravena*, por ex., não obstante a vassalagem fiel de Teodorico pelo suzerano Átila, são principalmente a lenda de Teodorico e êle mesmo que tomam o relêvo maior. E é indubitável que nos *Nibelungos*, sem embargo de Átila e de sua grandeza e magestade, são outros chefes e guerreiros, são acontecimentos em que Átila não é motivo essencial que naturalmente se destacam e avultam.

(1) Por ex., na *Hist. de la littér. allem.* de Bossert (Paris, 1904), e em sua outra ob. cit.

(2) Por ex., o *Canto de Hildebrando* (princípio do séc. IX), o *Waltharius*, do monge Eckart (princípio do séc. X), a *Batalha de Ravena* (red. do séc. XIII) e *Biterolfo e Dietleib* (séc. XIII). Para as suas edições ou lugares da sua publicação, v., por ex., as obras acima citadas.

Mas tornando ao pretendido primacial relêvo de Sigfrido e dos Francos nos *Nibelungos*, devemos lembrar que, assim como já se tem assinalado, participam no poema diversas tribus germânicas, desde os Godos da Itália com Teodorico (apesar de ser posterior a Átila e ao Gundicário da História, o nosso Gunther), até os Francos de junto do Reno, ao norte. Mas êstes povos germânicos vêem-se como acessórios, episódicos, de uma necessidade maior ou menor apenas relativamente aos Burgundos; dispõem-se em tórno dêles, ou os ajudam ou os combatem, amigos ou inimigos, mas sempre o agrupamento social, a colectividade que forma fulcro no poema, são os Burgundos.

Se procuramos a íntima razão desta preferência, com lembrarmos da parte que tenha sido fortuita na coincidência das lendas com os personagens, não podemos deixar de pensar numa tal ou qual semiconsciente inclinação dos velhos povos germânicos, os que menos se achavam alterados em seu espírito primitivo em vista de um menor contacto com povos de outras raças, para uma espécie de unificação de estirpe, numa vaga aspiração nacional. E, em seguida, que o genial ajuntador e remanejador (pois nele acreditamos, ou dois talvez ainda) das lendas e cantares relativos ao ciclo épico dos *Nibelungos*, já numa intenção deliberada e totalmente consciente, procurasse consubstanciar no poema aquela tendência indistinta e fermentadora de uma grande nacionalidade.

Desde os fins do século IX, depois da ruina do império carlovingio, grande tentativa unificadora do mundo germânico (1), que se começou realizando, iniciada por um rei de linhagem carlovingia, uma nova organização dos povos germânicos. No século X e até ao século XIII (1250, antes do *grande interregno*, de profunda perturbação social), dá-se o advento, êxito e prosperidade do chamado Grande império romano germânico. Uma tão intensa elaboração política, de carácter nacional, e que triunfa não obstante o espírito cosmopolita das Cruzadas e o também pouco nacionalizante, confuso antes e dispersivo, da Idade média feudal e da Cavalaria, não podia ter deixado de coincidir com a subordinação e interdependência da parte do sentimento popular e das suas lendas poéticas.

(1) Opinião, por ex., de Vitor Duruy: *Hist. du Moyen Age*, etc., 15.^o éd., Paris, Hachette, 1902. Com ela concordamos.

É assim que, durante especialmente êsse largo espaço de tempo (do séc. X ao séc. XIII), de concatenação do esforço social dos povos germânicos entre si de maior afinidade, se terá manifestado a tendência uniformizadora das lendas poéticas relativas a Sigfrido, a Gunther e aos Burgundos; — a qual, finalmente, haverá recebido a mais completa e consciente expressão nos manuscritos que nos restam (já do início e meado do século XIII), textuais dos *Nibelungos*.

O poema é dêste modo, para nós, o fruto de uma surda elaboração nacional, — assim como a *Canção de Rolando* (1080) é a flor poética da epopeia carlovingia, franca, unificadora. Mas enquanto a *Canção de Rolando* tem por assunto relativamente próximos heroísmos (séc. IX) e sofre a inspiração do próprio espírito de nacionalidade e ordem social que os causou, os *Nibelungos* fundamentam-se numa epopeia já remota (séc. V) e num complexo mítico e lendário ainda mais longínquo, mas veem denunciar o impulso de um espírito nacional um tanto próximo e até presente.

Pensando por esta maneira, compreende-se como estranhámos a opinião, que não vemos suficientemente fundamentada, pela qual se nega aos *Nibelungos* a influência recebida de um espírito nacional, criador, unificador. Assim, por ex., em o sr. Firmery que pretende (p. 27-28, ob. cit.) que não há nos *Nibelungos* um «vestígio de sentimento nacional» e que a sua tragédia é apenas uma tragédia de família (!)

Mas, continuando. Além do que pudesse ter havido de acaso fortuíto, ou inexplicada circunstância, na coincidência das lendas, em especial a de Sigfrido, com a família de Gunther (o Gunnar escandinavo); e do facto histórico, fácilmente sugestivo de um ciclo de cantos épicos, da resistência dos Burgundos a Átila e de que resultou a chacina dos seus guerreiros e de Gundicário (no a. 437); — por mais razões o espírito germânico dos velhos tempos se terá inclinado, com simpatia, para tomar os Burgundos como um dos povos que poderiam mais lídimamente representar os caracteres que na raça melhor apreciava.

Não será para desprezar a situação dos Burgundos, segundo a lenda épica ao centro do Reno, o velho rio que deverá ter sido, desde tempos recuados, inspirador do sentimento popular germânico; e não obstante as mudanças de situação geográfica que a História lhes consigna, aliás de um modo um pouco vago, para o

espírito dos povos germânicos êles deveram ficar principalmente com aquela fisionomia local transmitida pela lenda. Depois terão sido também, dentre os povos germânicos, dos que, num período não curto da idade medieval (até os fins do séc. v), menos se alteraram nos seus caractéres étnicos: — participando nas invasões menos extensa e intensamente que bastantes outros, como os Godos, os Vândalos e os Suevos, e menos do que êles dominando ou mantendo-se junto de povos de outras raças, a latina por exemplo, sofreram-lhes menos a mescla e influência. O próprio facto de a lenda épica se estabelecer sôbre os Burgundos, talvez em muito provocada por êles mesmos, já quando menos próximos do Reno, ao sudeste da Gália (numa parte do séc. v e, depois, no séc. vi, até à destituição dos seus reis nacionais e assimilação pelos Francos), de tudo nos dá mais uma garantia de probabilidade (1).

IV

Não temos assim dúvida em que os Burgundos constituem a colectividade central dos *Nibelungos* e temos a convicção de que ao seu rei e outros chefes e guerreiros famosos, como representantes dessa colectividade, no poema se pretendeu proporcionar

(1) Pelos fins do século III e pelo séc. IV os Burgundos estavam para cima e leste do Meno e entre êste e o Reno, sem dúvida. Ainda numa época anterior se refere a sua situação a leste na Germânia, entre os Vândalos e Suevos ao norte e ao sul. Desde o ano 413 o imperador Honório concede-lhes ou anui a que se instalem no Jura; governa-os então Gundicário. Algumas das suas tribus devem ter ficado junto do Meno e do Reno, e nelas, pela sua insubmissão para com Atila, se terá dado especialmente a assolação de que resultou a morte de Gundicário e seus guerreiros. Em 451, os Burgundos, no exército de Meroveu, ainda combatem os Hunos; trata-se aí da invencível resistência que aos Hunos opõem, com os Romanos comandados por Aécio, os Germanos da Gália.

Antes de Clovis (481) o reino dos Burgundos estendia-se para os dois lados do Ródano, sobretudo a leste, e era limítrofe com o de Odoacro a sul e leste, na Península italiana, o dos Álamos ao norte, e um pouco do núcleo galo-romano de Siagrio (Syagrius), e o dos Visigodos a oeste e sul. Com Clovis e seus filhos, até 534, os Burgundos são vencidos, diminuídos nas suas terras e privados dos seus reis. Ao reino da Burgúndia sucede-se a então nova Borgonha que, na morte de Clotário (561), fica pertencendo a Gontran. Faz depois parte do império de Carlos Magno, e ao tempo do Grande império romano germânico nele se incorpora o seu condado.

a maior honra. E isto mesmo à custa dos defeitos ou crimes de alguns, que ali se não tenta disfarçar, mas que parecem finalmente ser considerados como um reverso, senão admirável pelo menos necessário e bem desculpável, de suas mesmas qualidades. Sigfrido, afinal, depois de aproveitado como servidor e vassalo, sem embargo de o ser por amor, amizade e nobres inclinações, será bárbaramente excluído pelos chefes burgundos, e em seu proveito, da comunidade que já com êles tinha por todos os serviços prestados e da que terá ainda por parentesco afim. Crimilda sairá para casar com Átila, depois de um longo e perseguido isolamento, e será expoliada de suas riquezas, vindas de Sigfrido, pelos irmãos e por Hagen. E quando a flor dos guerreiros burgundos morre em Etzelburgo, combatendo contra os Hunos e numerosos guerreiros germânicos, vassallos de Átila, incluindo os Godos de Teodorico, apesar do que tem indubitavelmente de feroz e selvagem, há uma grande rajada de heroísmo, um alto vôo epopáico, de grupo, de unidade, como que de nação. Perante a solidariedade inatacável, suprema, daqueles homens, os outros ficam pequenos. Átila e os seus são vencedores sim, mas não iguais nem solidários com os Burgundos. É o que o seu sacrifício parece gritar, clamar. E a própria Crimilda, porque matou Hagen e pôde causar tanta final angústia, receberá pela morte a sua última comunhão no sangue dos Burgundos.

V

Mas voltemos à narrativa. Depois do festim, os guerreiros continuam nos jogos e torneios até a noite. Desejosos então de ficarem sós com suas mulheres, Gunther e Sigfrido com elas se dirigem para os aposentos. Um momento Crimilda e Brunilda ainda se encontram junto uma da outra; como diz o poeta — mas não podia ser assim, — nenhum ódio por então se nutria entre elas.

No leito conjugal os dois pares têm uma noite muito diversa. Crimilda, que ama Sigfrido, entrega-se-lhe completamente, torna-se-lhe como sua vida e corpo (582, B, 601, B). Brunilda, pelo contrário, luta com Gunther, domina-o, liga-lhe os pés e as mãos e suspende-o aviltantemente a um prego na parede; que ela ficaria virgem, diz-lhe, enquanto não conhecesse o segredo do casa-

mento de Crimilda. Gunther, naquela situação até de madrugada e ainda humilhado pelas palavras de desprezo de Brunilda, pede-lhe então, com a promessa de lhe não tocar e aludindo a quanto para os dois tudo seria pouco honroso se se tornasse conhecido, que o deixe deitar-se no leito.

Nesse dia, na igreja, os dois pares recebem a bênção e, com outras honras, a corôa e manto reais.

Dos guerreiros, os torneios de liça e folgança dão-se em todo o dia.

À noite, Sigfrido, conhecendo de Gunther, que lhe confia como a fiel amigo, a causa da sua tristeza, vai, invisível, lutar ainda com Brunilda e dominá-la. Gunther pede-lhe apenas que a não ame, posto que até da morte dela, se naquela emergência sobreviesse, se consolaria. Já antes considerara que aquela mulher trouxera para sua casa a vergonha e a infelicidade.

Brunilda e Sigfrido, numa luta enorme e furiosa, andam aos tombos pelo aposento. São os dois de uma selvagem energia. Por fim, subjugada Brunilda, Sigfrido, sem que ela repare, fica-lhe com o cinto e um anel. Retira-se logo, e então Gunther, que assistira a toda esta scena brutal sem dúvida um pouco humilhanamente, possui Brunilda. O amor, a ternura, a afeição de Gunther, vencem-na, desarmam a sua resistêcia, — assim agora no-lo diz o poeta.

As festas de bodas duram catorze dias. Os presentes dos reis, Gunther e Sigfrido, aos guerreiros, são generosos, em vestuários, ouro, cavalos e seus jaezes.

VI

Toda aquela situação relativa aos protagonistas, desde o humor sombrio de Brunilda, resulta, como agora se pode facilmente compreender e convêm um pouco acentuar, da intenção de se ocultar a velha lenda de Sigfrido e Brunilda não prejudicando, a não ser na sua causa, os sentimentos de Brunilda, necessários à acção do poema.

Brunilda não podia desconhecer que Sigfrido era um príncipe tão poderoso como Gunther; e por isso logo se nos sugere, ainda que o poeta o não deseje — ou, pelo menos, queira deixar na dúvida se o deseja ou não, — que Brunilda foi tomada por

aquele grande despeito em vista de uma inclinação secreta por Sigfrido e por ciúme de Crimilda, que acharia também mais bela que ela mesma. A forma como Brunilda, ainda em Isenstein, é conquistada por Gunther, sendo-o realmente por Sigfrido, e, depois, mais tarde, a maneira como Gunther conjugalmente possui a sua virgindade, sendo para isso necessário que Sigfrido, com a sua fôrça prodigiosa, ao seu amor lha entregue submissa, deixam transparecer o mito e a tradição, simbólicamente exprimindo que Sigfrido é quem sujeita o amor de Brunilda, e que a altivez, a braveza e a excelência das outras qualidades desta rainha e virgem guerreira, só em Sigfrido encontram a natureza masculina que lhes corresponde e as merece. Pela tradição, êles dois pertenciam-se, tinham um no outro a imagem mítica e épica, ou ainda, pelo amor como pelas armas, Brunilda só era vencida por Sigfrido.

Apenas por êste modo, distinguindo sob o véo lançado pelo poeta, é que se compreendem os sentimentos de Brunilda, os que já significou e os que se tornarão a causa indispensável dos acontecimentos.

VII

Quando Sigfrido deseja voltar para o seu país, os três irmãos, seus cunhados, dizem-lhe que até à morte lhe votarão fiel amizade. Em seguida, Sigfrido generosamente recusa as terras que por partilhas pertencem a sua mulher; penaliza-se mesmo quando Crimilda lhe fala nisto. Levarão só guerreiros, quinhentos, entre os quais o conde de Eckewart, que nunca deixou Crimilda, e trinta e duas jóvens.

A recepção de Sigmundo é esplêndida, emocional.

Sigfrido é aclamado rei. Vivem durante dez anos com felicidade, disfrutando honra e poder. Nasce-lhes um filho, que se chamou Gunther.

Gunther e Brunilda têm também um filho a que dão o nome de Sigfrido.

Mas Brunilda ficara sempre com a ideia fixa das homenagens que Sigfrido e sua mulher deviam prestar-lhe e a Gunther, como reis dos Burgundos.

«A mulher de Gunther pensava sempre consigo mesma. ¿Porque será tão altiva a senhora Crimilda? ¿Sigfrido, seu esposo,

não é nosso vassalo? Há muito tempo que êle não vem prestar-nos homenagem!» (667.)

Assim se recorda bruscamente a sua pretendida preocupação. E o poeta continua acentuando esta atitude da alma de Brunilda.

Brunilda consegue do marido que êle convide a virem à côrte Sigfrido e Crimilda, a qual diz apreciar pelas suas virtudes.

Os embaixadores, entre os quais o margrave Gere, ainda parente de Crimilda, convencem-na e ao esposo a visitar a côrte dos Burgundos. De volta, Brunilda pergunta a Gere se Crimilda virá, — se ela, com a sua beleza, ainda conserva a sua antiga cortezia.

Os embaixadores mostram na côrte os faustosos presentes de Sigfrido; Hagen, que os vê, diz:

«Para êle dar é fácil. Ainda que vivesse eternamente não poderia dissipar o que tem. Sua mão conserva o tesouro dos Nibelungos. Ah! se êste tesouro viesse um dia para o país dos Burgundos!» (717.)

Aqui notamos, por esta interlocução de Hagen, um sinal a mais de admirável intuição psicológica do poeta. A cubiça, a obsessão das riquezas de Sigfrido, já dominavam Hagen. A êste primeiro odioso impulso em breve se juntará um outro, e os dois movê-lo-hão ao assassinio de Sigfrido.

A notável intuição psicológica do poeta transparece aqui e ali no poema e, às vezes, em certas observações que se apresentam como irreduzíveis ainda que possam prejudicar, mais ou menos, determinadas intenções no desenvolvimento da acção. Tal sua breve nota faz-nos vêr, em um momento, o fundo da alma de um personagem, dá-nos a impressão de uma ideia fixa, de um sentimento encoberto, de um pensamento reservado.

VIII

Quando Sigfrido e o seu séquito chegam à côrte de Gunther têm uma recepção affectuosa, na fácil, espontânea e contagiosa emoção já nossa conhecida. As rainhas saúdam-se com carinho — pelo menos brilhante; as damas entre si se beijam e cumpri-

mentam; e todos se comprazem observando-as. Há uma ostensiva alegria; os cavaleiros justam garbosa e desenvoltamente.

Seguem todos para o palácio e, entretanto, Brunilda parece olhar ciosamente Crimilda, sempre de beleza admirável.

Há depois um grande festim no qual tomam parte mil e duzentos guerreiros. Brunilda está continuamente pensando, diz-nos o poeta, que o seu vassalo era um homem riquíssimo, como não podia sê-lo mais.

Na manhã seguinte, numa alegria geral estrondosa, efectúa-se um torneio; há depois missa na igreja, a que assistem as rainhas.

Continuam os festejos ainda durante onze dias. Mas Brunilda está impaciente, não renunciará a perguntar a Crimilda porque é que Sigfrido os tem privado dos seus serviços.

Acaba a XIII Aventura por uma estrofe interessantíssima em que se junta a uma tal ou qual ironia singela a impressão do carácter impulsivo de Brunilda, a sugestão repetida do móbil, já dito convencional, dos seus actos, e a previsão fatídica dos acontecimentos:

«Assim ela esperou, ansiosa, o momento que o demónio lhe aconselhou. Transformou as festas e os prazeres em dôres. O que lhe malferia o coração devia vir à superfície. Por isso mergulhou na aflição muitos países.»

IX

Em breve se dá o que estava iminente. Por umas palavras de orgulho de Crimilda vendo seu marido num torneio, as duas rainhas começam discutindo com o maior azedume a categoria e o valor relativos de Sigfrido e Gunther. Ali pretende Brunilda que Sigfrido e os cavaleiros francos são vassallos seus e de Gunther.

Separam-se.

Acompanhadas dos respectivos séquitos de damas, dirigem-se depois para a igreja. Mas agora Crimilda, que parecia ainda não ter para com sua cunhada nenhum forte sentimento de animosidade, começa a odiá-la profundamente. As suas damas, por seu desejo e intenção, levam à catedral vestuários riquíssimos,

os quais ela sabe que hão-de mortificar Brunilda, de despeito. Propositadamente Brunilda chega ao portal da igreja ao mesmo tempo que Crimilda; ordena-lhe que pare, visto que a «mulher de um vassalo não pode seguir adiante da mulher de um rei.» (781.) Crimilda então enfurece-se e diz-lhe que melhor fôra que ela pudesse ter-se calado; ela desonrara o seu corpo, e como é que uma concubina podia ser a mulher de um rei?! E à gritada interrogação de Brunilda, prossegue pretendendo que o seu bem-amado Sigfrido é quem lhe possuirá a virgindade.

Crimilda verdadeiramente está no auge da cólera; assim nisto o revela como no mais que profere. Brunilda chora e Crimilda passa adiante com o seu acompanhamento.

Quando saem da igreja, de novo altercam odientamente. Crimilda provará o que disse, exige-o Brunilda. Então a primeira mostra o anel e a cintura de sêda e pedras preciosas dos quais Sigfrido se apropriara na segunda noite de núpcias de Gunther e que, por uma indiscrição fatal, confiara à mulher. Brunilda diz que lhos roubaram ou os perdeu e manda chamar Gunther; em volta as mulheres choram. Sigfrido vem também e, sabendo do que se trata, a Gunther presta juramento de que nunca se gabara do que Crimilda pretendia; êle castigará sua mulher.

Ortewein e Hagen desejam a morte de Sigfrido. Parece que também Gernot. Geiselher defende-o, lembrando que com bagatelas se levanta a cólera das mulheres. Mas Hagen, mais que todos sendo ou parecendo cioso da honra da sua suzerana, diz que a vida de Sigfrido pagará o mal vindo por sua culpa, e, nesta ideia, teimosa e persistentemente lembra a Gunther que se Sigfrido morrer lhe pertencerão muito mais terras. Deixa-se vencer, pela cupidez, o ânimo de Gunther. Por fim se combina uma cilada em que Hagen matará Sigfrido, e de que a própria Crimilda será o instrumento inconsciente mas seguro.

Já aqui se poderia fazer importantes reparos relativos ao sentido moral do poema e ainda à psicologia da acção. Deixemo-los contudo para mais tarde, no fim de não interromper a menção dos sucessos, agora do máximo interêsse.

Simulam então os do conluio que Luedeger e Luedegast enviam mensageiros declarando a guerra. Aparecem, em tal propósito, certos homens encomendados pelos mesmos chefes burgundos. Sigfrido, num desses próximos dias, encontra Ha-

gen e os outros primeiros, quando precisamente contra êle estavam conspirando, e extranha o que lhe parece a sua tristeza; interroga-os e oferece-se para os ajudar a vingarem-se se por acaso foram ofendidos. Gunther refere-lhe a declaração de guerra dos Saxões e Dinamarqueses, os quais irão invadir o país. Sigfrido logo lhes afirma que em resguardo da honra dêles empregará todo o seu cuidado, e ainda por palavras e obras lhes patenteia a máxima dedicação. Hagen vai agora para Crimilda, fazer-lhe as suas despedidas, e tem ocasião de a persuadir pérfidamente de que deseja sempre acompanhar seu marido para lhe proteger a vida; e, por isso, achando ela que é possível feri-lo (Hagen é infamemente astucioso), que lhe diga a maneira de êle o defender. Então Crimilda, numa fatal confiança, revela-lhe o lugar vulnerável do corpo de Sigfrido, entre os hombros, o qual Hagen lhe pede que marque por um sinal no vestuário de Sigfrido.

Já no dia seguinte Sigfrido com mil dos seus guerreiros se dispõe a partir, alegremente porque vai vingar a afronta que se pretende fazer aos seus amigos; quando Hagen, verificando o sinal posto por Crimilda, faz que homens seus, como novos mensageiros de Luedeger, venham dar por nula a declaração de guerra. Gunther e Hagen combinam então uma caçada ao javali e ao urso. Quando Sigfrido, antes de seguir para a caçada, se despede da mulher, ela chora copiosamente; lembra-se do que confessara a Hagen, mas não se atreve a dizê-lo ao marido. Pede-lhe que não vá à caçada porque teve um sonho de desgraça, em que dois javalis o perseguiam. Ela receia que lhes votem ódio, tem um angustioso pressentimento. Mas êle replica que em pouco tempo estará de volta, que nos parentes de Crimilda só tem amigos e que bem merece na realidade a sua estima. Cobre-a de beijos e parte apressadamente.

Na caçada Sigfrido tem actos prodigiosos de fôrça e destreza — o canto do cisne! E até ao fim êle mostra o seu respeito por Gunther. Na nascente, perto da qual morrerá, não quere saciar-se antes de Gunther. É quando êle bebe, sôbre a água curvado, e meio despido porque para êsse fim Hagen desafiara-o à corrida, que êste, afastando-lhe primeiro as armas para longe, lhe crava no dorso, no lugar vulnerável, a sua lança. Sigfrido ainda, apenas com o escudo, o abate no chão. Mas Sigfrido está esgotado pela dor, pela perda de sangue; cai «entre as flores» e profere

as mais dolorosas censuras aos seus amigos de perfídia e traição.

O que ainda mais lhe pesa é Crimilda e seu filho a quem um dia se poderá culpar — di-lo êle — de ter parentes assassinos. Ainda confia a esposa a Gunther que não deve esquecer que é sua irmã.

Desfalece, morre.

XII - 1918.

HENRIQUE DE VILHENA

(Continúa)

A Atlântida insere em seu número de 22 de maio de 1918, o artigo de Henrique de Vilhena sobre a morte de Crimilda e seu filho. Este artigo é uma continuação do publicado no número de 15 de maio de 1918.

Ex. Sr. Administrador da Revista Atlântida.

Para a série dos trabalhos artísticos e científicos nos moldes dos da guerra, tendo a honra de enviar a V. um desenho executado a meu pedido pelo Sr. Sabarita Machado, do Museu Etnológico, desenho a pena inspirado na célebre estatueta da Virgínia de Samonacia, que tomei para modelo de Instituto de Santa Isabel, e com a qual quero significar que nos moldes se conservam a Vilhena, que, apesar das dificuldades, sobrevive a beleza dos seus textos e que aqui no Instituto Médico-pedagógico se aproveita o que resta e permite redigir e revelar: o que da alma ou do corpo não falta ou não perdeu, o que se pode aproveitar ou aproveitar na valorização do indivíduo, tendo em vista o seu rendimento e aproveitamento social.

Saúde e Felicidade.

O Director

A. Araújo da Costa Ferreira



Instituto de Santa Isabel

INSTITUTO MÉDICO-PEDAGÓGICO DA CASA PIA DE LISBOA

A *Atlântida* inseriu no seu último número (33-34) um sugestivo desenho de homenagem aos nossos mutilados da grande guerra, devido ao lápis de Eduardo Romero, e ilustrando algumas eloqüentes palavras proferidas pelo nosso querido amigo Dr. Costa Ferreira, ilustre director do Instituto Médico-Pedagógico, numa pequena festa oferecida aos internados. O officio que vai a seguir, a propósito dessa homenagem, é um documento a que com muito prazer damos publicidade.

Ex.^{mo} Sr. Administrador da Revista *Atlântida*.

Para a série dos trabalhos artísticos consagrados aos mutilados da guerra, tenho a honra de enviar a V. um desenho executado, a meu pedido, pelo Sr. Saavedra Machado, do Museu Etnológico, desenho à pena inspirado na célebre estátua da Vitória de Samotracia, que tomei para emblema do Instituto de Santa Isabel, e com a qual quero significar que nos mutilados se consagra a Vitória, que neles, apesar das mutilações, sobrevive a belesa dos seus feitos e que aqui no Instituto Médico-pedagógico se aproveita o que resta e permite reeducar e revalidar: o que da alma ou do corpo não falta ou não pereceu, o que se pode aproveitar ou aperfeiçoar na valorisação do indivíduo, tendo em vista o seu rendimento e aproveitamento social.

Saúde e Fraternidade.

O Director,

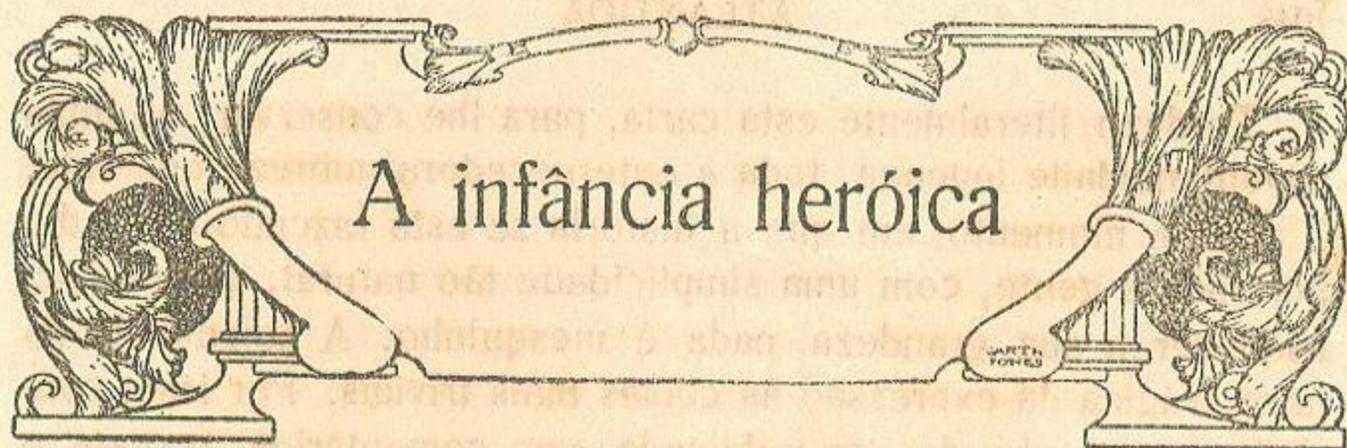
A. AURÉLIO DA COSTA FERREIRA.



**VITÓRIA DE
SAMOTRÁCIA**

Guandú Pacheco
interpretou





São do novo livro, a sair, de Justino de Montalvão as página evocadoras que publicamos, e que mais uma vez afirmam o prestígio do seu estilo e a nitidez da sua visão.

«*Sr. Presidente* — Como sou ainda novo de mais para servir a pátria, pois não tenho senão treze anos, lembrei-me que, apesar disso, poderia também ser útil. Pensei que, se, nesta ocasião, a nossa bela França tem necessidade de muitos homens, deve ter também necessidade de muito dinheiro; e, por isso, decidi que devia fazer alguma coisa. Bem sei que não é muito, mas é o mais que posso fazer agora.

Aqui está do que me lembrei, e venho pedir licença para o realizar. Pela minha aplicação na escola obtive êste ano a certidão de aprovação, e, além disso, um prémio especial que me vão dar, que é um caderno da Caixa Económica, de 50 francos. Ora, êstes 50 francos quero empregá-los desta maneira: julgo que é por meio dos impostos que a França pode fazer face a todas as suas despêsas e vi na fôlha de contribuição enviada a meu pai que devíamos pagar 30 francos. Quere dar-me autorisação para ser eu quem pague esta quantia? Restam 20 francos, e pensei que o que tinha a fazer era mandá-los pessoalmente ao *Sr. Presidente*, que, com certeza, saberá dar-lhe melhor emprêgo do que eu.

Meu pai foi para a guerra; a minha vontade era fazer mais do que isto, mas infelizmente, como nesta ocasião não

Traduzo literalmente esta carta, para lhe conservar, na linda espontaneidade ingenua, toda a enternecedora nobreza que vale.

Neste momento, em que a história se está fazendo dia a dia por toda a gente, com uma simplicidade tão natural, que nos faz esquecer a sua grandeza, nada é mesquinho. A solenidade da hora trágica dá expressão às coisas mais triviais. Por isso, esta carta, que acabo de ver publicada sem comentários, reveste a importância de um verdadeiro documento vivo da psicologia da nova geração francesa, sob a acção da guerra.

Para a sentirem bem, evoquem o quadro íntimo. A pequena sala de jantar modesta de uma casa de gente pobre. No círculo de luz do *abat-jour* suspenso sôbre a mesa redonda, duas figuras, a mãe e o filho. É a hora do serão. A mãe faz meia. O pequeno estuda a lição. Sôbre a chaminé sem lume, o velho relójo vai cantando, monótono, em surdina, no seu tique-taque fatigado, o triste monólogo do tempo, como uma voz de avô, a relembrar o passado. Apenas, a espaços, uma outra voz, num grande éco profundo, vinda da noite imensa, dialóga com o tempo...

Oh vento que bates à janela e uivas na chaminé apagada, de quem falas tu às almas solitárias?

De que podes tu falar às mães e às esposas, senão da morte, nas longas vigílias destas noites negras e geladas?...

Com os olhos rasos de lágrimas, a mãe pára de trabalhar, a alma lá ao longe, absorta, a pensar no ausente. E enquanto ela scisma, silenciosa, curvado sôbre a mesa, cheia de livros, na gravidade infantil do seu sacrificio secreto, o pequenito vai escrevendo, à luz do *abat-jour*, com a sua melhor letra:

«Sr. Presidente — Como sou ainda novo de mais para servir a pátria, pois não tenho senão treze anos...»

— «Ter a idade para soldado!...» Aspiração máxima da infância, neste momento. Milagre do instinto, que faz bater os corações dos filhos e dos pais, no mesmo impulso de solidariedade confiante. A revelação súbita dêste sentimento hereditário — a pátria — para cuja defesa todos os sacrificios são necessários, deixou de ser uma vasia palavra abstracta dos livros, para se transformar numa realidade viva das almas, mesmo das mais infantis.

A classe de 1914, constituída pelos adolescentes de 19 anos, vai partir para o batismo vermelho. A de 1915, formada pelos de 18 anos, está recebendo agora a instrução militar. Por toda a

França, as sociedades de ginástica, de *boy-scouts*, os estudantes dos liceus e das escolas se exercitam no manejo das armas, para defender a nação em perigo.

Nada mais emocionante do que assistir ao espectáculo dêses regimentos infantis em marcha, exercitando-se para a luta, com uma gravidade tão viril. Filhos de ricos e pobres, até aqui separados por todos os preconceitos e divisões sociais, estão agora unidos pela fraternidade da disciplina, na grande escola da guerra. Muitos trazem ainda calção. Outros, a blusa dos operários. Nos rostos, aureolados de juventude, os olhos serios resplandem do mesmo sonho heróico. O contágio da bravura e do sacrifício electriza todas essas almas alvorescentes. Da existência não conhecem senão a face mais luminosa. Ignoram a descrença, o egoísmo, a traição, a dôr e o mais sombrio dos lutos, o dos ideais, que o tempo vai matando, no áspero caminho da vida. Um único amor, de imaterial castidade — o do sonho, que faz da vida um poema maravilhoso.

A sua ignorância ingénua não lhes deixa aperceber do mundo senão o que é misterioso e legendário. Magia da aventura, paixão cavalheiresca da mocidade, em que o pensamento, corseil ardente de balada, galopa de crinas soltas nas regiões fulgurantes dos mundos imaginários, ao flamular dos estandartes da vitória, num vento de epopeia! É a idade quimérica e idealista, em que todos nós, Baiards de calção, d'Artagnans precoces, vivemos as proezas irreais das personagens dos romances de capa e espada.

Nesta hora de redenção, em que a França, despertando do pesadelo da derrota, sente renascer no coração a fé no seu destino, de novo a exaltação guerreira galvaniza as imaginações moças, ao bater de azas das aguias da Glória. Como na éra napoleónica, adolescentes ganham as divisas de ouro de oficiais, sob a metralha, e são condecorados com a cruz da Legião de Honra, no campo de batalha.

Na batalha de Meuse, uma aldeia é tomada pelos alemães. É um posto importante de que depende a vitória. Um pequeno de quinze anos, que fugiu de casa para «ver a guerra», oferece-se aos franceses para explorar um caminho por onde êstes podem assaltá-los de flanco. Descoberto pelo inimigo, é alvejado e ferido. Faz-se de morto, e de rastos, vertendo sangue, volta para fornecer as informações aos franceses, que, graças a êle, batem o inimigo e ganham o terreno conquistado.

Outro feito de um pequeno herói de dezasseis anos :
 Ao entrar numa aldeia erma da Alsácia, os bávaros prendem-no e interrogam-no :

— Há franceses aqui ?

— Não ! responde êle serenamente.

Os bávaros avançam, confiados, e bruscamente, caem dizimados pelas balas de um bando de atiradores, escondidos numa das casas. Repelidos, os alemães levam consigo o rapazito prêso, à presença do comandante inimigo, que o manda atar a um poste telegráfico da estrada e o interroga :

— Sabias ou não que estavam ali franceses ?

Dizer a verdade, momentos antes, era traír os seus ; mentir agora, seria uma cobardia.

Fitando os *boches* bem de frente, num desprezo épico da vida, a criança respondeu :

— Sabia, sim, mas não o quiz dizer !

E, com um sorriso de desafio nos olhos luminosos e nos lábios vermelhos, diante das espingardas apontadas para o fuzilar, a cabeça loura erguida contra o poste de martírio, o pequeno gritou :

— Vive la Fran !

Um jôrro de sangue abafou-lhe a última sílaba na bôca aberta. . .

À luz do *abat-jour*, na pobre casa da rua da Aldeia, em Marselha, enquanto o vento de novembro fala de morte à mãe, a scismar no seu homem que partiu para a guerra, é talvez a tua alma errante, pequeno herói da Alsácia, que vem ditar à criança curvada sôbre a mesa estas palavras : « . . . a minha vontade era fazer mais . . . »

Emulação contagiosa, que hoje exalta todas as imaginações infantis na mesma comunhão do sacrifício.

O TREM DIPLOMÁTICO

Quinta-feira, 3 de setembro de 1914.

O « trem diplomático » que nos leva para Bordeus acaba de partir do Quai d'Orsay.

Onze horas e meia da noite — uma destas patéticas noites do Paris de guerra, abismado no silêncio de pesadelo da ameaça do

cêrco. Todos os rumores da respiração colossal da Cidade Luz, ainda há semanas tão vibrante de vida, a esta hora, morreram. Todas as luzes estão apagadas. Os jactos luminosos dos holofotes que se cruzam no espaço, à espreita dos aeroplanos traiçoeiros, fazem a escuridão mais inquietante. Sôbre o Sena mudo, tremulejante dêsse frémito misteriosamente sinistro que os rios têm na treva, a reverberação espectral da lua evoca nas nuvens os fantasmas em marcha duma água-forte de Raffet.

Curiosos aspectos os dêste trem cosmopolita, transportando nas suas carruagens de 1.^a classe, o pessoal das legações e embaixadas, a que uma nota verbal do Ministério dos Negócios Estrangeiros anunciou bruscamente, esta manhã, a transferência do govêrno da Defesa Nacional para a segunda capital da França invadida.

Com os nomes de cada país, escritos a lápis num quadrado de cartão, em cada compartimento, é o resumo comprimido do mapa, com as fronteiras demarcadas pelas divisões almofadadas. Ao percorrer os corredores dos vagons comunicantes, dum extremo ao outro, dou-me à sensação divertida de fazer em dez minutos uma viagem através do planeta. Mas uma viagem em que o acaso da disposição deslocou pitorescamente as situações geográficas — a Inglaterra ao lado da Turquia, Portugal ao pé da Bulgária, a Rússia visinha do Brasil, a China paredes meias com a Itália...

Nos corredores, fumando e conversando, os diversos representantes dos países e das raças mais distantes constituem momentâneamente a fraternidade social dos utopistas.

— São os Estados-Unidos da Terra, a 40 quilómetros à hora! — diz-me rindo um colega.

Com a fina cabeça còrada, sob os cabelos brancos anelados, como os dos lords ancestrais que Reynolds pintou, sir Francis Bertie, embaixador da Gran-Bretanha, decâno do corpo diplomático, conversa com Mr. Iswolsky, o embaixador da Rússia, de lunetas graves nos olhos azúis, sempre arqueado numa mesura protocolar.

Atento e discreto, como na expectativa constante, Rifaat Pachá, o embaixador da Turquia, fala a um canto com o barão Ishii, que o escuta sorrindo, com os seus olhos indecifrávelmente amáveis de japonês.

Mr. Titoni, o embaixador de Itália, passa farejando as opi-

niões, com o seu longo nariz de prelado e os seus olhos astutos de romano.

Baixo e cauto, sorrindo na barba negra bem penteada, Mr. Romanos, o ministro da Grécia, cumprimenta Mr. Enrique Larreta, o ministro da Argentina, impecável como uma gravura, no seu veston cintado à última moda, de casquete inglesa na cabeça amaneirada de mundano. Noutra grupo, o cavaleiro de Stuers, ministro dos Países-Baixos, com o seu esguio perfil de fantasma elegante, escuta com ar nostálgico a verve oriental de Samad-Kun, o moreno e cortejador ministro da Pérsia.

Pelas outras carruagens, conversam animadamente em todos os *accents* cosmopolitas do francês oficial, os ministros do Brasil, de Portugal, da Noruega, da Sérvia, da China, da Bélgica, da Roumania, de Mônaco, e de todas as inumeráveis Repúblicas sul americanas em que se mesclam e revivem, mais crispados, os traços fisionómicos da velha Espanha avoenga.

E, pelo meio de todos, correcto e hirto, de olhos agudos, Mr. William Martin, chefe do Protocolo, Introdutor dos embaixadores, vai distribuindo, como numa recepção no Eliseu, apertos de mão profissionais.

Nas suas toilettes de viagem, de *chez* Worth e Doucet, as senhoras do corpo diplomático chalram com os adidos e secretários, como num capítulo irónico da «Carrière» de Abel Hermant — enquanto uma ama japonesa, como num kakemono de Hokay, dá de mamar a um bambino de olhitos oblíquos, no compartimento reservado ao Império do Sol Nascente.

Mas, em todas essas conversas de diplomatas, do que menos se fala é do único assunto, que no íntimo os obseca — a Guerra.

Com a sua desconfiança profissional, todos evitam referir-se a ela, formular uma opinião que possa ser repetida. Apenas êste episódio, delicioso, que a esposa dum adido militar me conta. Esta tarde, ao ver passar da janela do seu «appartement» o aeroplano alemão que voava sôbre a Torre Eiffel, o seu filho, um pequenito de dez anos, que agora dorme, estendido sôbre almofadas, foi procurar a sua pistola de latão e disparou contra êle todas as balas do seu arsenal de brinquedo.

E eis, nesta noite de drama, em que o surdo rumor dos canhões prussianos rola como um trovão de extermínio sôbre Paris ansioso, a única nota de guerra, pueril e heróica, que pude colher no «trem diplomático»....

O COMBÓIO DE FERIDOS

Um combóio de feridos...

No esplendor do sol mais capitoso que tem dourado a terra alegre das vindimas, no hino de luz dêste meio-dia em que tudo canta a felicidade olímpica de viver — a visão de toda essa adolescência mutilada é um pesadêlo que nunca mais se esquece.

Tudo o que a arte suprema da carnagem e a sciência magistral da destruição têm inventado para fazer do corpo humano um desrôço sangrento, ali está reunido numa exposição anatómica, flagrante: braços partidos, maxílas esmigalhadas pelos schrapnels, pés esmagados, mãos sem dedos, cabeças esburacadas pelas balas, troncos dilacerados pelos estilhaços dos obuzes, farrapos de carne viva rasgados a golpes de lança e de sabre, órbitas arrancadas pelas baionetas...

Ao longo da gare, atroante de ruído e movimento, o combóio de feridos evoca uma galeria ambulante de figuras de cêra, tal a imobilidade que crispa alguns, estendidos sôbre a palha dos *fourgons* de gado. Os pobres olhos parados, que a febre faz vítreos, refletem apenas, nos rostos lívidos, a gravidade espectral, o espanto mudo que dá aos que viram a morte, uma expressão de fantasmas, extrahumana.

De todos os lados, a multidão que os espera à saída, apinha-se para os ver transportar nos automóveis das ambulâncias, que atravessam as ruas luminosas em lúgubres cortejos, cada dia mais longos. Misturados no mesmo anseio anónimo, concentradas no mesmo recolhimento inquieto, estão ali, como num côro de tragédia antiga, todas as filhas, mulheres e namoradas dos que se batem pela pátria.

E todos êsses centenares de olhos fixos estão dilatados pelo mesmo terror ansioso de ver aparecer o «seu», aquele que partiu cheio de vida e de quem nunca mais tiveram novas. Muitas trouxeram os filhos. É nada mais emocionante do que êsses olhos límpidos de crianças, muito abertos, a que o espectáculo da dôr dos grandes deu uma seriedade precoce, tão profunda.

Todas de branco, com os cabelos cingidos pelo diadema de linho, como suas irmãs da Caridade, as damas da Cruz Vermelha vão de um a outro ferido, transfiguradas pela abnegação que

faz esquecer, mesmo às mais habituadas ao luxo, toda a frivolidade feminina. Com gestos de mães, dão-lhes de comer e beber, aconchegam lhes as cabeças doloridas nas macas, como se cada um desses desconhecidos fôsse um seu filho pequenino.

E a ternura espontânea da dedicação, que irmana na dôr e na piedade ricos e pobres, nestes dias em que a guerra desencadeia a mais feroz bestialidade do instinto humano, é um poema de amor divino.

De cada vez que os maqueiros transportam os feridos mais graves, rígidos como cadáveres, nos uniformes sujos, rôtos, que o sangue e a lama cobriram de manchas escuras, um surdo murmúrio de lamento sobe da multidão, que abre alas. E todas as cabeças se curvam para os ver, num arripio de consternação, a que se mistura a curiosidade instintiva do povo pelos espectáculos do sofrimento.

Quási todos são novos, alvoradas humanas que a alegria de viver e o amor floriam como as árvores vigorosas de um pomar fecundo. E ante essa adolescência sacrificada, as namoradas evocam os que as beijaram ao partir, cantando, para a batalha, com as espingardas floridas, como para um noivado, e lhes gritavam, erguendo as cabeças iluminadas de esperança:

— Não choreis, mulheres, que havemos de vencer!

Mas, de todas as figuras do quadro, onde eu tentaria gravar, se fôsse pintor, a visão dramática da chegada de um combóio de feridos, no esplendor dourado dêste meio dia dionisíaco de vindimas, em que o sangue dos cachos e das chagas tinge de púrpura a terra de França — aquela que, mais vivamente, encarna para mim todo o horror da guerra, é uma velha.

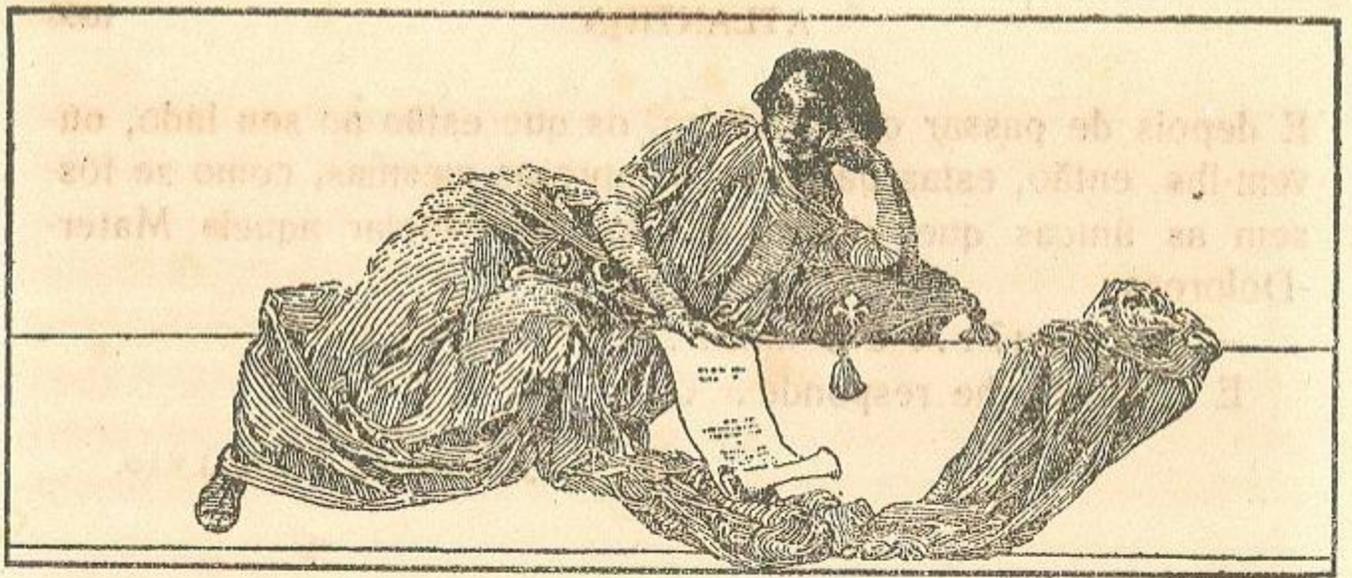
Carcundinha, sexagenária, toda vergada pelos anos, sempre sósinha, com uma trouxa na mão de múmia, e o lenço de sêda preta atado na testa, em *marmotte*, à moda das velhas aldeãs da Gironde, parece resuscitada de um painel místico de Van Eyck. Nos seus olhos bóia um pasmo tão mudo, tão inexpressivo, que todos a crêem idiota. Ninguém sabe quem é, nem donde veio. Não pede esmola. Não fala nunca. Dorme nas pedras, com a cabeça apoiada à trouxa, à porta da estação. Mas, todos os dias, a cada combóio de feridos que chega, lá está ela, na primeira fila, a olhar, a olhar. A cada maca que passa, ergue-se nas pontas dos pés, pequenina, humilde, ressequida como uma múmia, toda curvada sôbre os feridos, com a cabecita de rata, a tremer.

E depois de passar o derradeiro, os que estão ao seu lado, ouvem-lhe, então, estas palavras, sempre as mesmas, como se fôsem as únicas que ainda soubesse pronunciar aquela Mater-Dolorosa:

— E o meu? . . . e o meu? . . .
E ninguém lhe responde . . .

JUSTINO DE MONTALVÃO.





NOTAS CAMILIANAS

I

Camilo e Senancourt

Ao Nuno Simões

Êste Senancourt, cínico palreiro, sem a inteligente perversidade de Rousseau, e sob a capa duma artificiosa rusticidade à Saint-Pierre, nevoenta e postiça, vivendo num fictício isolamento, desdenhosamente tratando Cristo de *jeune savant*, mordendo em Napoleão, escarnicando do cristianismo hierático de Chateaubriand, diplomando-se, com enfático orgulho, de *solitaire inconnu* e desposando burguêsmente, contra a doutrina dos seus derrengados mentores, uma friburguesa videira e de curtas letras, teve uma «influência funesta» na mocidade de Camilo.

As suas estranhas teorias bebidas nas do doutrinista-tartufo de Genebra, a pintura falsamente idealista das paisagens de Valois e de Fontainebleau, em *travesti* de Saint-Pierre, os seus paradoxos bizarros sôbre o amor primitivo, a organização social, a imortalidade e a vida, *pastichando* Rousseau, a mexirofada filosófica das suas «verdades simples», as suas invencionices absurdas e grotescas sôbre a moral religiosa, mil e uma excêntridades risíveis sob o aspecto grave de dogmas, conseguiram ferir a sensibilidade requintada de Camilo, quando, por volta de 1853 ou 54, na tormentosa crise dum conflito passional, leu, pela primeira vez as *Rêveries*.

É Camilo quem o afirma, nestes períodos a lápis, na guarda da 3.^a edição :

«Este livro conduz a mais forte alma a uma covarde tristeza q̃ lhe tira a força para resistir aos estorvos. Quem o escreveu, se não era um infeliz q̃ expos mui sinceramente a sua «excentricidade.» era um infame que atirou com um punhado de ideias homicidas para o acervo de miserias com que se despedaçam em lucta desigual, os espíritos impacientes e descridos da sua immortalid.^e Este livro teve uma influencia funesta na m.^a vida, desde q̃ o li aos 28 annos de id.^e C. C. Br.^o»

181 Pelas notas a tinta e a lápis, pelos respectivos traços à margem, marcando passagens mais interessantes, pelas páginas dobradas, fácil é concluir-se que Camilo leu muito atentamente o livro, *pelo menos*, duas vezes.

As notas a tinta são, evidentemente, as da primeira leitura.

Logo no ante-rosto se vê a sua assinatura «C. Cast.^o Br.^o», e no verso o preço : «1\$000».

A parte superior do rosto, onde havia qualquer nota escrita, por ventura um subsídio de tomo para a dilucidação do problema, foi cuidadosamente cortada.

A página 21, dobrada, tem um largo traço a tinta, que a abrange tôda, sôbre o *homem na solidão*.

A págs. 53, 102, 103, 104, 105, 364 sublinhou, talvez para epígrafes, pensamentos de que mais tarde, ao que parece, se não aproveitou.

Na página 175, também dobrada, marcou o pensamento : *l'espoir s'eloigne quand l'ignorance diminue*, frase onde pode encontrar-se uma nótula curiosa sôbre as crises de fé de Camilo.

A págs. 181 anota um trecho sôbre a alegria e a págs. 287 outro sôbre a tristeza e a falta de coragem que nascem da velhice.

Sublinhando a págs. 275 a frase *qui tiendra beaucoup* traduz à margem : «q̃ invida todo o seu afan».

A págs. 85 e seguintes marca certos passos que mais tarde verteu, livremente, nas *Scenas Innocentes*.

Estas as impressões da primeira leitura.

Pendo a crer que a segunda a fez Camilo pouco depois da sua entrada na Relação em outubro de 1861. Nas *Memórias do*

Cárcere confessa que, na sua primeira noite de cadeia estavam consigo Shakespeare, Plutarco, *Senancourt*, Fr. Bartolomeu dos Mártires e Droz na sua *Tentativa sôbre a arte de ser feliz*. O *Romance dum homem rico* escrito no cárcere, por essa data, tem logo no rosto a frase das *Rêveries*:

«... Connaitre la valeur de l'argent et le sacrifier toujours, soit au devoir, soit même à la délicatesse c'est une verité réelle».

Não é, pois, arriscado afirmar que a segunda leitura se fez por êsse tempo e que dessa época são as notas a lápis, numa caligrafia muito igual e muito cuidada.

Além da citação da página da guarda, sublinha a págs. 181 um pensamento.

Risca a págs. 286 o trecho:

«la jeunesse à des esperances, parcequ'elle a peu de souvenirs.»

e, traduz num português lidimo reçumando o Bernardes da *Luz e Calor*:

«alma onde as recordações são m.^{tas}, esperanças já não ha nenhuma.»

A págs. 287 anota duas passagens sôbre a alegria e a felicidade; a 288 vinca, fortemente, outra; na 359 risca nervosamente um *N.* sôbre o bem e o mal e na 363 um pensamento de Condillac sôbre a aspiração do escritor à perfeição.

Finalmente a págs. 367 marca a frase célebre de Luís XIV sôbre a revogação do édito de Nantes, repetindo-a na guarda

«Dieu, a donc oublié ce que j'ai fais pour lui. Luis 14»

Dobrou, além disso, as págs. 123, 5, 158, 213, 217, 219, 236, 239, e 378 sôbre a organização social, a boa reputação do escritor, o tempo, a imortalidade, a vida, Quevedo, etc. Anos volvidos, por 1863, traduz nos «Tres medicos» das *Scenas Inocentes da Comedia Humana* grande parte dos «Moyens contraires». No diálogo com que abre esta fantasia põe na bôca de Guilherme

do Amaral, contraditando o outro interlocutor (plausivelmente Camilo) que apoda as «Rêveries» de ininteligíveis e subtis, esta frase característica sôbre Senancourt:

«E' o médico das minhas febres malignas e congestões cerebraes»

Camilo pondo estas palavras na bôca de Amaral, o herói ultraromântico, o homem fatal do *Onde está a felicidade?*, de *Um homem de brios* e das *Memórias* caracteriza-o, com uma sobriedade admirável.

Aqui tem você, meu caro Nuno, algumas magras notas sôbre Camilo, a propósito das *Rêveries*, que Sainte Beuve, com adorável justeza classificou de *brouillards d'une philosophie naugeuse*, e de Senancourt, o cínico impenitente que no *Obermann* se autobiografou, pela única vez com sinceridade:

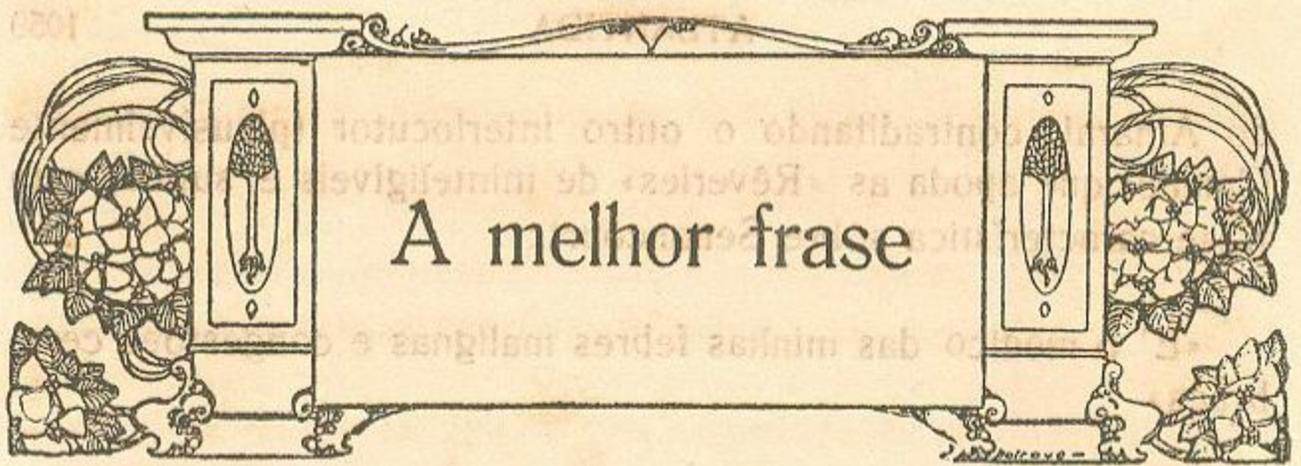
«un homme qui ne sait ce qu'il est, ce qu'il aime, ce qu'il veut . . . enfin, qui se traîne dans le vide et dans un infini desordre d'ennuis».

O que não impediu que eu desse pelo livro o melhor de 5 escudos.

Lisboa, 15 de Fevereiro.

JORGE DE FARIA.





Prêsas às minhas tuas mãos deliram.

As flores das jarras quási enlouqueceram

Pelo que nossos olhos se disseram,

E as nossas bôcas nunca repetiram.

Sinto que nossos corações suspiram

Pelas horas d'amor, que se perderam,

Mãos nas mãos, como noivos que viveram

A rezar sonhos belos, que fugiram...

E como é doce o teu olhar, criança,

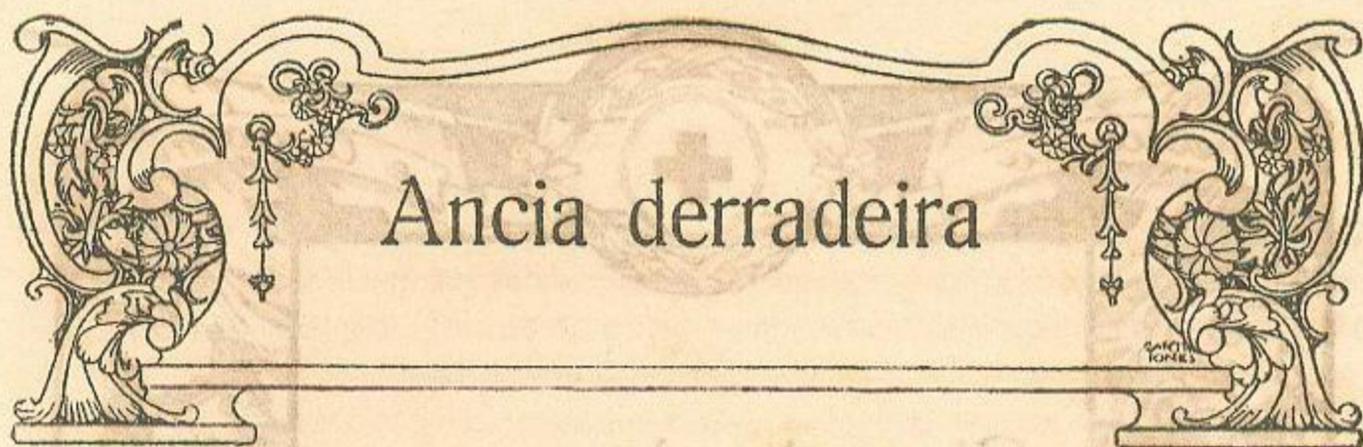
Quando falamos, rindo, da lembrança

Dessa hora fatal em que nos vimos.

Olhos—espelhos d'alma—falam quási...

E o olhar é mais perfeita e linda frase

Para dizermos bem o que sentimos!



Ancia derradeira

*Silenciosos, assim como templos vasios,
Teus olhos são para mim uma recordação.
Andam a desfolhar, como alvos dedos frios,
Astros, luares e sóis, sôbre o meu coração.*

*Teus olhos guardam bem meus sonhos fugidios...
E em paga, o Céu te faça eterna a ilusão!
Que eu quisera estrelar os teus dedos esguios,
E levar-te até Deus pla minha própria mão!...*

*O meu orgulho, Flor! A minha inquieta ânsia!
Tudo isso eu vi partir nos braços da distância,
E hoje a recordação deixa-me insatisfeito.*

*Mas resta inda uma sêde, e quási que me abraza:
— Pôr o meu coração debaixo d'uma aza,
Como escondes o teu adentro de teu veito.*

Escola de Guerra, 1918

ALEXANDRE CÓRDOVA

(Do livro a publicar *Convento da Saudade*)



Cirurgia de guerra

O Sr. Dr. Jorge Monjardino realizou na Faculdade de Medicina de Lisboa uma notabilíssima conferência subordinada à epígrafe que encima estas linhas. São dêsse brilhante trabalho, por todos os títulos digno da atenção pública — que não apenas dos que à especialidade se consagram — os trechos que vão a seguir.

A distinção entre cirurgia de guerra e cirurgia civil não é, nem pode ser, nítidamente marcada. A cirurgia é uma e as condições em que se efectua apenas podem ser diferentes, pois que todos os factores — métodos, explorações, técnicas — se conservam os mesmos. O cirurgião civil será sempre, quando levado a essa situação, um cirurgião de guerra e a inversa é também verdadeira, embora já num sentido muito mais restrito. As condições, porém, podem ser diferentes e nelas, como primaciais, há a notar, por um lado, a intensidade de trabalho em períodos irregulares, por outro lado as resistências que, em geral, oferecem os pacientes e, num terceiro aspecto, as instalações. O cirurgião que trabalha no seu mistér, numa guerra como esta, em momentos de calma, tem longos períodos de descanso relativo nos quais, contudo armazena resistências para as horas — às vezes longas horas — em que a intensidade de trabalho toma proporções excessivas, pois hoje em dia, à face das complicações imediatas ou secundárias das feridas, se o grande ferido precisa de recursos para se lhe amparar a vida, o pequeno ferido precisa de não ser esquecido. De um pequeno pedaço de tecido arrastado por um projectil mínimo, pode originar-se, com relativa freqüência, uma gangrena gasosa mortal. A regra é olhar pelos feridos de maior gravidade, nunca esquecendo os outros; multiplique-se, porém, êste facto por duas, por três dezenas ou mais e assim se avaliará as energias que é preciso dispender, lembrando-nos que para a preparação operatória do muito ou do pouco ferido o trabalho é quasi o mesmo. Neste primeiro aspecto, as condições são em desfavor para a cirurgia de guerra.

As resistências individuais são um outro factor e êste a favor, em parte, dessa cirurgia. Na enorme maioria, os feridos são criaturas sádias, resistentes, sem comparação, mais em condições de suportar traumatismos cirúrgicos do que os doentes depauperados por infecções graves, por duradoiros pade-

cimentos. Verdade é, porém, que a vida das trincheiras mingua essas resistências pois, como se calcula, esgota aquele viver enervante de dias e dias, em que, enterrados prematuramente, os homens devem ter bem a sensação da sepultura que êles, em momentos de desespero ambicionam decerto e que muitos ali encontram. Pondo de parte temperamentos rudes sem consciência do perigo, compreende-se que muitos, vivendo essa vida que não é de homens, vendo morrer e cair feridos camaradas, terão um esgotamento grande de energias, pois, numa guerra de estacionamento, os momentos de grande *élan*, de ferocidade não são frequentes e êsses mesmos, se despertam energias, como reacção contrária logo as esgotam. Indivíduos nestas condições, quando feridos, não são indivíduos normais e o estado de abatimento em que chegam depois aos hospitais — não falando nos casos de *shock* — provam bem esta asserção. Em geral, êsses homens, não procuram nada mais do que dormir e, deitados numa cama, repousam, despertando horas depois com as forças recuperadas em parte; estejam, porém, êsses homens gravemente feridos, em *shock*, e nesse caso as resistências são bem diminuídas. Mas aqui entra um factor importante: a idade, o bom estado do coração. Quando assim succede, mercê de tais elementos, o despertar do paciente consegue-se, mas casos há em que todo o esforço se faz baldadamente.

As instalações são, na chamada cirurgia de guerra, em geral, em piores condições do que as da cirurgia civil; no entretanto, aproximam-se dessas, tanto quanto possível, e, bom é dizer-se, às vezes excedem-nas. Tudo isto é muito variável, como bem se compreende e depende das circunstâncias em que se está, sendo, é claro, bem mais fácil conseguir boas instalações numa guerra de estacionamento.

Êstes factores que venho de enumerar não são, de per si, e em conjunto, suficientes para dar um característico à cirurgia de guerra de molde a diferenciá-la da cirurgia civil. Não há distinção de cirurgias: há uma única cirurgia que num caso pode ter de se efectuar em condições diferentes mas que, mesmo assim, tem de assentar nos fundamentos gerais dos quais se não deve afastar, sôb pena de insucesso.

Deixando-nos de imodéstias simuladas, é preciso dizer-se, embora a minha autoridade para o fazer seja nula, que a posição em que está a cirurgia portuguesa deve considerar-se excelente, pois, a par da cirurgia estrangeira — não falo na alemã que pouco conheço — não lhe fica na sombra. Peca, porém, por um grave facto e desculpem os cirurgiões que lhes diga: peca pelo motivo do nenhum interesse pela publicação dos casos interessantes que se perdem absolutamente entre nós, tirando utilidade dêles os doentes que são tratados e a prática pessoal de quem os trata.

E é êsse desmazêlo, desculpem-me o termo, que faz com que a nossa cirurgia lá fora seja desconhecida, com que se admirem os cirurgiões estrangeiros de fazermos certas coisas, principalmente aqueles que, e infelizmente há vários, julgam ser Portugal qualquer pequeno povoado encravado na Espanha, aonde nunca chegou um raio de civilização e muito menos um raio de asepsia. O desconhecimento do nosso país não é por culpa dos nossos cirurgiões, mas o desconhecimento da nossa cirurgia é absolutamente por culpa dêles. Êsse mal é, parece, fácil de remediar mas, ao mesmo tempo, é impos-

sível de remediar porque quasi todos pensam e pensam convictamente que é uma maçada publicar trabalhos e todos têm este desabafo: «o que ganho eu com isso?». É realmente sempre mais fácil fazer apreciações. Mas, apesar dessa falta que também se poderia remediar, desejo aqui fazer uma modesta confissão, depois de uns meses de prática entre estrangeiros: «é que me honro por pertencer a uma terra de tão bons cirurgiões!»

Na realidade os resultados obtidos entre nós são brilhantes nas operações de alta cirurgia e deve-se acentuar que isso muito depende do trabalho do técnico, dada a insuficiência que é preciso reconhecer em algumas das nossas instalações sem aquecimento e no pessoal de enfermagem que tanto deixa a desejar, o que, de certo, não é para admirar. Comparando, porém, o conforto que ao doente se dá nos hospitais ingleses permanentes ou adaptados, quere em Londres, quere nos mais avançados; seguindo, durante um longo período o trabalho cuidadoso das *nurses*, a dedicação, o *savoir faire*, a disciplina, a ausência de barulhos e questiunculas com que desempenham o seu trabalho, é forçoso e doloroso certificar-nos que nesse ponto o nosso grau de inferioridade é manifesto. Haverá talvez excepções, mas essas não são em número suficiente para alterar a regra geral. É que em Inglaterra há serviços hospitalares bem organizados. E, se a todo este conforto e a esta dedicação, se juntar o auxílio precioso da Cruz Vermelha Inglesa e doutras associações de beneficência ter-se há uma ideia da obra maravilhosa feita no Reino Unido a favor dos feridos que são mais do que soldados que se bateram: são ídolos. Exemplos assim, será bom que se sigam sempre pois que os nossos feridos também merecem que se lhes faça tudo!

Há que lutar, contudo, com a inação do nosso meio e com este nosso modo de ser exageradamente meridional, muito dado a desfazer sem razões e muito avêso a reconstruir com critério.

.....
A evolução que tem havido no tratamento das feridas das partes moles e também nas que se acompanham de lesões ósseas é, até certo ponto, interessante e merece referência.

Da simples aplicação do penso e de tintura de iodo passou-se ao desbridamento dos orifícios de entrada e saída, considerando-se, e com acêrto, como muito graves por motivos de todos conhecidos, as feridas por estilhaços, em comparação com as feridas por balas, salvo quando em condições que levem a efeitos explosivos ou por virem de perto, ou por se deformarem antes de penetrar. Depois do simples desbridamento, em geral seguido de lavagens antisépticas, veio, com o fim de evitar ou atenuar a supuração, o emprêgo dos tubos de dreno seguindo-se a velha prática da incisão e drenagem e deixando-se tempo ao tempo necessário para uma longa cicatrização por segunda intenção.

Como, porém, a questão do tempo é factor importante a considerar, maior atenção foi chamada para o estudo da bacteriologia das feridas o qual, como se sabe, encontrou em Carrel o homem que, com sucesso, fundado nas mutações dos aspectos da flora bacterica induziu, depois da aplicação do soluto Dakin-Daufresne, pelo seu engenhoso método, ao encerramento secundário das feridas, abreviando, com enorme vantagem, a cura dos ferimentos.

Nestes casos o microscópio passou a ser, mais uma vez, um belo auxiliar do cirurgião, embora o aspecto clínico da ferida seja, com frequência, uma indicação para a sutura secundária, sem que haja mesmo ainda uma completa esterilização. Carrel com o seu precioso método deu um avanço enorme no tratamento das feridas infectadas, embora se cingisse muito à quantidade de bactérias por campo microscópico, mais mesmo do que à sua qualidade que, como era de esperar, é talvez um factor mais importante na infecção.

No entretanto nada pode contestar o rigor dos estudos de Carrel e basta dizer que, quem, como eu, teve o prazer e mesmo a ventura de passar pelo Hospital 21 em Compiègne, só tem motivos de admiração pelo belo trabalho realizado nesse centro de estudo que, como muitos o consideram, é na sciência dos nossos tempos uma espécie de Méca, aonde se vai em peregrinação. E não se perde o tempo em ter essa devoção, pois tudo admiravelmente nos é mostrado, revelando um tal método e uma tal organização de onde só pode derivar um trabalho útil. E com efeito no Hospital Carrel o visitante recebe amavelmente interessantes prelecções acompanhadas de magníficas projecções sôbre a evolução bacteriológica das feridas, sôbre os aspectos cirúrgicos das suturas secundárias e também, por outro lado, lhe são dadas utilíssimas indicações sôbre o modo correcto da preparação do líquido Dakin Daufresne, sôbre a marcha da cicatrização que já hoje é representada por uma curva regular e geométrica..

.....

As reparações da face merecem referênciã e é êsse talvez um dos ramos da cirurgia que mais têm avançado últimamente. É esta uma cirurgia em que afóra os princípios gerais, se não podem estabelecer regras; é uma cirurgia do imprevisto, de ocasião em que os livros pouco ou nada servem; o cirurgião que a faz tem de ser um artista e tem de passar antes pelos centros onde ela se efectua.

As deformações da face ou se corrigem precocemente, como no centro de, ou, mais tarde, como o faz Morestin em Paris, como o faz Gilleis em Sidcup, a uma hora de Londres. Foi êste último serviço que frequentei com assiduidade a af vi fazer as coisas mais extraordinárias que jamais vi em cirurgia. Nesse serviço um facto que fere logo a atenção é a ordem, o método, a seriedade com que se apresentam os casos, devidamente documentados, mesmo ricamente, com boas fotografias antes e depois das operações, com melhores aguarelas, com gêssos e até com bronzes, nos casos mais extraordinários. Olhando tôda essa documentação e seguindo êsses trabalhos, há a impressão nítida de se transformarem verdadeiras monstruosidades em faces humanas, evidentemente defeituosas mas, sem dúvida, belamente corrigidas.

O princípio geral é que as plastias nas partes inferiores da face devem ser feitas à custa de enxertos pediculados superiores, sendo usados os enxertos destacados inferiormente do pescôço para as deformidades superiores.

Tais enxertos devem ser cutâneos, mas principalmente também subcutâneos e raramente musculares.

Nesta cirurgia, seguindo a orientação de Gilleis o primeiro trabalho é da prótese e dêle se encarrega o dentista e é, por assim dizer, sôbre uma armação artificial feita que se conduz a cicatrização da ferida, até final. Então,

no fim de mais de um mês, se faz a reparação começando pela extirpação dos tecidos cicatriciais e vão-se buscar enxertos às cartilagens costais para reparar uma falta no maxilar inferior, para substituir os ossos próprios do nariz e tudo isso se cobre com tecidos moles distantes mas pediculados e bem irrigados.

Nesta cirurgia a anesteziação rectal é a preferida e ela é a mais usada neste centro de reparação — o Queen's Hospital, em Sidcup, que, no seu género, é, como instalação, uma maravilha.

Olhando de uma maneira geral para os assuntos que venho de tocar nestas pequenas notas, parece-me que alguma coisa do que há feito para o tratamento dos feridos de guerra tem interesse e adapta-se às necessidades da cirurgia civil. Não pode haver nunca a noção de uma independência absoluta nos modos de tratamento e ninguém pode afirmar nada haver de interesse na cirurgia dos feridos de guerra, nos quais, vastamente, há ocasião de estudar as reacções dos tecidos aos agentes estranhos, inclusivé às bacterias patogéneas que são mais ou menos as mesmas.

Não entrarei em detalhes sobre estes assuntos, mas parece-me que o estudo das feridas infectadas servirá para tratar d'ora àvante, sôb diferente critério, as supurações, as quais, felizmente, raras vezes, complicam as feridas operatórias; essas devem ser, pois, estudadas bacteriológicamente e suturadas secundariamente, quando se consiga a esterilização clinica, pelo menos, e nisso se lucrará tempo. Porque, em boa verdade, o método de Carrel bem aplicado é mais rápido do que a drenagem com um tubo, esperando um longo processo de cicatrização por segunda intenção. E o que se diz com respeito a essas infecções tão desagradáveis, generaliza-se ao tratamento dos grandes abcessos que até em determinadas circunstâncias — depois de excisados, depois de cheia a cavidade com material de reconhecido poder bactericida e de reconhecida inocuidade para os tecidos — poderão ser susceptíveis de suturas primárias ou, pelo menos, de suturas precoces. A revolução que a guerra veio trazer à cirurgia tem por ideal evitar, quanto possível, a cicatrização por 2.^a intenção. Claro é que, como todos os ideais, esse não se atinge absolutamente. De um modo genérico, essas tentativas podem ser feitas, quando haja a infecção declarada, com o método de Carrel, quere nas lesões articulares, quere craneânas, quere na cavidade pleural e talvez, sem maior complicação na cavidade peritoneal, ignorando eu quais as conclusões tiradas por Carrel sobre este assunto, que ainda há pouco tempo era objecto do seu estudo.

Por outro lado o tratamento das fracturas quere fechadas, quere complicadas só tem a lucrar com o uso dos aparelhos de Thomas ou suas modificações. Tais aparelhos impõem-se pela sua simplicidade, conforto e vantagem, podendo a posição dos topos ósseos ser corrigida sôb a indicação dos raios X e podendo os feridos ser tratados sem que se altere a contenção ou a extensão da fractura.

Nada será perdido também em tratar e prevenir o *shock* operatório das grandes intervenções, principalmente abdominais, quere procurando contrabalançar a acidose do sangue quere aquecendo sistematicamente os doentes.

Todos esses processos são já susceptíveis de entrar na prática civil. Ou-

tros, com o tempo, aparecerão e infelizmente há ainda tempo para isso. Seguindo este modo de vêr, as colecções médicas de guerra, como a de Val de Grâce, em Paris, ou como a do Royal College of Surgeons, em Londres, deverão ser sempre visitadas pelos cirurgiões.

Antes de concluir esta exposição em que, repito, nada de novo há para quem me ouve, quero deixar aqui bem acentuado que hoje em dia, na frente portuguesa as condições de trabalho cirurgico são satisfatórias, quere nos Hospitais de Sangue, quere nos Centros avançados de cirurgia, anexos a certas Ambulâncias, sendo como tal considerados, mais por estrangeiros do que infelizmente pelos portugueses que fazem muitos comentários a distância. Contra este mal, porém, já temos obrigação de estar vacinados.

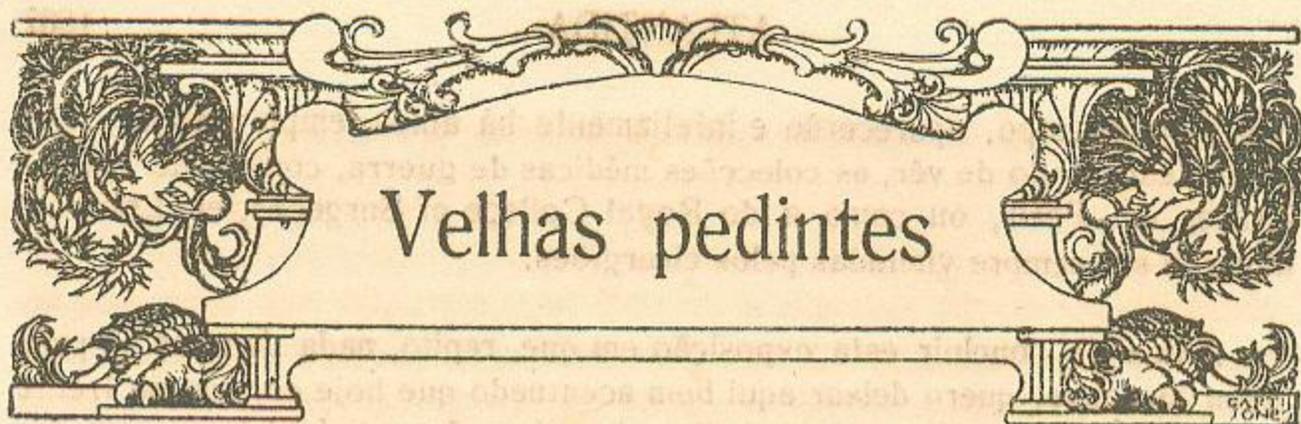
Mas ao trabalho que em cada dia se efectua na frente portuguesa é necessário que se faça a continuidade e que ela chegue até aqui sendo completada com devoção. As escolas de reeducação, os centros de restauração têm de estar em plena laboração, têm de ser consciente e honestamente organizados; os hospitais têm no seu trabalho de lhes dar auxílio, corrigindo os defeitos resultantes dos tratamentos iniciados em condições anormais absolutamente desconhecidas de quem está a léguas de distância. Em todo este trabalho é necessário unidade, é necessário critério e reflexão e deve-se pôr de parte, de uma vez para sempre, esta nossa maldita mania da critica e da censura que nós outros, portugueses, cultivamos com carinho.

Para bem dos nossos feridos, pois, é necessário que nós, médicos e cirurgiões portugueses, trabalhemos em comum. Já que fomos arrastados nesta voragem da guerra, devemos preparar-nos para todas as contingências e uma das mais certas é a de amparar dezenas de mutilados. O nosso desejo deve ter um maior alcance do que dar-lhes apenas uma esmola por misericórdia.

JORGE MONJARDINO

médico-cirurgião





Ao escultor Diogo de Macêdo

É curioso vê-las passar.

Caras decruadas, côr de batatas velhas, torcidas por esgares de fomes e cansaços, a arreganharem p'ros lados, em queixos, ventas, repas, e malares agudos. . . uma escultura de súplicas e maldições barbaras.

Olhos de mil feitios. Uns, como pequenas contas negras e baças, sumidos no cavado das órbitas ossudas. Outros côr da bôrra do azeite, de escleróticas de cera raiada a sangue, encastoados na repugnância viva das pálpebras sem pestanas, vermelhas, ulceradas, com pastas amarelentas de muita ramela e puz. Outros ainda, abertos sôb sobancelhas enlendiadas, belas talvez há muito, quási enceguedidos por veus de névoa, a íris dum verde desbotado de água de limos — faltos já de movimento, não deixando sequer distinguir as pupilas — olham, gelam, esgaseados, como se um spectral luar saído a horas mortas de pobres sepulturas fôsse toda a única luz que os alumia.

Pés nus, inchados, duma carne feita de bosta, lama, pó e areias de cascalho, que as chuvadas amassam e os calores e os frios arveoam em beijas de cortiça. Tornozelos cepudos, com chagas que se destacam avermelhadas ou verdes como os cogumelos viscosos nos troncos esfarelados. Nos dedos sem feitio trapos de estôpa empastada em sangue sêco, cobrindo-lhes as topadelas dadas nos gumes vivos das rochas.

As mãos castanhas, enosilhadas, curvas — pedindo esmola — são como as enfurecidas e impotentes garras de algum abutre agonisando com fome.

Vestem-nas sarrabulhentos retalhos de bureis esterqueiros, de saragoças lustrosas de gordas côdeas, de escarninhos remendos de baietas vermelhas, de murchas alegrias de velhas chitas claras. — Têm a bruta aspereza dum maninho em que uma esquecida flor de rosmano ou maia aumente a grande tristeza. E o nôjo duma estrumeira com cacos de loiças garridas metidos em escrementos.

Caminham num contínuo esfrangalhar de linhas, em atitudes aos farrapos, em aleijões de pose. — Badalhocas humanas, enforcados no estertor, marchando sôb o chicote e o riso dum invisível carrasco.

Em todas elas, um ar de animalidade e chagada aventura — que lembra estropiadas bestas de ciganos vagabundeando fugidas. E para além da sua bruteza alastrada de mataduras — um não sei quê de puro, dorido, humilde, resignado, bom... muito humano... que prende e enternece. — O mesmo que a carcassa de qualquer sêr vadio tiritando de frio e míngua, na volta de um caminho, junto de um cruzeiro...

Repugnante, trágico e enternecedor — vê-las passar...

Vozes roufenhas, arrastando-se, com perrice, em gorgorejos de escarros — como saídas de tubos de latão soprados com fôrça e cheios de cotovelos, voltas e xaropes grossos e podres.

Enriçam-nas desafinações de cornetins de saltimbancos — dêsses que, p'las aldeias, noite alta, rouquejam e casquinam, à luz de acetilene, com tambores e trapésios, entre as sombras da noite, vestidos de alto a baixo de brilhos de lantejoilas e tristíssimos risos de veludos rasgados...

Dilaceram-nas agudezas que ferem como as arestas dos fragedos das ribas, faiscando entre a moleza dos lamaçais, à crua claridade dum sol de Março. Prolongou-nas gemidos torcionados e finos, como fracas raízes em busca de manutenção. Engrolam, piam, no constante ferver das tosses sem cura. Descançam em suspiros e arquejos, na vesga cantilena dos padre-nossos... — Roncos de fera na agonia e soluços d'alma sofredora...

Enjoativo e triste, ouvi-las falar...

Quando riem, o seu riso figura um desenterrado esqueleto com restos de carne podre.

Marchando por estradas, serras e caminhos, estendem como grandes asas de corujas mortas, sôbre a claridade do sol e a alegria dos campos, a altura dos seus vultos errantes e castanhos.

Ao escapulirem-se sinistramente no mistério e na sombra das matas e pinheirais, deixam suspensa no ar, densa que nem pano de caixão, uma negra esteira de superstições e pavores. E, por onde quere que vão, um pandeiro de tribu, que só elas ouvem, em rufos perdidos nos longes e nos ecos, marca-lhes, como aos ursos, o compasso e o ritmo daquele andar dansante e desconjuntado p'lo manquejar de sempre.

Vivem em cardanhos sem portas nem janelas. — Tocas de lobos, ninhos d'aves agoireiras — onde apetece resar, pedindo a Deus perdão.

Abalam dos covis, coçando os piolhos, quando o pesadêlo das serras ainda dura e no céu se apagam as últimas estrêlas.

E, então, vagueiam, no vago lusco-fusco, como farrapos de névoas noturnas batidos por um vento fantasma — que em nós desgrenhe pavores e pinte carvões de fome...

Beira-Alta.

Leomil — Setembro, 1917.

SEVES D'OLIVEIRA.





Revista do Mês

A VITÓRIA DOS ALIADOS

A *Allantida* reproduz hoje a admirável entrevista que o eminente Guerra Junqueiro publicou em tempos no *Janeiro*, e que devia ser arquivada, pela eloquência e pela clarividência das suas profecias, nas páginas duma publicação que sempre defendeu a grande causa dos Aliados. E, como, no seu último número, não saíssem com a necessária exactidão os pensamentos do Mestre, sôbre a *Alemanha e a Guerra*, aqui se reproduzem também, com as correções indispensáveis.

A Alemanha tem de ser esmagada. É fatal e eu nunca o puz em dúvida. Já o disse: o império alemão ardeu no incêndio de Louvain. Mas, a condição essencial da vitória eficaz, de uma paz duradoura, é o desmembramento da Prússia. Assim, a Prússia restituirá à Dinamarca os ducados de Schleswig e de Holstein que lhe roubou em 1864. Êsses dois ducados, unidos sempre por laços seculares, entrarão de novo na sua tradição histórica e o canal de Kiel ficará em mãos leais e seguras.

Perderá o reino de Hanover e o ducado de Brunswich que anexou em 1886 e que serão reconstituídos, bem como os ducados de Hesse e de Nassau. Restituirá à cidade de Francfort, de tão belas tradições históricas, a liberdade que lhe tirou depois da guerra franco-prussiana.

A França reconquistará a Alsacia e Lorena que teve de ceder à sua inimiga e que a Alemanha nunca conseguiu absorver, nem germanisar, a-pesar-de todos os esforços e de todas as violências que empregou em mais de 40 anos de domínio. As duas províncias ficaram sempre profundamente francesas, solidarizando-se em absoluto com a ardente aspiração de reconquista que

após o desastre se formou na alma francesa, dando-lhe energias novas para a *révanche*.

A França nunca mais abandonou o pensamento de reaver as duas províncias perdidas, a que tem indiscutível direito. Mas agora, com esta guerra que veio mostrar como a unidade do império alemão constitui um perigo constante e temível para os outros povos, formou-se em França uma forte corrente de opinião que reivindica, para depois da vitória, a posse da margem esquerda do Reno. Essa ideia não era popular em França no começo da guerra, sendo apenas defendida com veemência por Maurice Barrès, pela *Action Française*, por Milhaud, no *Radical*, e poucos mais. Mas hoje expandiu-se e nacionalisou-se a tal ponto que o *Temps*, o mais importante dos jornais republicanos, a perfilhou e ainda ultimamente lhe dedicou um longo artigo firmado pelo seu crítico militar, o general Malletterre. Hoje está formado um *comité* de intelectuais em que figuram Ernest Babelon, autor duma obra notável, «O Reno na História», Driault, Milhaud, padre Wetterlê, Helmer e Anselme Langel, e que trata de fazer valer numa intensa propaganda, pela conferência, pelo livro e pelo jornal, as razões históricas, políticas e sociais que ligam à França toda a margem do Reno cedida à Prússia, no tratado de Viena, em 1815.

Os principais argumentos, apresentados no livro de A. Delaire «Au lendemain de la victoire», na *Action Française* e recentemente no *Temps*, pelo general Malletterre, resumem-se no seguinte:

A monarquia dos Hohenzollerns eruiu-se das províncias rhenanas para atingir a sua preponderância militar, multiplicando as fortificações e os campos entrincheirados, acumulando e dispondo fôrças que lhe permitiram a brutal agressão de 1914 contra a França e contra a Bélgica.

Ninguém pode negar à França o direito de se colocar ao abrigo de novas agressões, inevitáveis se a Alemanha não sair enfraquecida e desmembrada desta guerra que preparou e provocou.

Assim, uma das garantias de paz que à França cumpre exigir é aquela que, restituindo-lhe a sua fronteira militar, a sua linha normal de defesa, impeça para o futuro a Alemanha de formar de novo, na margem esquerda do Reno, essa base de concentração militar formidável, que foi para os seus vizinhos, durante

quarenta anos, uma ameaça permanente de invasão. A França deve, portanto, readquirir, com a Alsacia e a Lorena, pelo menos as regiões do Sarre e de Landau, que já lhe pertenciam em 1789 e que os tratados de 1815 deram à Prússia. De resto, na recificação de fronteiras a que a guerra há de levar, é possível que à Bélgica venha a caber também uma parte das províncias renanas.

Resumindo: a Prússia perderá a Alsacia-Lorena, o território da margem esquerda do Reno, o Schleswig, o Hannover e os ducados de Brunswich, de Hesse e de Nassau. Como a Polónia terá de ser reconstituída, a Prússia perderá o que lhe coube na partilha do antigo reino, ou sejam a Silésia e a Posnania, ficando reduzida a seu território primitivo. E convem acentuar que o desmembramento da Prússia assenta no princípio da restituição dos territórios anexados, e não assimilados, desde os fins do século XVIII.

Só assim, o militarismo prussiano de que nasceram a unidade alemã e o pangermanismo, deixará de constituir uma ameaça permanente e um perigo para o mundo civilizado.

Antes da guerra, eu era contrário a qualquer ideia de anexação de território prussiano, fora das restituições que se justificam em causas históricas, de nacionalidade ou de raça. Eu queria que se respeitasse absolutamente a vontade e a liberdade dos povos. E portanto, assim como entendia que os polacos estavam no seu direito de não quererem ser alemães e os alsacianos de quererem ser franceses, entendia também que não deviam colocar-se sôb o domínio da França os alemães dàquem Reno. Mas



hoje mudei de opinião, penso de outro modo e considero justa e indispensável que a França anexe, pelo menos, uma parte das províncias renanas. É justo que o faça, porque só há o dever de respeitar a liberdade dos povos que a ela têm direito. Ninguém pensa em respeitar a liberdade dos criminosos e por isso os metemos na cadeia, — sobretudo quando, como no caso da Alemanha, temos a certeza de que o criminoso, deixado em liberdade, reincidiria no crime. Além de justa, a anexação é indispensável para a França, porque sem essa medida de defesa ficará sendo uma casa com a porta aberta ao invasor rancoroso. Resta saber se a França poderá realizá-la com segurança de êxito e é o que eu ponho em dúvida.

Quando Luís XIV se apoderou da Alsacia, a França era a primeira nação da Europa, em número e em qualidade. E tanto assim que a absorpção fez-se, e os alsacianos ainda hoje são franceses, a-pesar-de meio século de domínio alemão. Mas hoje, se é certo que o povo francês conservou as suas admiráveis qualidades de raça, decresceu em número, não dispondo, por isso, de todos os elementos de assimilação fácil. Os novos territórios anexados poderiam, portanto, vir a ser uma causa de perturbação e de mau estar, cujo perigo no futuro é evidente. Estas razões levaram Ernest Babelon a procurar uma solução de equilíbrio que expôs em público e que talvez seja a melhor. Depois da vitória, anexaria, além da Alsacia e Lorena, a região do Sarre e Landau, com Marieubourg, Philippevielle, as praças fortes de Wissembourg, Petite-Pierre, Fhalsbourg e de Sarrelouis, fixando assim fronteiras novas à Lorena e ao Palatino e ficando o resto sôb um protectorado francês, análogo ao que estabeleceu a monarquia de Luís XIV.

Podem, é certo, contrapôr-me o argumento de que a Alemanha é susceptível de se emendar, de se regenerar. Talvez. Mas para essa regeneração indispensável à paz mundial, não devemos contar apenas com o arrependimento, com o remorso dos crimes praticados. A Alemanha só poderá regenerar-se pela expiação, pela certeza de que foi vencida e de que mereceu um castigo implacável.

Não se imagine que, logo após a guerra, a Alemanha entrará numa fase cristã de arrependimento e de remorso. Pelo contrário: passará do furor triunfante a um enfurecimento maior, provocado pela derrota. E só poderá tornar-se pacífica quando se

convencer de que a sua ferocidade lhe é prejudicial e de que o pangermanismo prussiano a levou ao desastre e à ruína. Enquanto não chegar a esse convencimento, por uma dura exaltação, é preciso manter em face dela uma atitude prudente de desconfiança e de defeza. Por agora, aqueles a quem a Alemanha prussianizada atacou só devem pensar no castigo inexorável que ela merece, — porque a força bruta só pode ser convencida pela força — não esquecendo que é indispensável que ela sofra as consequências dos seus crimes, durante longos anos e profundamente. O meio de o conseguir é tirar-lhe os elementos que lhe permitiriam reorganizar o seu poder militar e ofensivo. É desmembrá-la definitivamente. Pensar de outro modo, pretender respeitar-lhe a unidade, seria mostrar um humanitarismo idealista e estúpido, seria preocupar-nos mais com o bemestar do criminoso do que com a salvação da vítima. A Alemanha militarista e forte, será sempre bárbara e desumana; só enfraquecendo-a a obrigação a ser pacífica.

A FRANÇA E O FUTURO QUE A VITÓRIA LHE PREPARA

— V. ex.^a pode dizer-nos o que pensa da França e do futuro que criará a vitória? — perguntámos.

— A França, respondeu o grande poeta, é a nação mais bela do mundo; e pelas manifestações múltiplas do seu génio, o ponto de intersecção de todas as raças superiores. Antes da guerra, é certo, a França não estava no equilíbrio perfeito. A sua saúde deixava a desejar, perturbada pela existência de duas guerras civis, no estado difuso, que de há muito a vinham enfraquecendo. Quero referir-me à questão religiosa e à questão social, que tinham chegado a uma face aguda pouco antes da agressão alemã. A questão religiosa separou profundamente os franceses, nas efervescências do clericalismo. Ao mesmo tempo, o eterno desacôrdo entre o capital e o trabalho, entre o patrão e o operário, intensificou-se, provocando conflitos e perturbações prejudiciais ao equilíbrio perfeito da nação. O socialismo francês era internacional e idealista, ao passo que o socialismo germânico era unicamente alemão e, no fundo, imperialista. A guerra veio demonstrá-lo com insofismável clareza. Mas, a lição terrível da guerra, as provações que ela trouxe ao povo francês, obrigando a unir-se no mais belo esforço de heroísmo de que há memória,

fizeram desaparecer as duas graves divergências que tinham fraccionado e enfraquecido as energias colectivas, criando um estado de perturbação para que também concorreu a circunstância de a França se ter deixado lentamente invadir por influências alemãs deletéreas e perniciosas, quer no campo económico, quer na esfera intelectual.

Hoje, a questão religiosa já quasi não existe em França. A necessidade comum de salvação fez esquecer o velho conflito; e agora católicos e livres-pensadores têm uma perfeita unidade de vistas, a mesma aspiração, um único ideal — esmagar o inimigo implacável. E se a questão religiosa já não existe de facto, juridicamente deixará de existir também depois da guerra, passando a Igreja a viver livremente dentro da República. Sôb o ponto de vista filosófico, a questão religiosa ficará, está bem de vêr, no mesmo pé. Mas, no seu aspecto social, perderá a acuidade que a tornou perigosa. Desaparecendo o anti-clericalismo porque o clericalismo deixou de existir, ficará estabelecido o necessário equilibrio, porque a lei sancionará um entendimento, uma harmonia que de facto já entrou nos costumes.

Quanto à questão social, se é certo que não deaparecerá, há de ficar muito atenuada, deixando de ter o aspecto de uma guerra civil, para ficar sendo uma divergência lógica de interêsses, sem nunca levar à anarquia. Êstes três anos de luta épica estreitaram a fraternidade francesa, e não foi impunemente que patrões e operários se bateram, lado a lado, nos campos do Marne e nas trincheiras, para salvar a pátria comum. Após a vitória, a psicologia de uns e de outros há de ficar impregnada da grandeza moral dessas horas de luta e de heroismo.

A França nunca teve uma unidade moral tão grande e tão perfeita como hoje. Realiza, nesta hora de heroicidade e de sacrificio, a síntese maravilhosa de toda a sua História, no que ela tem de mais belo e luminoso. Nunca atingiu tal unidade e tal grandeza porque é, ao mesmo tempo, a França de S. Luís XIV e de Danton, de Bossuet e de Voltaire. Deve, por isso, manter quanto possível ardente e viva essa unidade nacional que congregou republicanos, monárquicos, católicos, socialistas, e que é hoje a sua maior fôrça.

Deve manter também, no máximo de esplendor, os focos da sua espiritualidade, religiosa, estética e scientifica, que lhe deram a hegemonia do mundo civilizado. Eu estou certo de que a

arte em França vai espiritualisar-se, tornando-se ao mesmo tempo mais humana e mais francesa.

Resta um problema capital que a França tem de resolver e que é de ordem moral e económica, o problema da natalidade. Ou a sua natalidade aumenta, ou a França estará perdida num futuro mais o menos longinquo.

Esperemos que essa questão essencial será resolvida. Deve ser êsse o desejo de todo o homem civilizado, porque é supérfluo insistir no direito que a França tem à admiração e ao reconhecimento da humanidade. A batalha do Marne e a defesa de Verdun pertencem à falange augusta das batalhas épicas e redentoras, que salvaram o mundo. Não podemos nem devemos esquecê-lo.

A CIVILIZAÇÃO ALEMÃ — O FIM DA GUERRA

— Quer dar-nos a sua opinião sôbre a civilização alemã?

— Eu recoheço a grande civilização alemã económica e científica, que criou, incontestavelmente, bem estar, prosperidade e riqueza, multiplicando as linhas férreas, desenvolvendo a agricultura e a indústria, difundindo a instrução, fomentando o trabalho. Sôb o ponto de vista nacional, a Alemanha era um povo bem organizado, próspero e poderoso. Mas que a civilização alemã não tinha nobreza moral e que a sua finalidade era verdadeiramente satânica, veio demonstrá-lo claramente a selvageria sem nome desta guerra. A prova eloquente, irrefutável, da afirmativa está em que, depois de ter a Alemanha cometido os crimes mais revoltantes que a História conhece, provocando o protesto indignado do mundo inteiro, aparecem os 93 sábios — filósofos, juristas, físicos, biólogos, poetas, a síntese suprema da alta mentalidade alemã, — a aplaudir êsses crimes, a legitimá-los e a defendê-los. O que existia, afinal, dentro dessa imensa civilização era um grande tigre preparando o salto. Se o povo alemão era nacionalmente forte e bem organizado segundo a sua índole, sôb o ponto de vista internacional era um monstro incompatível com a humanidade.

A Alemanha, prussianizada, militarista e bárbara, perdeu a sua genialidade. Só teve homens de génio — poetas, filósofos e músicos — antes de se deixar assimilar pela Prússia. Depois que o capacete de Minerva foi substituído pelo capacete prus-

siano, morreu na Alemanha a flôr divina da espiritualidade, que só poderá reflorir quando desapareça de vez o militarismo bárbaro e brutal.

A Alemanha de Leibnitz e de Bach, de Göethe e de Beethoven só renascerá numa confederação harmoniosa e pacífica de pequenos Estados.

— E a paz? Quando crê V. Ex.^a que se fará a paz?

— Não creio que a guerra se prolongue, porque a Alemanha está exáusta. Ela declarou a guerra com a maior tranquilidade de consciência; e sendo a guerra uma hecatombe, fê-la como um bom negócio. Quando chegar a convencer-se de que o fabuloso negócio preparado se converteu numa catástrofe, é possível que se renda à descrição e cáia de joelhos, pedindo a paz; e se não o fizer, ser-lhe-há imposta pelos aliados, quando estiver agonizante. Depois trabalhará cinquenta anos, duramente, a reparar o mal que causou e a expiar os seus crimes. É justo para as vítimas e a única maneira de regenerar o algoz.

A ALEMANHA E A GUERRA

A grande Alemanha, criada por Bismark, morreu de estupidez moral.

* * *

Bismark receava ainda os *imponderáveis*, os valores do espírito. O pangermanismo, filho directo de Bismark, desconheceu-os e despresou-os. Bismark era um Satanaz inteligente: temia Deus. O pangermanismo foi um Satanaz de manicómio: enlouquecendo, julgou-se Deus.

* * *

A Alemanha de Durer, de Leibntz, de Bach, de Beethoven, unificada na Prússia, perdeu o génio, deshumanizou-se, bestialisou-se. O bárbaro ancestral, latente no sangue, ressurgindo, dominou-lhe a alma. Ficht e Moltke entenderam-se. Munich e Berlim casaram-se. Mas a Alemanha, mística por natureza, viveu com o seu temperamento a sua bestialidade incomensurável. Foi um tigre no estado religioso. Que pesadêlo!

A alma infernal da Alemanha é a Prússia. A Alemanha, — monstro planetário — é a Alemanha prussianizada. Os Hohenzo-

lens criaram a Prússia, mas a Prússia gerou-os a eles, com a sua alma. Hoje o Hohenzolern é o fruto, e a nação a árvore. Eliminar a dinastia não basta. É indispensável destruir a nação, arrancar a árvore. Amanhã uma Prússia republicana continuará a dar os mesmos frutos com um nome diverso. As palavras por si não têm virtudes miraculosas. Não se amansa um tigre, chamando-lhe pomba ou chamando-lhe cordeiro. A Prússia é uma fera que se não converte. Humilhada, será mais covarde e mais hipócrita. No fundo, mais rancorosa. A brutalidade voraz da Prússia não nasce duma forma de governo. Não é política, não é jurídica. É orgânica, é biológica, anda-lhe no sangue.

* * *

É mais fácil modificar a geografia política que a geografia das almas.

* * *

A palavra da Alemanha é a palavra dum bandido. Não garante o futuro, porque não garantiu o passado. Um tigre só me dá garantias de paz, ou morto, ou dentro duma jaula.

* * *

A Alemanha militarista é um cancro do globo. É indispensável extirpá-lo.

* * *

A fôrça bruta só se convence pela fôrça.

* * *

A guerra espantosa que devastou o mundo enobreceu o género humano: triunfou o direito. A espada de morte na mão do criminoso é horrível. Na mão do herói é sublime.

* * *

A guerra produziu no globo uma electrólise de consciências. As almas luminosas voltaram-se para os aliados. As almas sinistras voltaram-se para a Alemanha. E este plebescito moral do universo inteiro honrou, no fim de contas, a humanidade.

CRÓNICA ARTISTICA

A exposição de Alberto Sousa foi, se não estamos em erro, a primeira dêste inverno e certamente a mais notável de todas elas. O ilustre aguarelista, cuja paixão pelo Alentejo é bem conhecida, expôs no Museu do Carmo 30 quadros magníficos que o consagraram definitivamente. Dêles diz melhor do que nós poderíamos fazê-lo o seguinte artigo que o eminente escritor sr. dr. Júlio Dantas publicou no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e que gostosamente e com a devida vênua transcrevemos :

Ontem, em casa de Alberto Sousa, afundado nas almofadas de riço vermelho dum grande cadeirão D. João V, tive o prazer de fazer, durante meia hora, uma encantadora viagem pelo médio e baixo Alentejo. Vi, com todo o sol e toda a côr de um dia scintilante de verão, o que de mais vivo e de mais pitoresco pode oferecer-nos a arqueologia e a natureza em Beja — um celeiro, em Viana — uma horta, em Evora — um museu. Durante essa meia hora, o eminente artista, mestre na arte luminosa da aguarela, fez passar diante dos meus olhos deslumbrados uma série de trinta admiráveis cartões onde, latejante de vida, faúlhante de sol, todo o Alentejo palpita e esplende na labareda das suas seáras imensas, na confusão das suas feiras formidáveis, na mancha ruiva do seu gado, na pedra doirada dos seus castelos dionisianos, na côr opulenta dos seus tijolos vermelhos e dos seus azulejos mudejares, nos seus mosteiros, nas suas olarias, nos seus lares, nas suas vielas, nas suas adegas — em toda a riqueza maravilhosa da luz, do solo, da etnografia, dos monumentos, das tradições da mais nobre e mais hospitaleira de todas as províncias de Portugal. Quando Théophile Gauthier aconselhava, numa poesia célebre — «*Peintre, fuis l'aquarelle!*» — estava, de certo, longe de supôr que a aqua-tinta deslavada e mole de 1840 viria a adquirir um dia semelhante poder de vibração, de intensidade, de luminosidade. Diante dos cartões de Alberto Sousa eu não me limitei a supôr o Alentejo : vi-o, senti-o, respirei-o, fulgurou-me na retina, ardeu-me na pele, experimentei a mesma sugestão de intenso, de ofuscante alentejanismo que até agora só me tinham dado os *Ceifeiros* de Fialho e a barbara policromia dos tapetes de Arraiolos, onde fulge e canta toda a charneca em flor. A aguarela, que já ilustrara entre nós os nomes de Ramalho, de Hogan, de Gameiro, de Casanova, conta em Alberto Sousa — impressionista surpreendente, naturalista vigoroso, persuasivo evocador dos monumentos e dos costumes populares portuguezes — um dos seus cultores mais sinceros, mais ardentes e mais pessoais.

A exposição dos trabalhos do moço artista deve abrir-se no Museu do Carmo, precisamente quando êste artigo chegar ao Rio de Janeiro. Dentro de vinte dias, Lisboa conhecerá essa série de cartões dum tão acre e tão saboroso naturalismo e fará, como eu, em meia hora, entre o fumo de dois cigarros, uma deliciosa jornada pelo Alentejo. Vou vêr se consigo dar-lhes a impressão, rápida que seja, dos motivos e dos aspectos escolhidos por Alberto Sousa na sua flagrante reportagem de aguarelista que, pelo muito que sugere, me lembrou a frase de Taine acêrca de um pintor ilustre : — «*Il pense par des formes, comme nous pensons par des mots*». A série dos cartões pode dividir-se, segundo a sua proveniência, em três grupos : cartões de Evora, na

maior parte interiores da Sé, de conventos, de estalagens; cartões de Beja — aspectos da planície, trechos de rua, interiores de igreja e de mosteiro; cartões de Viana (a nobre Viana dos condes, a par de Alvito, viçosa como um quinteiro minhoto) — hortas, olarias, adegas, trechos do castelo de D. Dinís. O primeiro grupo, se excluirmos uma porta manuelina da rua da Selaria, com o seu dintel de granito lavrado, um interior de estalagem onde alastra a mancha de oiro dos esteirões e das medidas de sal, e um recanto da casa capitular da Sé de Evora, rodeada de arcazes e de armaretes seiscentistas, é quasi todo consagrado à evocação carinhosa do velho convento do Calvário, de que Alberto Sousa fixa os mais interessantes aspectos (e com que ternura, com que incomparável sentimento do passado!) — o claustro alpendrado do século XVII, com a sua gárgula grosseira e a sua garrida de bronze; o refeitório; a torre sineira, tão caracteristicamente alentejana, com os sinos escondidos dentro de ventans de tijolo arrendado; o locutório profundo; o côro-de-cima, onde ainda se vê o cadeirado, a grade capucha, o facistol com o seu antifonário aberto, o pequeno órgão de cujo teclado parece terem-se erguido há momentos as mãos da última freira. É, sôbre tudo, na pintura da arqueologia de arte que êste mestre português da aqua-tinta, êste aguarelista-arqueólogo é inimitável. Precisamente porque possui uma visão educada, porque sabe vêr e observar, Alberto Sousa tem a preocupação erudita do detalhe, mas consegue dá-lo sem sacrificio dos seus processos, pintando por grandes valores, manchando com uma largueza magnífica que lembra às vezes, pela segurança e pelo vigor, a pintura de óleo. Nos cartões do segundo grupo — os de Beja — onde se encontram as obras-primas da série, ainda é mais sensível essa associação, na aparência contraditória, da largueza da factura e do culto do pormenor. A torre de Santa-Maria; o trecho da rua do Cêpo, com as suas chaminés mouriscas adufadas de tijolo, as suas assotéas, o seu arco, os seus esgrafitos; e, acima de tudo, os três cartões do mosteiro da Conceição onde amou e sofreu Sôror Mariana — a igreja, faulhante de talha doirada do século XVII, o claustro, a casa do capítulo com os seus painéis e o seu poial corrido de azulejo mudejar, cheia de arcazes, de credências, de tambores sôbre as tijoleiras irregulares do chão — constituem, pela solidez do desenho, pelo vigor do colorido, pela audácia dos efeitos, pela justeza dos valores, pela exactidão do detalhe arqueológico, prodígios de virtuosismo difíceis de exceder na arte da aguarela. Não se suponha, entretanto, que Alberto Sousa é apenas um pintor de architectura. O eminente artista sente a figura e a natureza com a mesma absorvente paixão. Os três cartões dêste grupo, em que interpreta a paisagem dos arredores de Beja, planícies imensas, fulvas de restolho, faiscando ao sol e morrendo ao longe na vaga ondulação rôxa das serras distantes, são tão fortemente características do Alentejo das ceifas, que parece exalar-se delas, como um hálito de fomalha, o bafo ardente da terra. Mas para Alberto Sousa, como para o inglês Watts, «*le paysage seul ne prouve rien*»; é precisa a figura humana, o animal, o pormenor etnográfico a comunicar-lhe vida, intenção, movimento, — e assim, nas suas interpretações da écloga alentejana há sempre, ou uma mancha negra e confusa de gado, bezoando, cabritando, tilintando os chocalhos de cobre das Alçaçovas sôb a guarda dos alfeireiros e dos rabadões, como no admirável trecho da *Feira de São Lourenço*; ou o burro dum aguadeiro, como no *Poço de Aljus-*

trel; ou uma teoria de carros do Alentejo, de bestas de tiro, de jaezes, de albardões, de enxalmos, de atafais, como na geórgica doirada da *Debulha*. Não são menos ricos de côr e de poder sugestivo os cartões do terceiro grupo — Viana. Exceptuados uns interiores de adega e de olaria, e um recanto da «horta do Patalocas», a parte verdadeiramente interessante d'êste grupo é constituída por diferentes aspectos do castelo dionisiano que corôa a serra, e a cujo sopé dorme a vila, como uma pincelada verde, húmida e viçosa no meio dos sequeiros calcinados e adustos da região. Adivinha-se, na maneira de manchar, o êxtase voluptuoso com que Alberto Sousa evocou êsse belo exemplar da architectura militar portuguesa do século XIV, com as suas cinco torres redondas, do tipo do *donjon* normando, erichadas de corucheos de tijolo, a baba de bronze que escorre dos seus adarves seis vezes seculares, o mugre que morde, que doira, que esverdeia, que palpa, em coágulos de azebre, cada esbarro dos seus gigantes, cada fresta dos seus ajimezes, cada arquivolta dos seus arcos. Depois da geórgica, a epopeia. E dizer-se que o moço aguarelista pintou apenas em trinta dias esta vasta série regional onde palpita, lateja, resplandece o Alentejo inteiro! É que para êle, como para o velho Puvis de Chavannes, «o único repouso é o trabalho; o resto é apenas fadiga».

JÚLIO DANTAS.

EXPOSIÇÃO DE AGUARELA DE HELENA ROQUE GAMEIRO

A frescura dum temperamento primaveril, mãos de aneis que se esmeraram, o enlêvo duma mocidade seduzida pela tarefa absorvente da belesa, tanto bastou para alegrar o farrusco dia designado para os lisongeiros espon-sais da artista com o agrado. Como nos casamentos de bom agoiro, era num sábado e chovia a cântaros. Que os louros verdejem sempre no seu caminho!

Há seis para sete anos que, independentemente do renome dos seus apellidos, a filha do patriarca da aguarela tem vindo marcando o seu lugar, muito decidida a caminhar por seu pé, com olhos postos na árvore alta que, sôbre uma escadaria, encima o *ad summum* da sua divisa.

Sem preocupações de escola ou estrangeirismo, muito portuguesa na visão e nos processos, herdou do pai uma qualidade máxima, e nem sempre companheira dos que em Portugal fazem arte: o gôsto; gôsto que, filtrando-se através da sua apurada sensibilidade feminina, nos promete, nos deu já, lindas coisas.

Desde *A Eira da Tia Sebastiana* ao *Pátio*, da *Manhã de orvalho* ao *Sol de chuva*, dois curiosos estudos, os assuntos das dezanove obras agrupadas no pequeno atelier da Rua de D. Pedro V primavam pelo acêrto — o que não é, por mais que me digam, indiferente — revelando, quási tôdas, o mesmo carinho dos *Crisântemos*, dos *Cravos* ou dos tão cuidados e sóbrios interiores.

Nova demais para estar de posse do rumo definitivo, Helena Roque Gameiro tenteia por vezes, hesita aqui ou alê, mas a sua obra, mais interessante talvez por isso mesmo, denota uma sincera, altiva paixão de arte, em que um vago calor de sonho se derrama, postergando a banalidade para longe.

Com o seu talento, que o successo acaba de colocar em maior evidência,

não lhe há-de ser difícil corresponder às novas responsabilidades que esta exposição lhe trouxe.

E caso generoso, tendo ocasião de o mostrar ali com melhor realce, destacou para o Salão dos Aquarelistas, de que vou passar a ocupar-me, o mais belo dos seus trabalhos, êsse delicioso *Terraço*, cheio de flores e de jogos de luz, que o Estado adquiriu em hora inspirada.

QUARTA EXPOSIÇÃO DE AGUARELA,
DESENHO E MINIATURA DA SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS-ARTES

Entre as minhas recordações amáveis, conto a de ter sido escolhido para prefaciar o catálogo da primeira Exposição de Aquarela, em Janeiro de 1914. Era uma tentativa nova essa de emancipar da visinhança esmagadora do óleo a mancha mais diáfana das tintas de água. Frutificaria? Encontraria a aquarela cultores bastantes para permitir uma sua anual reunião? A experiência veio mostrar que os promotores e incitadores de tão simpático movimento se não enganavam. Tivemos a quinta exposição, e nenhuma dúvida resta sobre o facto de se dar à aquarela honras em separado o haver contribuído para o prestígio do género e para a angariação de novos prosélitos.

Columbano, que já honrara a primeira, trouxe à exposição de Janeiro um maravilhoso interior em tons vermelhos e doirados, *O Lavatório dos Cisnes*, só possível, pelas dificuldades acumuladas e vencidas, a êsse bruxo do pincel.

Para Roque Gameiro, toda a gente o sabe, a aquarela também não tem segredos. Domina-a tão completamente que, se alguma vez peca, é por a levar longe demais. Grande apaixonada da sua terra, ninguém lhe tem escabichado melhor os sítios, os tipos, as curiosidades. Foram agora as praias de Sintra que o cativaram, o Atlântico buliçoso e as penedias caprichosas da Adraga, da Abitureira, das praias da Ursa, do Cavalo, das Maças, dando-no-las com verdadeiras feitiçarias de colorido, glaucamente claro como na *Ponta do Mindelo*, fulvo na *Praia pequena*, fantástico na *Gruta da Abitureira*, insinuante na *Praia da Adraga, à tarde*, onde a finura da areia deleitava, e levando o seu entusiasmo pelo mar a querer retratar num vasto cartão, *Devois da chuva*, que ainda o não satisfaz por completo, a desesperadora fugacidade com que uma bela onda que se quebra cede o passo a uma nova onda que se enrola para ser diversa da outra que se vem formando.

Como desfastio aos ócios do verão, João Vaz fixou alguns trechos de Sintra, *O Portal de Seteais*, dois aspectos do velho paço, o *Claustro da Trindade*, uma *Rua de Sintra*. Tocados com amor, não nos fazem esquecer o seu mar, e os seus barcos.

Alves de Sá nunca deixa de se evidenciar. Convencional de quando em quando, forçando algures demasiadamente os contrastes, como no *Caminho do Paço* ou no *Vale dos Junqueiros*, em que o leito dos seixos igualava uma colcha de retalhos, tinha ao lado, dum banal *Sób a latada* e de algumas paisagens agradáveis, uma das melhores aquarelas da exposição, um *Interior*, que vai para o Museu e bem o merece pela justeza, pelo arranjo e pela segurança.

De resto, os interiores fizeram desta feita boa figura, pois deve ainda registrar-se um terceiro, o *Tremó*, de Leitão de Barros, entre cujos restantes trabalhos avultava o n.º 85, *Evora, cidade clara*, refractando no casario de Alconchel a violência da luz alentejana.

Igualmente alentejanas, as três aguarelas de Alberto de Sousa, que ainda há bem pouco expuzera no Carmo. Garrido e interessante o n.º 157, *Evora, velho convento*.

A *Maria* de Carlos Bonvalot, adquirido pelo Estado, brilhava pela fineza, não sendo para desprezar o seu *Pierrot* elegante e a mulher lavando do n.º 35.

Expunham ainda Alfredo de Moraes, Jaime Barata, Azevedo e Silva, Gabriel Constante, Jorge Pinto, Tertuliano Marques, Eduardo Romero, Narciso de Moraes, Albertino Guimarães, Pedro Guedes, Cristino da Silva, etc.

Das senhoras, já louvei o lindo *Terraço* assinado por Helena Roque Gaimero. Pouco feliz no retrato de sua irmã, D. Raquel Ottolini feria, em o *Na praia*, a nota infantilmente alegre e um pouco inglesa da petizada. De D. Hebe Gomes havia dois trechos de Colares, umas *Glicínias* suportáveis de D. Maria José de Portugal Pereira, e alguma originalidade em certas notas de D. Maria Alice de Matos Carneiro.

Entre os desenhos, salientavam-se os estudos de Malhõa para diversas obras, um rápido apontamento de Columbano, *Eva* de Martinho da Fonseca, um auto-retrato de Júlio Vaz Junior e o *Retrato do poeta António Bôto* de Luís Varela Aldemira, havendo ainda a referir três trabalhos scenográficos de Leandro Calderon.

EXPOSIÇÃO ÁLVARO DA FONSECA

No Salão do Nacional, a abarrotar. Um cento de aguarelas, dezenas de quadros e desenhos, marinhas, paisagens, nus, monumentos, retratos, capas de livros. Ao todo, segundo o cartaz, cento e setenta trabalhos.

Infelizmente, a qualidade não correspondia à quantidade.

EXPOSIÇÃO ERNESTO DO CANTO

O pequeno catálogo epigráfa-se com esta aspiração de Maeterlinck: *Il faut que la beauté ne demeure pas une fête isolée dans la vie mais devienne une fête quotidienne.*

Novo, viajado, Ernesto do Canto, discípulo do velho Mercié e do audacioso Bourdelle, mostra-se um moderno. Conhecíamos-lo por algumas estatuetas humorísticas, tendentes, não sei se a exaltar, se a denegrir, as linhas históricas da nossa contemporânea. Víramos o seu nome num rol madrileno, com uma *Dançarina*, e olháramos, na Nacional, as clássicas atitudes do friso agora também pendurado no Bobone.

Sente-se que o artista, tendo visto e lido, está não só namorado da sua arte, como de toda a arte, incluindo a literária, mas que à mocidade do seu sonho se mistura a incerteza.

Alegria de viver chama-se um busto acompanhado pelos seguintes dizeres dum poeta americano:

*Un hymne de paix, et de joie, et d'amour
Chante au plus profond de mon âme
Où semble résonner un choeur de voix célestes
S'unissant en accords divins.*

Há um misticismo sereno nessa cabeça que pretende simbolizar a íntima tranqüillidade a que o autor deu corpo inteiro numa estátua com o mesmo nome.

Sôbre um fundo azul ferrête, recorta-se, voluntariamente rígida nas pré-gas lineares da túnica regeitada, a nudês submissa da *Resignação*, decorativa figura dum esbôço de túmulo subordinado ao lema *Que a tua vontade seja feita!*

Outro projecto tumular, representando um homem curvado ao pêsso da fatalidade, tem como divisa: *Deus mo deu, Deus mo levou, bemdito seja o nome de Deus!*

Assoma um vago espiritualismo cristão, senão uma tal ou qual austeridade protestante, na presente fase dêste escultor ainda a caminho.

Trazendo nas mãos flores e nos lábios versos de Verlaine, *Ofrenda* é uma estatuasinha cheia de graça virginal, como a *Inocência* é outra figurita ingénuamente casta. Prefiro-lhes, no entanto, o relêvo *Maternidade*, que me pareceu a melhor das promessas do autor.

O triptico das *Varinas* tem pormenores apreciáveis, mas as outras varinas envernizadas agradaram-me menos.

Juntamente com Ernesto do Canto, expôs Madame Descheens alguns bordados de gôsto.

EXPOSIÇÃO DE QUADROS E DESENHOS DE FRANK CRAIG

A primeira exposição de Frank Craig, pintor inglês falecido em Sintra, constituiu o ano passado um acontecimento. Em diversos trabalhos escolhidos, ficámos conhecendo mais um ilustrador correctíssimo, perfeitamente senhor da técnica especial do preto e branco e manejando as tintas com elegância em certos quadrinhos muito decorativos.

Menos selecta, a exposição póstuma, organizada pelos herdeiros em Barata Salgueiro, nada acrescentou, antes subtrahiu, à glória do desenhador.

Três quadros apenas: *The Meeting House*, feito numa maneira absolutamente arcaica, em que as figuras, demasiado empastadas, se sobrepõem sem se combinarem e os últimos plânos são tão tratados como os primeiros; *The Empire Builders*, sem valor de maior; *L'Abbé Pichot*, duma tonalidade ingrata, mas deveras curioso como retrato, sôbretudo pelo enigmático da máscara do reverendo.

Acompanhando-os, uma série fatigante de ilustrações romanescas, apreciáveis sem dúvida, graciosas algumas, atraente uma que outra, como a *Filipa*, mas todas, mais ou menos, com êsse carácter impessoal, mecânico, desartístico, da fotografia, a ponto de a gente se julgar num vestibulo de animatógrafo.

Conviria, para um juizo seguro, ler as obras, *Athalie*, *The Girl Philippa*, *The Adventures of Mr. Larworthy*, etc., para que fôram executadas. Dado o tom, ora piegas, ora rocambolesco, da maioria das scenas, não me ficou sequer a vontade de lhes saber os autores.

MANOEL DE SOUSA PINTO.



Alberto Sousa andou pelo Norte, junto das tropas que operaram contra os revoltosos, colhendo notas flagrantes dos bivaques, das jornadas e dos combates no seu *carnet* de desenhista. O desenho que nesta página da *Atlantida* reproduzimos é um desses curiosos aspectos que o seu lápis impressionista pôde fixar num furtivo instante, no meio do alvoroço entusiástico dos alistados voluntários de Lisboa e de Coimbra. É um apontamento apenas. Mas nestes traços rápidos, sóbrios, incisivos, pôz Alberto Sousa tanto como a sua vibratilidade de artista, o seu coração de republicano. A *Atlantida*, para cujas páginas o distinto artista nos enviou êsse trabalho, honra-se publicando-o, ao mesmo tempo, que agradece a Alberto Sousa a delicadesa da gentilíssima lembrança.

VIA LATINA

NOTAS DO BOM E MAU TEMPO

Um amigo nosso, muito douto e muito tímido, disse-nos ontem que estamos em vesperras dum mundo novo.

— «Com a guerra morreu um passado que foi heróico e belo, umas vezes generoso, mas quási sempre injusto . . . »

— Não o quizemos contrariar, mas pensamos que a terra e o homem não variam, porque a natureza como todas as mães é fecunda, mas de parca fantasia.

Em quatro mil anos, os sentimentos mantêm-se inalteráveis como as rochas. As breves paisagens de Homero e as façanhas de Aquiles têm ainda hoje a mesma significação.

Portanto, só veremos um mundo novo, no dia em que a nossa alma se renovar e isso é tão difícil à nossa idade como à noite despojar-se de sombras.

* * *

A sociedade das Nações é um ideia grande, vasta e sublime.

Por isso mesmo os povos não sabem o que hão de fazer dela.

Deus fez o homem de barro vulgar e desta imperfeição é que lhe veio a ânsia de subir e de se rebelar.

Se o tivesse esculpido primeiro em mármore, para o animar, nunca êle daria tão boa conta de si . . .

* * *

Raul Brandão publicou, numa elegante edição da *Renascença Portuguesa*, o primeiro volume das suas *Memórias*. Os homens e mulheres que evoca e de quem recorda alguns ditos e feitos, apresenta-os êle sob aspectos pouco simpáticos ou fora da linha normal da sua pessoa.

A sua visão desarticula corpos, caricatura gestos, espalha loucuras e torna enfermos as almas, os sonhos, e as aspirações. E porquê?

Talvez Raul Brandão, durante toda a sua vida além do seu bêrço e do seu lar de família, ainda não tenha encontrado a figura perfeita de um homem.

É esta a maior desgraça dum cronista.

O seu livro, não podendo encerrar nobres páginas de história, reduz-se a um desfiar de notas e anedotas, cabriolando para o grotesco. Quando uma época não deixe, pelo menos, alguns exemplos de virtude, graça e Beleza só merece a immortalidade pelo Escarneo.

* * *

Clemenceau salvou a França que os traidores e os espiões iam tomando de assalto, qual nuvem de corvos. Um anarquista quiz matar Clemenceau, para salvar a França e a humanidade dum nova guerra.

Eis como os imbecis pretendem tomar o passo aos grandes homens!

* * *

Os alemães, sob as ruínas do império, andam a aprender a ser livres. Que estupidos!

Julgam, talvez, que a liberdade — a maior energia da vida e do espírito — lhes há-de sair da sua degradação. Eduquem-se com as raças finas . . .

O Papa declarou que os chamados princípios de Wilson fôram proclamados por êle primeiro do que por ninguém.

A êle, portanto, cabe a iniciativa da paz.

E todavia não tem um único representante na Conferência!

Porque tão duro esquecimento?

É que a sua palavra augusta, para se fazer ouvir, tentou soar mais alto que os canhões, o que não conseguiu, ao passo que Wilson serviu-se da própria artilharia, para se tornar mais eloquente.

E Cristo falaria pela bôca dos dois?

As mulheres, dominadas pela moda, desnudam-se quási para melhor cativarem os duros guerreiros que regressam dos campos de batalha.

É sempre Venus quem desbarbarisa os corações e ensina aos soldados como a arte de vencer está principalmente em ser vencido pelas tentações.

Que perfeita geração não vai sair destas mimosas lições!

E há quem fale na revolução económica! . . .

Lisboa, 8-III-1919.

SANDOZ.

O MÊS LITERÁRIO

Por motivos superiores à vontade do nosso ilustre colaborador a quem foi confiada esta secção não podemos publicar o seu habitual artigo de crítica aos livros recebidos durante o mês. Não queremos ainda assim, pelo relêvo literário de alguns, deixar de fazer-lhes a rápida referência de boas vindas que lhes é devida.

Êste mês foi dos mais brilhantes para a publicidade literária portuguesa.

Basta dizer que Aquilino Ribeiro, o notável contista do *Jardim das Tormentas* e romancista ilustre da *Via Sinuosa* cujo successo literário aqui foi celebrado e cujo successo de livraria augurámos com tanto prazer como agora temos de o constatar ao exgotar-se a edição, publicou um novo romance *Terras do Demo*, 300 páginas de vida regional, ao mesmo tempo humana e mística, brutal no exagêro dos sentimentos grosseiros e dramática nas minúcias da farça íntima.

Manuel de Sousa Pinto escreveu também a novela *As mãos da vida*, duma série *Romances de Arte*.

O fantasista e o crítico d'arte, com seu nome firmado entre os cronistas da nossa terra e com um ensaio anterior de novela adorável *O Gomil dos Noivados*, entra assim no número dos responsáveis por obra de conjunto em que há que apreciar estilo e análise.

De Teixeira de Queirós, mestre naturalista, um romance também: *A grande Chimera*.

Eduardo Pimenta que é médico e homem de letras enfileira com a sua novela *Ansia de viver* no número dos analistas verdadeiros do nosso tempo.

Agostinho de Campos mandou-nos dois volumes em que como em tôda a sua obra literária, o útil e o agradável se dão mãos, pensamento e estilo elevados mercê da intenção nobre de quem pensa que vive para realizar a sua parcela de felicidade própria e alheia. As crônicas e estudos do *Educar* em continuação da *Casa de pais, escola de filhos* e as pequenas crônicas do *Jardim da Europa* muitas das quais conhecidas das colunas dos jornais não negam as responsabilidades da sua culta sensibilidade e do seu valor como homem que pensa no problema educativo português.

De Afrânio Peixoto, o culto e brilhante escritor brasileiro, um volume *Poeira da Estrada* e o prefácio do volume *Trovas brasileiras*.

De João de Barros, o ilustre poeta, publicaram-se poemas escolhidos sob a legenda magnífica de *Vida vitoriosa*.

Um novo volume do Sr. António Cabral, *Camilo desconhecido* tem a dar-lhe importância, a documentação biográfica que insere.

Luís de Almeida Braga publicou a sua conferência, *O mar tenebroso*.

Ainda o Sr. Urbano Rodrigues publicou um romance *A duquesa de baeta*.

Outros livros se receberam como sejam os 5 volumes da *Correspondência do Visconde de Santarem*, *A Escola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo* por Fran Paxêco, *De como Portugal foi chamado à guerra* por D. Ana de Castro Osório, *Rosas e Espinhos* por Mario Sette, etc.

No próximo número, dêles se ocupará o nosso camarada a quem pertence fazer a crítica literária.



MANOEL DE SOUSA PINTO

O MÊS TEATRAL

A perturbação ansiosa que acompanhou os últimos e sensacionalíssimos acontecimentos, atingindo a acuidade de um doloroso nervozismo colectivo, espraçou-se, como era natural, até ao proscénio dos teatros onde os panos de boca chegaram a ter que descer, num recolhimento triste, ante as plateias desertas, emurchecido na amargura trágica do lance o *tohu-bohu* dos camarins e dos bastidores,—na própria face dos comediantes o sorriso da graça e o *rietus* histriónico da farça. Ante o espectro da guerra civil no norte do país desencadeada, e que em Lisboa mesmo repercutiu, a capital viveu alguns

dos dias mais tristes, dolentes e sombrios da sua longa história constelada, todavia, de emotivos transes e dramáticos episódios. Não sendo uma cidade sem dramas vivos na sua história, — que nos últimos anos, pelo contrário, é uma desabalada crónica de vibração intensa — Lisboa, com efeito, acaba de atravessar um dos mais alvoroçados períodos da sua secular vida espiritual. Essa angústia que a feriu no âmago, e, durante dias, sorveu tôdas as suas energias espumejantes, como não havia de reflectir-se no tablado dos teatros? Uma peça mesmo, a *Carlota Joaquina*, de Júlio Dantas, cuja *première* andava já nas letras garrafais dos reclusos e dos cartazes, foi por mor de tudo isto transferida, tão certa era a impossibilidade do num ambiente de constrangimento e inquietação fazer-se o apuro meticoloso que a *mise-en-scène* de uma obra de teatro requiere e um autor consciencioso não se permite dispensar, — podendo e devendo também dizer-se que só devido aos factos a que alúdo não foi mais demorado no palco do S. Luís o êxito pleno do *Egas Moniz*.

Está a retenir, na campanha das irremessíveis urgências tipográficas, a hora de alinhavar, de um jacto, e dentro de uma forçosa concisão, a crónica teatral do mês findo. Pelas esquinas da cidade, caíndo aos pedaços, sob a chuva, os cartazes dos teatros pouco nos dizem àcerca de novos feitos. Êsse pouco, porém, há que referi-lo. Vamos a isso.

AUTO DA BARRIGA, farça num acto, por EDUARDO SCHWALBACH

Expressamente para ver a luz da scena nos dias foliões do Carnaval foi por Schwalbach carpintejada, nos moldes arcaicos dos autos vicentinos, êste *Auto da Barriga* a que tenho, neste momento, por dever de officio, — passe o termo! — de fazer aqui a referência que merece. O *Auto da Barriga*, feito, como disse, para servir de incentivo grácil ao bom-humor estralejante que a tradição exige todos os anos, pontualmente, pelo menos, durante três dias, é uma *pochade*, de um gil-vicentismo adaptado às circunstâncias, mas que, esladroada de certas nótulas chariváricamente carnavalescas, podia bem representar-se em qualquer outra altura do ano civil, urdida como está com certa graça e colorida, do princípio ao fim, por mão hábil, em todos os seus números, entre os quais deve destacar-se *O equívoco*, na verdade hilariante e de uma oportunidade que está a reclamar que eu lhe grude, sem automatismo de frase feita, a qualificação imprescindível de *flagrante*.

A NOIVA DO ANIMATÓGRAFO, comédia em 3 actos, de M. NANCEY E JEAN RIOUX,
tradução de MELO BARRETO.

A encantadora comédia que, no Ateneu de Paris, interpretada nos seus principais papeis por Marcelle Lendei, Raimu e Lucien Rosenberg, fez com pleno êxito toda a época de 1916-917, sob o título de *La Dame du Cinéma*, traduzida com o desembaraço e a maestria habituais por Melo Barreto, pode afirmar-se que deu à simpática casa de espectáculos da velha Rua de Santo Antão, algumas das suas noites mais risonhas, tão certo é que ninguém pôde esquivar-se ao fácil sortilégio da graça espirituosa dos seus diálogos enquadrados no chiste de cómicas situações surpreendentes. A comédia de Nancy e Jean Rioux, é bem um espécimen da moderna comediografia francesa.

Leve, graciosa, tocada toda ela de uma malícia que, sendo picante, engenhosamente se equilibra, *A noiva do animatógrafo*, é uma peça, no seu género, técnicamente bem feita, e, na verdade, — repito-o — interessante. Agradou deveras. Joaquim Costa, no papel que em Paris coube a Raimu — hoje um dos primeiros cómicos parisienses — foi, é claro, quem mais sobressaíu, dando um singular recorte ao cómico impagável do personagem, faina esta em que o acompanharam com sugestiva felicidade às vezes, e, quando não, correctamente, Maria Matos e Henrique Alves.

Joaquim Costa, que não vai ao Brasil na proxima *tournee* da companhia do Politeama, será substituído, no desempenho do seu papel, na *Noiva do Animatógrafo*, pelo actor Alegrim.

A TRAILITANIA, revista num acto de ERNESTO RODRIGUES, FELIX BERMUDES
E JOÃO BASTOS

Em festa de Armando de Vasconcelos — cuja saltitante, pequenina, adocicada figura de actor, em papeis que sempre metem gritinhos e exclamações repenicadas, ninguém há em Lisboa, por certo, que a não conheça — levou a emprêsa do Eden à luz da sua ribalta, com um grande senso *político* da oportunidade, uma *charge* à restauração monárquica portuense, que a veia facêta de três já consagrados autores de revistas à pressa entreteceram sob êste título expressivo e concludente: *A Traulitânia*. Revista adrede talhada para o Carnaval, visando a crítica escarninha de factos e homens que, por muito tristes e com seus laivos de sinistro, nem por isso deixam de ter também o seu quê de entrudescido no absurdo das situações e dos perfis, *A Traulitânia* obteve prontamente um êxito de gargalhada *nemine discrepante*! E não admira. O público lisboeta, aferrado ao gosto da revista, que frequenta mesmo quando, em vez de graça, ela apenas consegue ter traços de obsceno desbragamento, reconheceu sem esforço a esfusante inspiração sarcástica que não desamparou Ernesto Rodrigues, João Bastos e Felix Bermudes ao conchavarem de parçaria os quadros picarescos da *Traulitânia*. Riu. Riso boçal? De certo. *A Traulitânia* não pode inspirar outro. Mas riu. José Ricardo, encarnando o papel central dir-se-ia ter tomado a peito extrair ao auditório, em lágrimas de riso, tôda a fôrça susceptível de outro derivativo menos contente. Foi emérito de grotesco no desenho plebeamente caricatural da personagem, tarefa em que o ajudaram, valha a verdade, mais ou menos, todos quantos no desempenho da revista tomaram parte.

A IDADE DE AMAR, comédia em 3 actos de PIERRE WOLFF.

O Avenida deu-nos a *Idade de amar*, de Pierre Wolff. Pierre Wolff é o autor das *Marionettes*. Dizendo isto, diz-se tudo. Quem há aí, razoável frequentador de teatros, que não conheça êsse bruxo delicado da comédia fina, que Paris adora, e é, na verdade, um dos mais representativos escritores teatraes franceses? Como as *Marionettes*, a *Idade de amar* é ligeira, *nuancée*, graciosa, doirada, bregeira e sentimental, cativando pelo interêsse das situações, pela graça que a trespassa, numa palavra: por todas os quindins que fazem das obras de Pierre Wolff delicadas jarras, coloridas por um pincel

malicioso, onde um feixe de rosas dir-se-ia inemurhecível pelo rócio dalgumas lágrimas amáveis . . . Desempenhou o principal papel, Brazão. Encanecida glória dos nossos palcos, não pôde Eduardo Brazão emprestar à interpretação do personagem a sugestiva naturalidade que lhe admirámos nas *Mariottes*, em que vai magistralmente. Mas isto não quiere dizer . . .

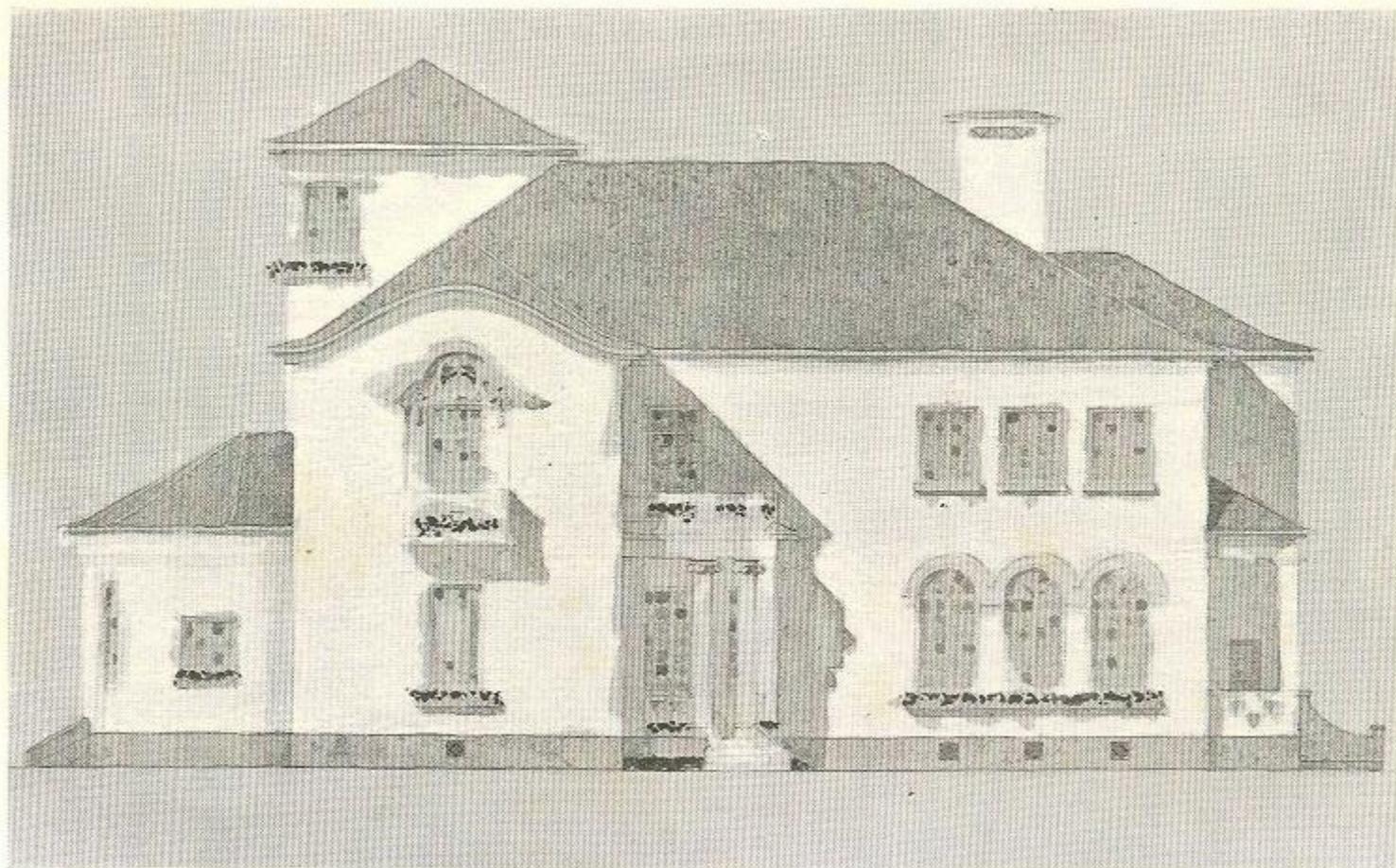
Tivemos mais:

O *Príncipe Rial*, comédia francesa em 3 actos, traduzida por Ernesto Rodrigues, Felix Bermudes e João Bastos, levada à scena no São Luís, — *pochade* carnavalesca; O *nosso fado*, revista-farça num acto, por *Um e outro*, levada também no palco do renascido teatro da antiga rua do Tesouro Velho, em que há a destacar a crítica do polficia feita por Tomás Vieira; e, finalmente, no Eden, O *relógio do cardeal*, operêta traduzida por Machado Correia e àcerca da qual, abstendo-nos de juízo próprio, nos limitamos a asseverar que o público gostou, como o certifica, a sua permanência no cartaz.

E . . . *c'est tout.*

B. e M.





HABITAÇÃO PARTICULAR PARA O PARQUE ESTORIL
PROJECTO DE JOSÉ PACHECO



Notícias & Comentários

DR. RODRIGUES ALVES

Quando já o nosso último número estava impresso, chegou-nos a tristíssima notícia do falecimento do sr. dr. Rodrigues Alves, presidente eleito da República Brasileira e ao qual, por tal motivo, tínhamos já endereçado, em palavras que faziam já então parte do texto, a expressão singela da nossa admiração, da nossa simpatia e do nosso respeito. O sr. dr. Rodrigues Alves, que, pela segunda vez, a nação brasileira erguera à culminância da suprema magistratura do Estado, era uma das mais poderosas individualidades políticas da sua pátria e um dos seus filhos mais ilustres e mais dilectos. Homem político, no mais nobre significado da expressão, o sr. conselheiro Rodrigues Alves, que já na vigência do Império atingira, *par droit de conquête* os mais altos postos, teve, após a mudança de instituições no seu país, uma carreira pública que cada vez mais se nimbou dos brilhos invejáveis de uma justificadíssima popularidade. Sendo um espírito culto e lúcido, uma mentalidade superior, Rodrigues Alves era, sobretudo e acima de tudo, como político, um homem de acção de excepcionais faculdades de impulsão e de realização. O progresso do Brasil e, em especial, da sua formosíssima capital, cabe-lhe, em grande parte, gloriosamente. Foi durante a sua presidência que Oswaldo Cruz libertou o Rio de Janeiro dos miasmas palustres, acabando com o pavor da *febre amarela*. Neste momento, ao tracejarmos estas linhas que só a justa intenção valorizam, evocamos sentidamente a grande figura cívica que a nação irmã, enlutada, acaba de ver tombar para sempre. E evocando-a, avaliamos em toda a sua extensão o grande pesar que a sua morte levou a todo o Brasil, quando, vendo-o de novo na mais alta função política, muito esperava, e com razão, do seu valor, do seu patriotismo, da sua energia e da sua capacidade.

A morte do dr. Rodrigues Alves foi, para o Brasil, uma perda nacional. Sentindo-a deveras, compartilhamos a máguia geral que ela causou. E sentimo-la com tanta mais sinceridade quanto é certo que o ilustre homem

de Estado, além de todos os valiosos títulos que o exornavam, possuía para nós o mérito enternecedor de ser um brasileiro ilustre que muito amava o nosso país, e nesse amor, inspirado pelo sentimento e ratificado pela reflexão, norteava os seus pensamentos, as suas palavras e as suas obras.

A *Atlantida*, fechando esta nota lutuosa, grava aqui, sobre o falecimento do grande cidadão, a expressão viva do seu sinceríssimo pesar.

R.

LIVRARIAS NOVAS

Portugal já lê, Lisboa começa a ter o amor e o gosto do livro. Eis a reflexão que a todos de certo sugere o facto, digno de nota, das edições de trabalhos literários portugueses se estarem sucedendo e, sobre tudo, a fundação de novas empresas de venda e edição de obras literárias. Na Rua do Carmo desapareceu uma mercearia para dar lugar à Livraria *Portugalia*, que, diga-se de passagem, foi montada com certo apuro de gosto na sua decoração portuguesíssima. E ainda tal não fôra por todos visto à vontade, já os jornais noticiavam o trespasse da antiga e conceituada Livraria Ferreira, da Rua do Ouro, para uma importante empresa-editora que, ao mesmo tempo, vai abrir no Chiado uma outra livraria, propondo-se a mesma começar em breve a lançar no mercado edições dos mais ilustres escritores de Portugal e do Brasil, — João do Rio, Malheiro Dias, Júlio Dantas, Alberto de Oliveira, Justino de Montalvão, Celso Vieira, Manuel de Sousa Pinto, Augusto de Castro, etc, etc.

Positivamente : Portugal já lê, Lisboa começa a ter o amor e o gosto do livro. É o caso.

A REFORMA DO TEATRO NACIONAL

Inserimos no nosso último número a notícia de que uma comissão, composta dalguns dos nossos mais ilustres homens de letras e artistas scenicos, fôra encarregada pelos poderes públicos de estudar as bases de uma reforma do nosso Teatro Nacional. Essa comissão, a que preside o sr. dr. Coelho de Carvalho, iniciou logo a sua tarefa e consta que tem já bastante adiantados os seus trabalhos. Consta-nos igualmente que o sr. dr. Domingos Pereira, actual titular da pasta da instrução pública, aguarda com empenho a apresentação do projecto em elaboração para dar à reforma a sanção necessária, satisfazendo sem delongas as antigas e justificadas aspirações de quantos se interessam deveras pelo prestígio do teatro português, levantando-o a toda a altura a que é preciso erguê-lo.

LISBOA, PORTO FRANCO

Noticiou há tempo a imprensa de Lisboa, na sua secção habitual de informações da Arcada, que pelo agrónomo consultor da Direcção Geral do Comércio Agrícola fôra entregue superiormente o parecer, por êsse funcionário elaborado, acerca da conveniência de se levar a efeito a criação do porto franco de Lisboa. Nesse parecer, — explicavam os jornais — frisava-se que o

pôrto franco de Lisboa só podia ter como concorrentes na Europa os portos espanhóis de Vigo e Cadiz, achando-se, porém, o nosso, por mais perto de Madrid, em melhores condições do que qualquer dêles para servir as necessidades de trânsito de passageiros e de tráfego comercial.

Seria excelente que êste assunto, sôbre o qual, até agora, nada mais constou públicamente, se ventilasse com a amplitude que a sua importância requiere. Vai por Espanha, a despeito das agitações que a convulsionam e a que só parecem atender alguns observadores, uma ansiedade febricitante de reformas e de progressos. Os jornais do país vizinho falaram já em carreiras de navegação a estabelecer entre New-York e Vigo, em importantes linhas férreas a montar imediatamente . . .

Não seria êste um óptimo ensejo para encarar de frente o problema referido, dando-lhe a solução que fôr mais conforme aos interêsses nacionais?

UM ARTIGO DO «MATIN» SOBRE A UNIÃO LUSO-BRASILEIRA

Com o título *l'Union du Brésil et du Portugal*, publicou o *Matin* dois depoimentos de grande valor sôbre êsse magno problema. Um é do eminente brasileiro Graça Aranha, o autor admirável da *Chanaan*, que Paris já aplaudiu como escritor dramático. Outro é do Dr. Betencourt Rodrigues, médico e escritor ilustre, que nestas mesmas páginas lançou a ideia da confederação luso-brasileira. Pedimos licença para transcrever as duas opiniões, com o mais sincero e entusiástico aplauso pela orientação que traduzem.

O Dr. Graça Aranha disse:

«O projecto (duma união económica entre os dois países) é dos mais sérios. Os alemães queriam-no realizar em parte por sua conta. Repare no mapa do Atlântico do Sul. Em face dos Estados do Sul do Brasil, em que o elemento germânico domina, vêm-se as colónias alemãs da África Ocidental e ao lado delas a colónia portuguesa de Angola. A Alemanha queria pôr a mão sôbre o Brasil e sôbre Angola, de maneira a canalisar para Hamburgo os produtos de duas ricas regiões que, situadas sob a mesma latitude mas em continentes diferentes, parecem predestinadas a uma íntima cooperação.

«Vejamos o que se passará quando as duas repúblicas da mesma raça estiverem unidas. Tanto da América, como da África, as mercadorias chegarão a Lisboa, tendo por escalas as Ilhas de Cabo-Verde e da Madeira, isto é, ilhas pertencentes a Portugal.

«Não mais concorrência entre essas duas regiões produtoras dos mesmos géneros e das mesmas matérias primas, mas uma colaboração fraterna e frutuosa.

«Estou convencido que as dificuldades que possam existir para a federação dos dois países serão facilmente vencidas. As susceptibilidades desaparecerão, deante do interêsse formidável que há em realizar a cooperação de todos os homens de raça portuguesa em todas as partes do mundo. O ministro dos negócios estrangeiros do Brasil, o Sr. Domicio da Gama, inscreveu a união política do Brasil e de Portugal no seu programa político.

Sei que o govêrno de Lisboa lhe é igualmente favorável.»

O Sr. Dr. Betencourt Rodrigues expõe assim a sua maneira de ver :

«Estou convencido de que o govêrno do meu país fará tudo para realizar a unificação da raça portuguesa em todos os continentes. Trata-se disso oficialmente. E como não recebi dêle nenhuma resposta oficial, não posso falar em seu nome. Pode-lo hei fazer dentro em breve. Em meu nome pessoal, peço licença para lhe lembrar que na revista *Atlântida* publiquei antes da guerra muitos artigos para defender a união entre Portugal e Brasil.

«A França tem todo o interêsse em que êste projecto se realize. Nós, portugueses, pozemo-nos ao seu lado logo que nos foi pedido. E ainda antes de entrarmos na guerra puzemos todos os nossos recursos à vossa disposição. No Brasil vozes eloquentes se levantaram a favor dos aliados, numa época em que a América ainda não pensava na guerra; nas duas repúblicas ama-se e admira-se a França.

«Ora, é às portas do vosso país que chegará o tráfico conjugado do Brasil e das Colónias portuguesas. Lisboa e as portas do Atlântico tomarão o lugar de Hamburgo, como entreposto rendoso dos nossos produtos. E não nos digam que as dificuldades políticas são insuperáveis ! Quando há um bom desejo de entendimento, tudo se harmoniza.

«As instituições legislativas podem tomar uma forma nova. A reciprocidade dos direitos cívicos, um poder executivo comum para certos departamentos : — tais são alguns dos meios para chegar à união.

«Espere-se algum tempo, e ver-se há que os obstáculos são fáceis de vencer.»

A *Atlântida* regista com verdadeira satisfação estas opiniões valiosíssimas e, também, o facto altamente significativo da guarida que lhes deu o *Matin*, que não só as publica na sua primeira página, como as comenta com lisongieras palavras de aprêço e de adesão.

«ATLANTIDA»

A Empreza proprietária da *Atlântida* sofreu uma modificação passando todos os direitos do co-proprietário, nosso amigo Pedro Bordalo Pinheiro, para o Sr. Dr. Nuno Simões.

AGÊNCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78

RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um ano (12 numeros)..... 15\$000
Semestre..... 9\$000

Número avulso 2\$000

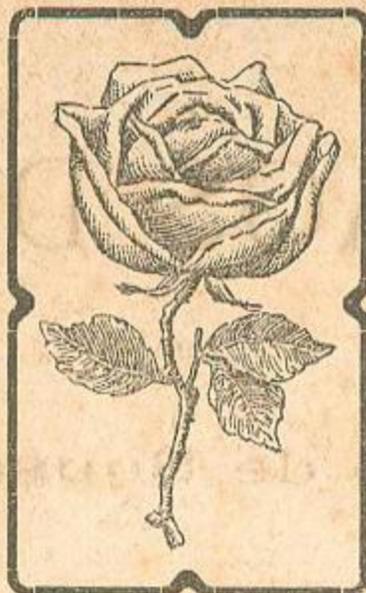
Perfumaria ROSA DE OURO

— Sempre novidades em perfumes recebidos directamente dos melhores fabricantes estrangeiros —

SABONETES
SACHETS,
COSMÉTICOS, ETC.

PASTAS E PÓS
PARA DENTES

TINTURAS
DAS MAIS FINAS
PARA CABELO



A MELHOR
CASA
NO GÉNERO

VENDE-SE A PÊSO
O FINISSIMO

PÓ DE ARROZ
VELOUTINE

(Especialidade desta casa)

279, Rua do Ouro, 281 - LISBOA

Telefone 2638

UROL

CURA: Artrismo, Reumatismo, Cálculos,
Gota, Obesidade, Nevralgias, Dispepsias,
Sciática, Eczema, Artério-esclerose, Areias.

FARMÁCIA FORMOSINHO

Praça dos Restauradores, 18 - LISBOA

REPRESENTANTE GERAL NO RIO DE JANEIRO

JACINTO RIBEIRO DOS SANTOS - Rua de S. José, 82 e 84

JOIAS D'ARTE

J. M. Cunha & Cia
JOALHEIROS

PEROLAS

R. AUREA 199-201
TELEPHONE 3405
LISBOA

BRILHANTES

O ROMANCE DO DIA

AS MÃOS DA VIDA

POR

Manoel de Sousa Pinto

MANOEL DE SOUSA PINTO é um escritor por demais conhecido e consagrado, para que um livro seu necessite de apresentação. Temperamento complexo e rico, trabalhador incansável, o seu melhor elogio consiste na sua obra vasta e variada, que Portugal e Brasil tanto conhecem e admiram.

Porém, o novo livro que, após um largo silêncio, Sousa Pinto dá à publicidade, possui, sobre o mérito da sua obra anterior, o imprevisto interesse de representar um aspecto inédito da sua Arte, inédita modalidade do seu fecundo talento. Cronista elegante, contista vigoroso, crítico e erudito, Sousa Pinto surge nos pela primeira vez no *MÃOS DA VIDA* um romancista impecável, de largos e originais recursos. Drama emocionante de uma alma de artista, *MÃOS DA VIDA* é o verdadeiro romance de Amor e de Arte. Entretém e empólga pelo enrêdo, instrui como psicologia de caracteres e de estudo de costumes, de uma palpitante actualidade, e delicia como primor literário de forma.

✽ É enfim, um livro que todos devem ler, reler e guardar. ✽

Encadernado..... 1\$40 Brochado..... 1\$00

LIVRARIA "PORTUGALIA" – EDITORA

✽ ✽ ✽ 75, RUA DO CARMO, 75 ✽ ✽ ✽

✽ ✽ ✽ ✽ ✽ ✽ ✽ LISBOA ✽ ✽ ✽ ✽ ✽ ✽ ✽